Revista digital
EXPOJUD
Junho 2021
Edição 3 - Ano 2



A ERA DOS DADOS

Ricardo Cappra, do Cappra Institute, e suas reflexões sobre o impacto dos dados na sociedade e na Justiça P.34

TECNOLOGIAS E FERRAMENTAS EMERGENTES E ESTRUTURAÇÃO DE DADOS AUXILIAM O JUDICIÁRIO A GANHAR **CELERIDADE EM DECISÕES E PROCESSOS** P.5

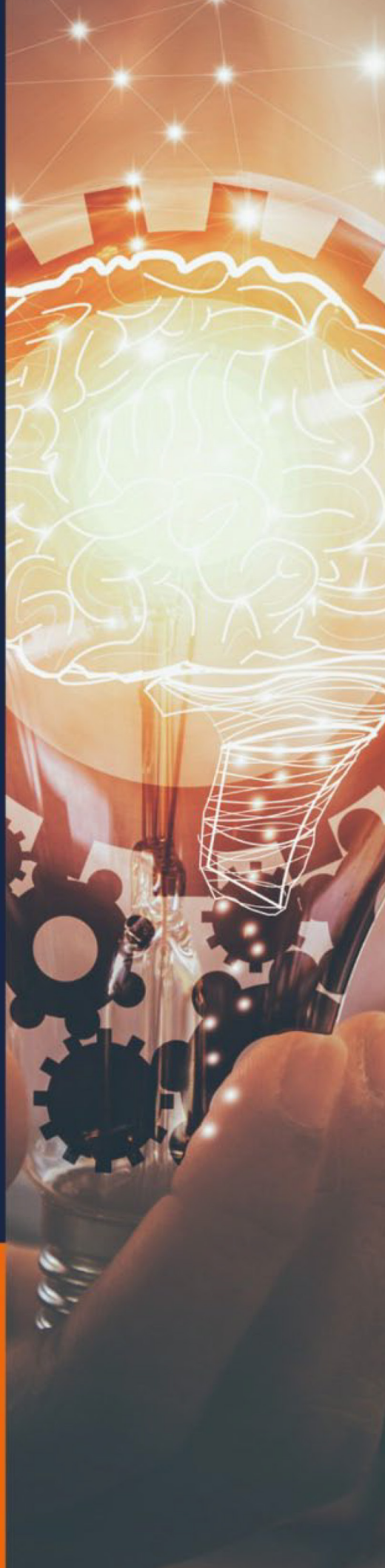
PROCESSO DA EXECUÇÃO FISCAL DEVE SE TORNAR GPS QUE GUIA O TRABALHO, EXPLICA MARCO BRUNO MIRANDA, JUIZ FEDERAL DA JFRN, SOBRE O SIGNIFICADO DO **TRABALHO COM DADOS** P.16

INVESTIGAÇÃO EM **CRIMES CIBERNÉTICOS**: ESPECIALISTAS DEBATEM MUDANÇAS, RECURSOS E DESAFIOS QUE INFLUENCIAM PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO P.28

JUDICIÁRIO EXPONENCIAL

PREPARANDO INSTITUIÇÕES E PESSOAS PARA A JUSTIÇA DO FUTURO

- Congressos e encontros segmentados;
- Conteúdos semanais para a Justiça;
- Consultoria de inovação.



ACESSE NOSSO SITE

www.judiciarioexponencial.com

O "novo normal" já virou realidade. Você está no caminho certo?



Por Ademir Piccoli, advogado, ativista da inovação e CEO do Judiciário Exponencial

O conceito de "novo normal" ganhou enorme popularidade desde o início da pandemia de Covid-19 no começo de 2020. Novas formas de se relacionar, tanto profissionalmente quanto a nível pessoal e de estratégias de negócios para empresas e instituições, se tornaram desafios a serem enfrentados.

De lá para cá já se passou mais de um ano e esse "novo normal" não é mais tão novidade assim. Entendemos que esse conceito já não se trata mais de uma projeção e sim de uma realidade. O que isso quer dizer? Que todos nós, pessoas físicas e jurídicas, estamos vivenciando outros formatos de trabalho, modelos híbridos e mudanças de perspectiva para o futuro. Cabe a cada um trabalhar essa mudança de mindset em busca da adaptação.

Ao longo do último ano tivemos a oportunidade de observar um crescimento exponencial da tecnologia. A necessidade urgente da sua implementação em rotinas que antes não eram tão tecnológicas assim aumentou a sua relevância e, consequentemente, o seu desenvolvimento. Pessoas que não eram adeptas à tecnologia tiveram que se adaptar. Empresas que não utilizavam ferramentas tecnológicas começaram a ficar para trás.

Como consequência disso, um dos primeiros pilares diretamente afetados foi o da segurança digital. Sem uma infraestrutura dedicada a tal proteção e formadas por pessoas sem uma cultura digital desenvolvida, grandes empresas e instituições de Justiça do Brasil e do mundo viraram alvo fácil de ataques cibernéticos. Tais ofensivas geraram e ainda geram rombos financeiros caríssimos aos cofres privados e públicos. Naturalmente, a segurança digital também ganhou muita relevância ultimamente.

Essa engrenagem fez com que uma nova visão em relação à tecnologia fosse desenvolvida. Passamos a ter uma postura mais receptiva e dar mais valor ao uso de ferramentas tecnológicas. Não só pela necessidade profissional, mas para os métodos de convívio pessoal que anteriormente não eram muito conhecidos ou explorados.

Corporativamente falando, um novo viés comercial foi traçado em vista de um modelo de consumidor diferente, mais digital e interessado em produtos que seguissem essa linha. Empresas começaram a pensar em estratégias que suprissem as necessidades desse perfil de consumidor, o que, por consequência, alterou de forma profunda todo o mercado.

Essa mudança vale também para o ecossistema de Justiça. Um ambiente ainda pouco familiarizado com tecnologia se viu à mercê de ataques cibernéticos e da necessidade de otimizações num fluxo de trabalho muitas vezes ineficiente. ■

> ***"Todos nós, pessoas físicas e jurídicas, estamos vivenciando outros formatos de trabalho, modelos híbridos e mudanças de perspectiva para o futuro. Cabe a cada um trabalhar essa mudança de mindset em busca da adaptação."***

Apresentação

Esta revista foi produzida a partir da cobertura de palestras e painéis de eventos realizados pelo Judiciário Exponencial nos primeiros meses de 2021 e conta com destaques do Enastic MP (24, 25 e 26 de fevereiro), Enastic JF (08 e 09 de abril) e uma live pré-evento (Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada - 07 de abril), e Enastic JE (28, 29 e 30 de abril).

Os eventos foram realizados 100% online e contaram com a presença de autoridades de maior referência na área, como desembargadores, juízes, promotores, advogados, CIOs de instituições, representantes de empresas e especialistas das áreas de Tecnologia, Inovação e Direito. É possível acessar diretamente as apresentações ao clicar no respectivo ícone do YouTube nas reportagens ao longo desta revista. Já o conteúdo na íntegra pode ser acessado por meio dos vídeos dos eventos no canal do Judiciário Exponencial no YouTube. ■

p. 5 **SEÇÃO 1** IA e outras ferramentas tecnológicas

p. 24 **SEÇÃO 2** Inovação, comportamento e cultura

p. 40 **SEÇÃO 3** Inovação e LGPD no sistema de Justiça

p. 58 **SEÇÃO 4** Inovação e tecnologia no MP

Para ter acesso aos conteúdos na íntegra, basta acessar os vídeos dos eventos em nosso canal no YouTube. **Clique nos links abaixo e confira:**

Enastic MP
- 24/02
- 25/02
- 26/02

Live LGPD
- 07/04

Enastic JF
- 08/04 (manhã)
- 08/04 (tarde)
- 09/04

Enastic JE
- 28/04 (manhã)
- 28/04 (tarde)
- 29/04
- 30/04

Revista digital EXPOJUD
www.expojud.com/expojud-online

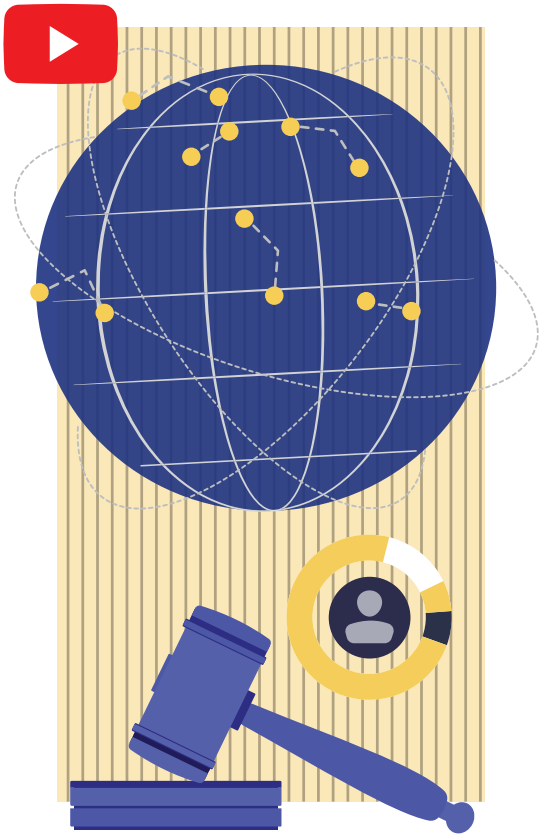
Edição e Reportagem: **Janaína Gimael e Andreia Brasil**
Revisão: **Andreia Brasil**
Projeto Gráfico e Diagramação: **Cleber Machado e Marcelo Marchetti**

Realização: **Judiciário Exponencial**
www.judiciarioexponencial.com

Curadoria Expojud: **Ademir Piccoli**
www.ademirpiccoli.com

TECNOLOGIAS EMERGENTES NO PODER JUDICIÁRIO

Conheça ferramentas que contribuem para a prestação de serviços do ecossistema de Justiça



"As tecnologias vêm mudando o sistema de Justiça, o que já era uma crescente antes da pandemia e, hoje, se tornou uma necessidade", disse Cíntia Menezes Brunetta, Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5) e secretária-geral da ENFAM, no primeiro dia do Enastic JF (08/04).

A Juíza trouxe para o evento algumas áreas que estão em foco no sistema de Justiça como um todo. "Nessa perspectiva, o que a gente vê que está emergindo na Justiça são as tecnologias de recepção, o balcão virtual - que foi regulamentado recentemente pelo CNJ -, os *chatbots*, que trabalham a nível de plataforma de processos eletrônicos em vários poderes Judiciários do país, entre outros."

Cíntia citou ainda o crescimento de tecnologias de apoio à decisão, uma frente que recebe muita força nas questões de aprendizado de máquina e Inteligência Artificial (IA). "No TRF 5, temos um sistema de IA - o Júlia - que busca em bancos de dados do Tribunal e da unidade jurisdicional informações para uma decisão mais informada e coerente do magistrado", contou. Segundo ela, essas ferramentas ajudam a tornar a decisão judicial mais transparente e adequada.

"Há sistemas que tratam a petição inicial como uma pré-triagem e, além disso, uma sugestão de encaminhamento e de decisão, o que entra na perspectiva de tecnologias de otimização da atividade-fim que estão emergindo e trazendo maior efetividade. Falamos de plataformas de *Business Intelligence* (BI) com experiências interessantes no Tribunal de Justiça do Mato Grosso, por exemplo, e de painéis eficientes de busca utilizados em alguns sistemas de apoio à decisão em níveis diferentes", explicou. "Temos também tecnologias de otimização para a administração do Judiciário, que ajudará a melhorar sua gestão."

Esse cenário efervescente e de resultados positivos, disse Cíntia, se expande, inclusive, para além do sistema de Justiça e até mesmo levando a propostas de internacionalização de plataformas. "Estamos em um momento de revolução, de aprimoramento das discussões em um nível muito especial dentro do poder Judiciário", finalizou. ■

EMPRESA DATA DRIVEN

O que seria uma empresa *data driven*? O CEO do iMaps Data Group, Henrique Portella, explicou no Enastic MP (24/02) que pode ser uma empresa como o Uber, que põe nas mãos do motorista informações importantes para ele tomar decisões. "O Uber diz: você está aqui e naquela outra região a tarifa é maior. Tome a decisão de se dirigir até lá ou não."

O uso de dados deve ter como finalidade ajudar na tomada de decisão. "Ou seja, é mudar a tomada de decisão a partir do momento em que o *analytics* entra." Ele explicou que, embora 97% dos gestores acreditem na importância de suas equipes serem alfabetizadas em dados, apenas 17% incentivam, de fato, os funcionários a se tornarem confiantes nesse uso. ■



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA A SERVIÇO DA JUSTIÇA

Painelistas conversaram sobre os principais desafios que os Tribunais de Justiça enfrentam em relação à transformação digital e aos investimentos em inovação

"As necessidades enfrentadas para o atendimento da demanda da população são reais e precisamos agregar a inovação como uma das alternativas para o enfrentamento dessa nova forma de fazer Justiça, superando dificuldades de recursos orçamentários, humanos e materiais", argumentou Andréa Brito, Juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), que moderou o painel "Inovação tecnológica à serviço da Justiça" (Enastic JE - 28/04).

Participaram do debate José Faustino Macedo de Souza Ferreira, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e coordenador do IDEIAS; Esdras Pinto, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR); e Cristiano Gomes Mazzini, Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de Rondônia (CGJ-RO). Acompanhe os destaques. ■



José Faustino Macedo de Souza Ferreira

(JUIZ DE DIREITO DO TJPE)

"Não vim trazer respostas, mas dúvidas e inquietações", ressaltou José Faustino Macedo de Souza Ferreira, Juiz de Direito do TJPE, em sua apresentação. "O que não fizemos e o que podemos fazer? Como produzir inovação tecnológica sustentável com as dificuldades que temos?"

Ele observou ainda que a forma como o Judiciário vem sendo conduzido, na perspectiva da inovação e aplicação da tecnologia, é feita em um modo de sobrevivência, de demanda e resposta. "Eu não sinto que estamos entregando o que temos de melhor em tecnologia ao cidadão." Entre as razões para esse sentimento, ele citou o descompasso entre a realidade e a legislação, os parâmetros rígidos de contratação pública, a dificuldade e a hierarquização nas instituições, que geram atraso na entrega de soluções. Assim, para ele, a relação entre a tecnologia e o Direito se torna uma corrida de gato e rato: "é como se a tecnologia estivesse sempre atrás do que a Justiça precisa".

Focar unicamente na entrega momentânea não é suficiente, visto que isso reduz as chances de conexão com o futuro e o longo prazo. "A gente usa tudo que há de tecnologia e inovação na Justiça? Será que os processos judiciais hoje já não deveriam tramitar em *blockchain*? Tem sentido ainda pensar em atualização e manutenção de cadastros criminais por anotação em ficha corrida? Ação de consumo julgada em dois anos atende ao interesse do que a sociedade almeja hoje?", questionou. "Eu penso nessas revoluções que a gente precisa viver ainda na Justiça."

Outro ponto importante que o Juiz levantou foi sobre para quem a tecnologia e a inovação estão sendo oferecidas dentro de uma sociedade tão desigual. "Como ficam os excluídos digitais? E os analfabetos digitais? É uma preocupação que temos que ter em mente o tempo inteiro." Para ele, todas essas perguntas são essenciais para o crescimento dos cidadãos e dos gestores e servidores públicos. "Uma coisa eu sei, que é preciso mudar o método. Todos queremos um serviço mais efetivo." Assim, deixou uma última provocação para que cada um possa refletir por si só: qual é o caminho que se quer percorrer? ■



Esdras Pinto

(JUIZ DE DIREITO DO TJRR)

Esdras Pinto, Juiz de Direito do TJRR, trouxe para seu painel o poder da tecnologia como potencializador da ação humana, com ganhos de eficiência, redução de custos e trabalho.
"É por isso que estamos no Enastic 2021 tratando sobre todas as potencializações da Justiça com destino final a melhoria da prestação jurisdicional", afirmou.

Para alcançar esse objetivo, há diferentes desafios. O primeiro, enumerou Pinto, diz respeito à cultura jurídica, apegada às tradições, formas e solenidades. "Nossa maneira de pensar juridicamente faz com que olhemos sempre para o passado, olhando para a lei, a jurisprudência, os precedentes e a doutrina. Como pensar inovação com essa formatação? A gente precisa superar essa tendência."

O segundo obstáculo é vencer a carência de informação, pensando além das ferramentas usadas no Direito, buscando novos conhecimentos e *insights* para desenvolver soluções inovadoras. A carência de tempo é mais uma barreira a ser ultrapassada. "Como superar a falta de tempo em que mal conseguimos dar vazão com as ferramentas que já estamos habituados a utilizar?", avaliou.

Para completar o raciocínio, o Juiz considera fundamental o apoio da cúpula do Judiciário. A esfera de tomada das maiores decisões do poder Judiciário é a única que consegue gerir administrativamente os recursos e os planos estratégicos. "Precisamos levar esse entusiasmo para conquistar apoio e ajuda para investir em inovação." ■



Cristiano Gomes Mazzini

(JUIZ AUXILIAR DA CGJ-RO)

"Sempre trabalhei na Corregedoria buscando a inovação e fazendo mais com menos. Mas, ao longo dos anos, refleti que isso é jeitinho e não inovação. Nós, integrantes do poder Judiciário, nos acostumamos a dar um jeitinho", expôs Cristiano Gomes Mazzini, Juiz auxiliar da CGJ-RO. "A verdade é essa. Somos reativos. E eu acho que chega. Temos que avançar, ganhar espaço para produzir ferramentas, de fato, proativas."

Tribunais menores têm os mesmos problemas, como êxodo de servidores e a demora na compreensão da mudança no processo de trabalho e no investimento em tecnologia. Porém, na Justiça de Roraima, Mazzini explicou que o planejamento estratégico realizado nas últimas três gestões possibilitou uma atuação complementar, em sintonia. Como resultado, houve investimentos significativos na área de Tecnologia da Informação (TI) e na remodelagem dos processos de trabalho, especificamente de cartório, práticas que contribuíram enormemente com o desenvolvimento do trabalho do Tribunal. "Mas foram ações, de certa forma, reativas", avaliou.

Ele destacou, assim, uma necessidade interessante que é antecipar o que o usuário final precisa para que as soluções comecem a ser produzidas. "Essa é uma tarefa difícil com a nossa rotina no dia a dia." Por isso, é importante que a política de governança seja sedimentada para que todo o sistema Judiciário possa pensar de forma mais conjunta e integrada. ■

Acesso à Justiça

Mazzini ressaltou a relevância da inovação tecnológica para facilitar o acesso à Justiça, lembrando que 93% dos domicílios são atendidos, hoje, por *gadgets* móveis. "A gente não pode desprezar essa estatística", afirmou. "Estamos diante de uma nova onda de acesso à Justiça que é digital. Temos uma população pobre e mal letrada que se adaptou aos aplicativos de comunicação. É inviável pensar em um processo convencional, quando o usuário tem em suas mãos um aparelho que ele usa para os mais diversos serviços." ■

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:
ATENÇÃO AOS VIESES ALGORÍTMICOS

O uso de IA vem conquistando cada vez mais espaço no poder Judiciário, mas suscita discussões sobre ética, responsabilidade e governança

"A transformação digital no Judiciário começou há anos, com o movimento do processo eletrônico. A Inteligência Artificial (IA) representa uma solução para o volume imenso de processos que o Brasil enfrenta", disse Fernanda Montenegro, diretora de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5), que moderou um painel realizado no Enastic JF (08/04).

Segundo ela, o Judiciário não poderia ficar de fora desse cenário. "Diante disso, a gente viu o crescente nascimento de robôs em vários Tribunais pelo país. Havia um debate se robô poderia ou não substituir o trabalho do magistrado, mas penso que esse momento já foi superado." O painel contou com a participação de Caroline Tauk, Juíza Federal da JFRJ e assessora no Superior Tribunal Federal (STF); e Elias Abdala, diretor de Políticas Públicas da Microsoft. ■



Caroline Tauk
(JUÍZA FEDERAL DA JFRJ E ASSESSORA NO STF)

As ações previdenciárias formam o maior volume da Justiça Federal. Partindo dessa premissa, Caroline Tauk, Juíza Federal da JFRJ, ressaltou a importância do apoio da tecnologia. "Não existe dizer que ser humano é sensitivo e a máquina é fria e, por isso, ela não poderia tomar decisões. Na verdade, se a gente conseguir combinar esses dois fatores na medida adequada poderemos atingir um nível mais próximo da perfeição."

De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), existem no Judiciário, em diferentes fases, 62 projetos de IA ou de automação. "Na IA, máquinas funcionam a partir de algoritmos que utilizam uma regra de aprendizado. Você treina o sistema com base em dados do passado, em decisões judiciais, e o algoritmo aprende a achar o caminho para o resultado pretendido, replicando e melhorando seu desempenho. Trata-se do *machine learning*, ou aprendizado de máquina", explicou, ressaltando que os vieses algorítmicos ocorrem quando máquinas refletem comportamentos e valores humanos implícitos nos dados, afetando os resultados. ■



Elias Abdala
(DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA MICROSOFT)

A troca multidisciplinar amplia perspectivas e contribui para o desenvolvimento da tecnologia. Assim, Elias Abdala, diretor de Políticas Públicas da Microsoft, começou sua apresentação. Ele congratulou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que elaborou a resolução sobre transparência e ética no uso da Inteligência Artificial (IA).

Para ele, há um potencial enorme na IA para auxiliar o ser humano. "Mas precisamos saber que ela também pode ser usada de forma não ideal, por isso precisamos de parâmetros para absorver o que ela tem de melhor", esclareceu.

Abdala apresentou os princípios que regem o uso da IA na Microsoft, entre eles equidade, privacidade, transparência e responsabilidade. Segundo ele, a tecnologia, para ser equilibrada, deve também manter a confiabilidade e a segurança em termos de dados de treinamento, testes extensivos e monitoramento contínuo do desempenho. "O ser humano tem o controle da ferramenta e não o contrário", disse. ■

Inteligência Artificial: Open Justice

No primeiro dia do Enastic JF (08/04), Isabela Ferrari, Juíza Federal, mestre e doutoranda em Direito Público, abordou o tema da Justiça Digital a partir de dois elementos que apontam os principais caminhos no movimento de transformação no Judiciário a partir da tecnologia: a adoção de ferramentas de resolução de disputas online (ODR, na sigla em inglês) e o uso da Inteligência Artificial (IA).

Isabela afirmou que existe, principalmente na atual gestão do Supremo Tribunal Federal (STF), uma predisposição em adotar as plataformas de ODR para ajudar a lidar com a litigância do Judiciário. Essas ferramentas nasceram no setor privado, com experiências de empresas como Amazon, que criaram ambientes virtuais para resolver litígios em seus sites, o que é feito, em geral, de forma fácil, rápida e sem sair de casa. Por outro lado, solucionar uma disputa na Justiça pode demorar e envolver diferentes idas e vindas. "A gente compara essas duas experiências, ainda que não sejam idênticas. Foi a partir dessa percepção de que havia mecanismos eficientes que o Judiciário começou a se perguntar o que poderia aproveitar daquilo para prestar seus serviços", explicou.

Em breve, as plataformas de ODR devem se tornar uma realidade no Brasil, por conta de uma resolução editada em dezembro de 2020 que determina que todos os Tribunais do país implantem esse serviço em, no máximo, 18 meses. Isso traz muitas potencialidades e uma mudança completa quando se fala em endereçar os conflitos, pois permite observar os problemas de um jeito mais holístico, tornar conhecimentos mais acessíveis aos cidadãos, além de disponibilizar informações a todas as partes. "Endereçar o conflito se torna mais amplo. E o sistema ainda possibilita o uso de análise de dados para compreender os caminhos desse conflito."

A outra frente é a implantação de ferramentas de IA, que vem ganhando força nos últimos anos. Isabela, aliás, destacou que a Justiça brasileira é uma referência mundial nesse sentido. "Temos experiências que dão conta de diversos fenômenos como catálogo inicial para definir risco processual, IA que sugere jurisprudência para juízes e minutas de decisão em diferentes casos. Tem também sistema no Supremo analisando a repercussão geral nos recursos extraordinários e até penhora online, entre outros", listou.

Por fim, a Juíza avaliou que, se o Judiciário está se transformando, a advocacia também será afetada e deve estar preparada para essas evoluções. "Esse é um momento de mudança e a gente deve estar aberto a tudo isso." ■



Isabela Ferrari,
Juíza Federal

> ***"Com a ODR, endereçar o conflito se torna mais amplo. E o sistema ainda possibilita o uso de análise de dados para compreender os caminhos desse conflito."***

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA **TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS**

Confira um resumo da conversa entre especialistas sobre o impacto de mecanismos automatizados no processo decisório no âmbito do Direito

Alexandre Morais da Rosa, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), escreveu, em seu artigo "A questão digital: o impacto da inteligência artificial no Direito", que preparar o procedimento decisório com mecanismos automatizados, reservando momentos em que o fator humano precisa incidir, forma o novo horizonte do manejo da Inteligência Artificial (IA), foco de um painel do Enastic JE (28/04).

Para discutir o assunto, ele se juntou a outros especialistas. A roda de conversa contou, então, com a presença de Barbara Guasque, doutora em Ciência Jurídica e em Direito; Fabiano Hartmann Peixoto, doutor em Direito e professor de Direito Privado; e Alexandre Mendes, doutor em Direito. ■



Barbara Guasque

(DOUTORA EM CIÊNCIA JURÍDICA E EM DIREITO)

Em geral, os sistemas desenvolvidos pelos Tribunais brasileiros efetuam tarefas simples, repetitivas e classificatórias, servindo apenas de apoio à tomada de decisão judicial. "Uma IA forte, com algoritmo que desempenha atividades cognitivas, é ainda distante da nossa realidade", explicou Barbara Guasque, doutora em Ciência Jurídica e em Direito.

Ela citou o programa criado pela 5ª Vara Federal do Amazonas para automatizar execuções fiscais, capaz de analisar a ocorrência de prescrição intercorrente e efetuar a minuta da decisão da sentença. O programa Elis, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), também foi citado. "O Elis levou apenas 15 dias para fazer a análise e minutar 70 mil execuções fiscais com acurácia de 97%, um processo que demandava 11 pessoas e 18 meses de trabalho." Ela lembrou que a supervisão humana é necessária no decorrer de todo o processo de IA. "É imprescindível pelo nível de IA que operamos e uma exigência contemplada na Resolução nº 322 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que trata da ética da utilização de IA." ■



Alexandre Mendes (DOUTOR EM DIREITO)

Em sua apresentação, Alexandre Mendes, doutor em Direito, afirmou que, ainda que tenha entrado na era digital, o Judiciário não tem à disposição informações de qualidade. Mas, com os projetos atuais já implantados nos Tribunais, o sistema de precedentes se torna cada vez mais factível, oferecendo aos magistrados dados que indicam como uma sentença se posiciona perante os precedentes verticais, autorreferentes e de seus pares. "Isso acena positivamente para a possibilidade de aperfeiçoamento do sistema qualitativamente."

Ele falou sobre a chuva de críticas que a IA recebe a respeito das subjetividades do ato decisório. "Entre os juristas, sabe-se que cada caso é um caso. Entretanto, os sistemas rapidamente identificam que, infelizmente, não se pode afirmar que cada petição é uma petição única quando trata de casos assemelhados", ressaltou.

Para ele, a decisão não deve ser confundida com o ato de decidir. Isso significa que, enquanto o ato de decidir é subjetivo, único e respeita visão e conhecimento prévios de cada magistrado, a decisão como expressão escrita de toda essa subjetividade, no momento em que está exteriorizada e passível de apreensão em termos de bits de informação, pode ser replicada. ■



Alexandre Morais da Rosa

(JUIZ DE DIREITO DO TJSC)

"Não existe um sistema de gestão do gabinete do Juiz." Com esse desabafo, Alexandre Morais da Rosa, Juiz de Direito do TJSC, iniciou sua apresentação. "Tenho de usar o Eproc, que tem funcionalidades interessantes e eu acredito muito nesse modelo, mas o que tenho buscado resolver é o seguinte problema: lembro que julguei alguma coisa, mas não faço ideia de onde está. Não consigo guardar nem coerência nem consistência, e não é porque não quero, mas porque é realmente impossível para a memória humana realizar esse tipo de questão", esclareceu.

O desafio, então, é "organizar a casa" para garantir, de maneira eficiente, com performance e acurácia, as suas atividades. Isso é feito a partir da classificação, por exemplo, do que as máquinas podem fazer. "O que eu não tenho? Acesso aos dados do meu Tribunal. A gente precisa, para trabalhar melhor, de alguma maneira, *hackear* o Tribunal, por não ter acesso aos dados. Isso é algo bizarro."

Assim, ele trabalha em sistemas que possam melhorar sua rotina. Há um projeto, por exemplo, que otimiza a performance em provas, criando padrões e parâmetros que a máquina pode auxiliar, mas ainda com atividade de rotulação e pesos que é fundamentalmente humana e com perspectivas individuais.

Em sua opinião, o Judiciário deve buscar uma perspectiva cooperativa e de pequenos passos. "Não dá para continuar com petições feitas das mais diversas formas, sem eficiência. A gente precisa criar um modelo de acesso à Justiça de pista digital, que tem formulário, modelo, que facilita a máquina. A falta de padrão no peticionamento tem custo assustador. Poderíamos facilitar a vida de todos nós, diminuir a quantidade de lixo de processo", ponderou.

Além disso, o Juiz afirmou que é preciso ter coragem para assumir a questão operacional. "E temos que levar a sério o *black box*. Os riscos precisam ser controlados, precisamos de comitês de ética, mas não devemos cair na armadilha de achar que vamos evoluir pensando só em *white box*." ■



Fabiano Hartmann Peixoto

(DOUTOR EM DIREITO E PROFESSOR DE DIREITO PRIVADO)

Fabiano Hartmann Peixoto, doutor em Direito e professor de Direito Privado, enumerou três desafios que precisam ser superados pela tecnologia e pela IA dentro do seu papel de apoio à tomada de decisão no Direito: a captação da subjetividade; os limites na complexidade do raciocínio; e a adaptabilidade ao tempo.

No primeiro caso, Hartmann citou como exemplo o Mandamus, tecnologia criada pelo Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) e a Universidade de Brasília (UnB) para automação e distribuição eletrônica de mandados e citações judiciais. "Ao registrar uma decisão num sistema judicial, a IA capta o que o Juiz colocou na decisão, classificando de acordo com temáticas previamente definidas e gerando o ato subsequente, que é o mandado", explicou.

O segundo desafio é a complexidade das expressões cognitivas humanas. Assim, ele falou sobre o MosAIc, aplicação que analisa e traça paralelos estilísticos, temáticos e iconográficos entre obras de arte. "Se na arte é possível identificar padrões que permitem resolver problemas para sistemas de recomendação e buscas reversas, isso é factível também para o Direito, que tem complexidades similares ou inferiores à expressão artística." Isso abre muitos caminhos para o uso das potencialidades da IA no âmbito da Justiça.

Já o último fator trata da capacidade de acompanhar o tempo e o desenvolvimento social. O obstáculo, então, é criar novos sistemas que avancem no tempo sem a necessidade de retreinamentos, elevando a autonomia das soluções. "Há pesquisas interessantes que usam aplicação de técnicas com variáveis que permitem o treinamento ao longo do trabalho. Isso dá um grau de autonomia mais interessante no apoio à decisão." Essas são, em sua visão, as bases que devem ocupar os esforços de pesquisa e implantação de ferramentas de IA, movimento que será aperfeiçoado cada vez mais. ■



PROMOJUD TEM FOCO EM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E IA

Programa do TJCE será cofinanciado pelo BID e terá cinco anos para ser executado

Melhorar o atendimento aos usuários da Justiça. Esse é o objetivo do Promojud, programa do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) que tem foco em transformação digital e Inteligência Artificial (IA) e vem sendo desenvolvido desde março de 2020.

Segundo Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá, coordenadora geral do Programa, que falou no Enastic JE (28/04), o Promojud será co-financiado pelo BID. "São US$ 28 milhões do BID e US$ 7 milhões do TJCE com contrapartida", explicou. "Teremos cinco anos para executar o programa e existem 34 projetos do Promojud dentro do portfólio, todos relacionados à modernização do Judiciário." Para ela, o grande desafio é fazer a modernização digital atrelada à humanização. "Sabemos que isso impacta transformações culturais e formas de trabalho diferentes, e isso atinge as pessoas."

Para Denise Maria Norões Olsen, secretária de Tecnologia da Informação do TJCE, se as pessoas não estiverem preparadas para novas convergências, essa transformação não dará certo. "Isso envolve absorção de tecnologias inovadoras, racionalização de procedimentos de trabalho, automatização de processos, modernização de equipamentos (com adequação do parque tecnológico) e preparação dos colaboradores para o novo modelo de organização. O último ponto é fundamental", reforçou.

O Promojud tem dois grandes eixos, de acordo com as palestrantes. O primeiro é voltado a levar a transformação digital no aprimoramento dos serviços ao cidadão. O segundo é levar a transformação digital para o fortalecimento da governança e da gestão. "No primeiro componente vamos ter a percepção das mudanças pelos nossos usuários internos e externos. Aqui vamos trabalhar cinco produtos e em cada um há grupamento de projetos", disse Roberta. "São eles: processos otimizados e automatizados, infraestrutura tecnológica modernizada, centro de operações de cibersegurança implementado, atendimento ao cidadão modernizado e aperfeiçoado, processo judicial célere e cognitivo", concluiu. ■

EVOLUÇÃO NO TJPB

O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) precisava melhorar o atendimento entre as partes, contou Pedro David Vasconcelos, Juiz de Direito, que verificou que 70% a 80% dos casos do balcão poderiam ser realizados por simples registros. "Por isso, criamos um sistema via *chatbot*."

"A pessoa entra e conversa inicialmente com um robô, que faz a triagem e direciona as partes a um formulário", explicou. "É um atendimento realizado de maneira controlada, supervisionada, com acompanhamento da equipe. Antes era tanta gente para se atender que um servidor sobrecarregado até esquecia de levar adiante algum atendimento. Com esse sistema não existe mais isso." ■



Pedro David Vasconcelos

DEVSECOPS É VISTO COMO O FUTURO DA **TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

Segurança deve avaliar formas de levar ao usuário uma experiência mais rica



A transformação digital pegou muitas empresas desprevenidas, de acordo com Elvis Rocha, senior solution architect da Red Hat. Em sua apresentação (Enastic MP - 24/02), ele ressaltou que não dá para deixar a questão da segurança para depois. "Segurança é gerenciar riscos que envolvem pessoas, processos e tecnologia", disse, explicando que o tema está no radar do governo e envolve também a temática da proteção dos dados, que movimenta todos os setores.

Rocha destacou que a segurança deve avaliar formas de levar ao usuário uma experiência mais rica, deixando o aplicativo mais "*user friendly*", por exemplo. Isso envolve pontos como velocidade e segurança, otimização e modernização de aplicativos, infraestrutura e plataforma como serviço, além de serviços de nuvem.

Ele falou ainda do conceito de segurança chamado DevSecOps como o futuro da transformação digital, explicando que se baseia em pessoas, processos e tecnologia. É o pensar em infraestrutura e segurança de aplicativos desde o início, envolvendo padronização, automação e melhoria contínua. "Não é só ir para a nuvem. Permeia toda a organização porque algum processo pode estar com problema", explicou. ■

Times precisam colaborar uns com os outros

Para Rocha, uma questão complicada nas empresas e no governo é que os times não trabalham sempre de forma coesa. "Cada time tem suas preocupações e visões, que nem sempre são casadas. É a chamada 'organização chaminé': diferentes grupos dentro da empresa não se conversam e não há um direcionamento comum."

Segundo o especialista, a falta de visão holística inibe a interoperabilidade e impede a reutilização, aumentando os custos. "Existem ilhas de automação isoladas do resto da empresa. Também existem chaminés culturais, onde as áreas não se conversam. É complicado integrar a empresa e fazer o DevsSecOps nesse caso." ■

5 PASSOS

"Esforços da jornada da transformação digital são crescentes", diz Ademir Piccoli, advogado, ativista da inovação e CEO do Judiciário Exponencial. Confira pontos destacados pelo ativista:

1. Mais do que nunca, as organizações estão ocupadas com a digitalização. Os esforços da jornada da transformação digital são crescentes.
2. A pandemia de Covid-19 demandou uma disrupção forçada, o que gerou necessidade de adaptação quase imediata de todos nas áreas pessoais e profissionais.
3. A migração para o processo eletrônico é um dos passos que possibilitaram a adoção de tecnologias como Inteligência Artificial (IA) e *big data*.
4. Laboratórios de inovação estão sendo criados em todo o sistema Judiciário e todos os esforços importam.
5. Duas perguntas são essenciais: "Por que estamos aqui?" e "Qual valor geramos para a sociedade?".



A IMPORTÂNCIA DO USO DE DADOS PARA A **GESTÃO DA INOVAÇÃO**

A inovação é uma realidade cada vez mais concreta no sistema de Justiça brasileiro, mas ela exige a utilização de dados de maneira eficiente

"Esse tema, para mim, é um prazer, uma inspiração. Tenho a alegria de fazer parte do processo de inovação que o Judiciário tem vivido. E este bate-papo acrescenta muito a esse aspecto, pois falamos sobre uso de dados na gestão da inovação." Foi assim que Davi Arruda, secretário de tecnologia da Justiça Federal (JF) do Rio Grande do Norte (RN), deu início ao painel que moderou no primeiro dia do Enastic JF (08/04).

Participaram da conversa Priscilla Pereira da Costa Corrêa, Juíza Federal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e coordenadora do Laboratório de Inovação da SJRJ; e Paulo Sérgio Domingues, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3). Acompanhe um pouco do que foi discutido no evento. ■



Paulo Sérgio Domingues

(DESEMBARGADOR DO TRF 3)

De acordo com o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3), Paulo Sérgio Domingues, há pontos importantes dentro do contexto do uso de dados para a gestão da inovação, como o fato de que dados sozinhos não geram valor. Afinal, somente a coleta de informações não produz resultados efetivos, pois é preciso organização, análise e tratamento para que sejam úteis. "A instituição precisa saber o que quer dos dados", enfatizou.

Ele afirmou que a tecnologia de extração de dados melhorou ao longo dos anos, assim como o produto com o qual o Judiciário atua no dia a dia. "Unificar sistemas também favorece uma maneira melhor de lidar com esses dados. No meu Tribunal, há pouco tempo havia cinco sistemas de trabalho processual. Como identificar o que cada variável te dá, já que é diferente em cada sistema? A unificação de plataformas retorna dados mais confiáveis, que retratam melhor a realidade, progresso que facilita nosso trabalho." ■



Priscilla Pereira da Costa Corrêa

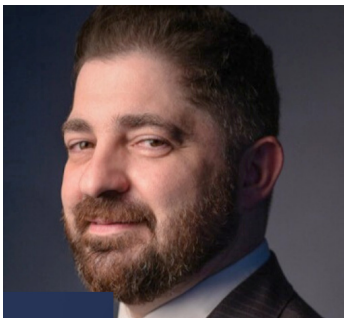
(JUÍZA FEDERAL NA SJRJ)

A Juíza Federal Priscilla Pereira da Costa Corrêa afirmou que a inovação tem papel essencial no melhor uso de dados no Judiciário brasileiro. "Com 78 milhões de processos, ele é um tesouro sociológico dos conflitos presentes na nossa sociedade, marcada pela dificuldade de acesso a políticas públicas."

Ela apresentou uma ferramenta desenvolvida no âmbito do TRF da 2ª região que monitora a judicialização previdenciária em tempo real, indexando indicadores socioeconômicos e mensurando a jurisdição com grandes números. "O projeto é fruto do trabalho de uma equipe multidisciplinar, envolvendo área técnica, estatística, TI (Tecnologia da Informação) e de negócio. Ele extrai dados do sistema judicial e reúne diversas informações."

Segundo ela, o painel mostra, por exemplo, que a maior parte da clientela são mulheres. "Temos ainda a situação de cada localidade da Justiça no estado do Rio de Janeiro, tempo médio de perícia, faixa etária dos demandantes, além dos assuntos mais demandados." ■

Um diagnóstico organizacional do Judiciário Exponencial





Ademir Piccoli e Alexandre de Souza avaliam como é o trabalho que ajuda a preparar as instituições e as pessoas para a Justiça do futuro

Durante a tarde do primeiro dia do Enastic JF (08/04), Ademir Piccoli, advogado, ativista de inovação e idealizador do Judiciário Exponencial, comandou um bate-papo com Alexandre de Souza, sócio-fundador da 3Neuron com mais de 25 anos de atuação em Tecnologia da Informação, gestão de processos e consultoria.

Para iniciar a conversa sobre o diagnóstico feito pelo Judiciário Exponencial, Piccoli explicou as sete premissas que ajudam a acelerar a inovação: cultura digital; liderança; Judiciário 4.0; cidadão no centro; Judiciário como plataforma; inovação multidisciplinar; e ecossistemas.

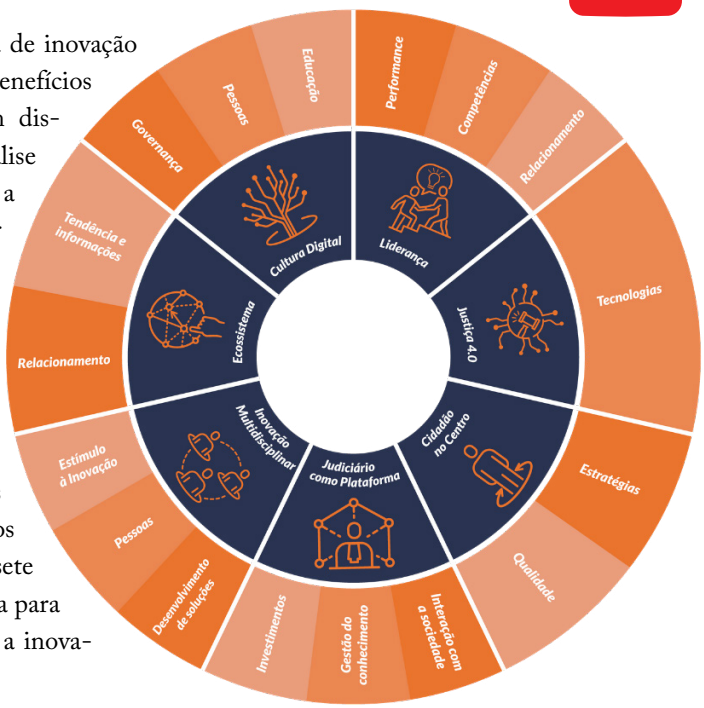
O diagnóstico com base nessas premissas, que dura entre dois e três meses idealmente, foi criado, segundo Alexandre, a partir do livro "Judiciário Exponencial: Sete Premissas para acelerar a inovação e o processo de transformação no ecossistema da Justiça", de Ademir Piccoli. Seu objetivo é avaliar a maturidade da organização quanto à inovação.

"A gente detalhou, no diagnóstico, cada uma das premissas, com aspectos práticos e recomendações que ajudam a resolver lacunas identificadas durante o trabalho", informou. Ele não resolve os desafios, mas aponta possibilidades e caminhos, assim como oferece um plano de ação que a organização pode implementar dentro do seu contexto.

A metodologia está longe de ser apenas o preenchimento de formulários, já que existem partes quantitativa e qualitativa no processo. O primeiro passo é o alinhamento com a alta gestão, que analisa aspectos do planejamento estratégico ligados à inovação. Tem ainda a definição de uma equipe multidisciplinar, que envolve pessoas dos times técnicos e gerenciais. Depois, ocorre uma sensibilização dessa equipe para orientar sobre o trabalho.

Há também uma pesquisa individual quantitativa que gera conteúdo para a próxima etapa, que são as entrevistas individuais para uma análise qualitativa, importante para balizar em que ponto está a organização. É realizado um workshop de alinhamento que utiliza diferentes ferramentas e métodos de acordo com a equipe. Por fim, são elaborados planos de ação que sugerem opções de soluções para a instituição, apresentados juntamente com todos os resultados do diagnóstico.

Trabalhar a cultura de inovação é um dos principais benefícios do diagnóstico. Além disso, é gerada uma análise completa que ajuda a instituição a enxergar seu nível de maturidade. "Também considero muito importante o plano de ação, os caminhos para resolver as lacunas existentes. Esses são os produtos gerados pelo diagnóstico das sete premissas, uma bússola para melhorar e estruturar a inovação na instituição." ■



UM OLHAR PARA O FUTURO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

Especialistas discutem os desafios e as perspectivas da integração da tecnologia e inovação às execuções fiscais

O Desembargador Federal José Carlos Francisco, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3), moderou o painel "O Futuro das Execuções Fiscais" (Enastic JF - 08/04). Ele lembrou que as bases digitais abrem oportunidades para melhorar a eficiência da tramitação dessas ações. Ainda assim, há desafios, como delimitar o uso das ferramentas.

Participaram: Rita Dias Nolasco, procuradora da Fazenda Nacional; Lívia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1); João Grognet, coordenador-geral de Estratégia de Recuperação de Créditos e procurador-geral adjunto da Gestão da dívida ativa da União e do FGTS - Substituto (PGFN); e Marco Bruno Miranda Clementino, Juiz Federal da Justiça Federal no Rio Grande do Norte (JFRN). ■



Rita Dias Nolasco

(PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL)

A tecnologia, como afirmou Rita Dias Nolasco, procuradora da Fazenda Nacional, vem sendo utilizada de forma muito eficaz em ações estratégicas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Há muitos projetos baseados em análise de dados que têm gerado impactos positivos na arrecadação e redução do contencioso fiscal, com uso mais racional dos recursos físicos e humanos disponíveis, bem como no ambiente concorrencial econômico por meio de tratamento customizado de contribuintes e devedores.

"O contencioso fiscal é apontado como um dos grandes gargalos da Justiça como um todo. Os processos de execução fiscal representam mais de 1/3 do total de casos pendentes no poder Judiciário, responsável por alto índice de congestionamento", disse.

Rita citou diversas medidas já implementadas com sucesso, entre elas: aferição do grau de recuperabilidade com base em classificação de créditos e pesquisa mais avançada de análise patrimonial em larga escala. Outros trabalhos destacados foram a implementação do Laboratório de Jurimetria e Inovação Jurídica - LABJUD, e a plataforma Regularize, lançada em 2018. ■



Lívia Cristina Marques Peres

(JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO CNJ)

"Falar em tecnologia e inovação no âmbito da execução fiscal é falar sobre o novo formato da judicialização do país", disse Lívia Cristina Marques Peres, Juíza Auxiliar da presidência do CNJ. "Hoje, a inovação está pulverizada no Judiciário com experiências diversas. O próprio CNJ deu um grande passo nesse enfoque por meio do Justiça 4.0, um programa audacioso que coloca foco e estímulo na Justiça Digital."

Um dos objetivos do programa é criar uma ferramenta de pesquisa e recuperação de ativos. "O que se quer é pensar uma plataforma digital que congregue todos os microsserviços utilizados pelos diversos sistemas do Judiciário, chegando-se a uma prestação jurisdicional mais efetiva e uniforme considerando a diversidade e desigualdade regional."

Com relação à execução fiscal, o CNJ tem um projeto de automação e governança que considera a otimização da cobrança da dívida ativa e busca soluções para o procedimento, substituindo ações manuais por máquinas. ■



João Grognet (COORDENADOR-GERAL DE ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS)

"Estamos vivendo uma virada cultural, passando de um modelo ruim, atrasado, ineficiente, para a tentativa de encontrar um bom modelo", declarou João Grognet coordenador-geral de Estratégia de Recuperação de Créditos. Para ele, se existe uma mudança essencial a ser feita em relação ao futuro das execuções fiscais é a forma de gerenciar esses procedimentos.

Nenhuma estrutura de Justiça Federal e Procuradoria tem condições de lidar com a quantidade de processos existentes. "A gente precisa achar meios de resolver esse problema." Ele, assim, propôs três caminhos que podem ajudar nessa passagem para o futuro: atuação orientada a dados; fortalecimento de medidas administrativas; e compreensão do papel da execução fiscal.

Para o foco em dados, os diferentes órgãos do setor público podem agregar seus grandes volumes de informações para gerar políticas públicas que utilizem, de forma eficiente e integrada, essa base. "A tarefa de recolher os fragmentos de dados no Brasil é um desafio colossal", ressaltou. Um dos exemplos que mostram o sucesso desse tipo de ação foi o georreferenciamento de devedores, fundamental na atividade de investigação e combate à fraude. Outro projeto importante foi a classificação de crédito, essencial para a virada de postura da PGFN, que separa o que é recuperável do que é irrecuperável. "Saber que, da nossa carteira, cerca de 70% é irrecuperável, nos permite adotar métodos diferentes de cobrança."

Já o fortalecimento das medidas administrativas é relevante para que a execução fiscal não seja o primeiro instrumento de cobrança, o que torna o processo mais rápido e menos custoso. Por fim, compreender o papel da execução fiscal se torna fundamental para elevar a eficácia e a eficiência do procedimento, voltando a atenção ao que de fato importa. "A execução fiscal tem como papel a constituição de bens, o reconhecimento de grupos econômicos para combater fraudes fiscais e a autorização da alienação de bens por iniciativas privadas", explicou. ■



Marco Bruno Miranda Clementino (JUIZ FEDERAL DA JFRN)

Marco Bruno Miranda Clementino, Juiz Federal da Justiça Federal do Rio Grande do Norte (JFRN), iniciou sua apresentação ressaltando o quanto o cenário da execução fiscal evoluiu no Brasil nos últimos anos. Segundo ele, hoje, temos um "Peru em juízo". "Nós tínhamos, até pouco tempo atrás, em número de processos de execução fiscal, a população do Peru", explicou. "Nesse sentido, as execuções fiscais são a mais conhecida demanda repetida do país."

Para esse tipo de demanda, ele aplica o que chama de "princípio do elefante", porque a sua repetição "incomoda muita gente". "Ela desorganiza o funcionamento do Direito. A repetição é antijurídica. Por isso, a desjudicialização é uma coisa boa, porque quanto mais racional o trabalho, mais segurança jurídica teremos e menos erros serão praticados."

Para ele, o processo da execução fiscal deve se tornar um GPS que guia o trabalho. "Isso é o que significa trabalhar com dados e, além disso, até o próprio modelo, o desenho de tramitação do processo deve ser pensado de forma mais abrangente e fora da caixa", aconselhou.

Ele contou que a Vara onde atua começou a buscar soluções que ajudam a romper esses paradigmas, como o SASIF (Sistema de Acompanhamento do Setor de Inteligência Fiscal), criado porque "o processo de execução fiscal, mais que encaminhamento de autos e lógica cronológica, deve ser um dashboard". Nesse painel, o setor de Inteligência Fiscal consegue acompanhar e tramitar os processos indicados como prioritários pela Fazenda Nacional com informações totalmente estruturadas. "Esses *dashboards* trazem planejamento para a nossa atividade."

Por fim, o juiz ressaltou a importância de pensar no contribuinte e em maneiras de ajudá-lo a compreender melhor a legislação. "A gente desenvolveu um trabalho de *visual law*, com vários produtos e informações em vídeo. Precisamos ter esse cuidado de uma perspectiva mais participativa proporcionada pela tecnologia." ■

SMART CONTRACTS E BLOCKCHAIN NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

Ferramentas de tecnologia oferecem mais segurança à relação contratual

Smart contracts são contratos inteligentes em que há um código de computador que reproduz uma relação contratual. "Não é um contrato escrito como conhecemos em nosso dia a dia. É um contrato feito em uma linguagem de computador e que, atingida determinada condição, é autoexecutável o ato posterior", explicou o Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) Thiago Aleluia Ferreira de Oliveira em participação no Enastic JE (30/04).

Mas falar em *smart contract* é falar também em *blockchain*, estrutura de dados criptografados, organizados cronologicamente em uma rede de computadores distribuída.

"A ideia é fazer com que a informação transmitida seja validada por vários blocos na rede." O marco em blockchain teria sido o início das criptomoedas, sendo que 10% do PIB mundial, segundo o Fórum Mundial Econômico, tende a estar em blockchain até 2027.

Isso levou a pensar em outros usos de blockchain, como garantir prova digital. "Imaginemos um seguro de companhia aérea que tem registrado que, a partir de duas horas de atraso do voo, o indivíduo vai ganhar US$ 50 de indenização. O próprio sistema pode detectar se, de fato, houve atraso e já lança automaticamente a quantia para o beneficiário do seguro", disse. "Antigamente, teríamos que ir ao balcão e provar que realmente houve o atraso."



"O smart contract possibilita um aumento da celeridade e, quando associado ao blockchain, oferece segurança à relação contratual." Isso porque informações colocadas na rede passam a ser imutáveis e transparentes. Ele lembra que várias áreas já utilizam smart contract, como varejo online, mercados imobiliários e eleições. "O poder Judiciário brasileiro já tem outorgado aos smart contracts uma natureza executória. Já tem atribuído a eles eficácia de título executivo. Está no código de processo civil que o contrato necessita de testemunhas para ser validado como título executivo. Já com smart contract não é possível ter testemunha, é contrato online", concluiu. ■

AVANÇOS TECNOLÓGICOS BASEADOS EM CONECTIVIDADE CONTÍNUA

"O IDC aponta que 30% dos gestores de tecnologia não conseguirão proteger a base de segurança dos clientes em 2021", alertou o advogado, ativista de inovação e idealizador do Judiciário Exponencial, Ademir Piccoli, no Enastic MP (24/02).

Ele ressaltou que avanços tecnológicos são baseados em conectividade contínua e citou Klaus Schwab, fundador do FEM. "Para ele, reconstruir a confiança e aumentar a cooperação global são ações cruciais para promover soluções inovadoras e ousadas para conter a pandemia e impulsionar uma recuperação robusta em 2021." ■



ACELERANDO A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Painel trata de benefícios e desafios da adoção da nuvem pelo CFJ e conta com especialista do Google para explicar funcionamento do Google Cloud

Como acelerar a transformação digital através da nuvem? Esse tema foi foco do Painel (Enastic JF - 09/04) moderado por Luigi Frusciante Filho, técnico Judiciário da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, e que contou com a participação de André Ricardo Lapetina Chiaratto, subsecretário de governança de Tecnologia da Informação (TI) do Conselho da Justiça Federal (CJF), e João Thiago Poço, diretor de engenharia para clientes de setor público na América Latina na Google Cloud. ■



André Ricardo Lapetina Chiaratto

(SUBSECRETÁRIO DE GOVERNANÇA DE TI DO CJF)

"O Projeto NUJUFE (Nuvem da Justiça Federal) teve início a partir de uma demanda da alta administração no primeiro semestre de 2019 e está em operação desde agosto de 2020, já tendo, entre outras ações realizadas, a migração dos sistemas nacionais (AIG, SAVE, MALOTE DIGITAL, Webservice CPF/CNPJ, SISMAPA, SNCTP, Revista CEJ)", explicou André Ricardo Lapetina Chiaratto, subsecretário de governança de TI do CNJ.

Segundo Chiaratto, os principais objetivos do projeto estão calcados em três pilares:

1) Prover serviços de nuvem privada para órgãos da Justiça Federal (JF) através de catálogo automatizado com mensuração do consumo, segurança e governança;

2) Propiciar um ambiente com ferramentas que facilitem a colaboração entre as equipes de desenvolvimento com maior agilidade e segurança;

3) Prover o ambiente de nuvem privada com proteção contra desastres e *backup*.

André explicou que, entre outros pontos, a solução permite uma extensão futura até os provedores de serviços externos públicos ou privados, além de autoatendimento sob demanda e mensuração dos serviços. ■



João Thiago Poço

(DIRETOR DE ENGENHARIA NA GOOGLE CLOUD)

"Sempre que ouvimos falar do Google pensamos no buscador, na forma de encontrar as informações na internet. O que queremos oferecer hoje é o que há por trás disso, a forma como o Google faz a gestão dos ambientes e como isso pode ajudar os órgãos públicos", explicou João Thiago Poço, diretor de engenharia na Google Cloud.

Ele falou das diversas possibilidades relacionadas ao uso de *cloud* pelos governos, como a solução de ambiente extensível, ainda pouco conhecida, mas que integra plataformas de colaboração às soluções internas. Com relação à segurança, há características como o programa de proteção avançado, *anti-phishing* e gerenciamento de *endpoint* padrão. "Nativamente, também atendemos a todos os requisitos relacionados à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)."

O especialista citou um estudo da Kinsta que mostra custo mais baixo relacionado à utilização do Google. "Temos uma cobrança por segundo diferente de outros provedores. Também temos desconto por utilização, além de um conceito de máquinas virtuais que podem ter autogerenciamento e/ou são customizadas." ■

NOVAS PERSPECTIVAS PARA AS RECEITAS DO JUDICIÁRIO

Solução do TJSC vai revolucionar a gestão da arrecadação de custas e controle de receitas



A tecnologia contribui para a evolução do trabalho prestado pelo sistema de Justiça em todas as áreas, inclusive no setor financeiro. E foi a recente experiência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) que Eduardo Cardoso Silva, diretor de Orçamento e Finanças e especialista em Finanças Públicas e Direito Tributário, compartilhou em sua palestra durante o Enastic JE (28/04).

De acordo com Silva, duas necessidades principais levaram sua Diretoria a investir em uma nova gestão das receitas: calcular custas judiciais de maneira mais fácil, rápida e objetiva; e conhecer os principais devedores do Tribunal. "O que fizemos foi organizar processos, recursos e dados, e o primeiro passo foi a simplificação das custas", contou.

Nesse contexto, foi ao ar, em março de 2021, uma solução que auxilia no controle de receitas do TJSC. Foi criada uma regra simples, que aglutina os itens de cobrança em um único percentual. Hoje, o jurisdicionado tem à disposição um *self service* - pode obter a guia, fazer o lançamento tributário e o pagamento via boleto ou cartão de crédito e débito sem requerimento ao magistrado.

Um problema tratado para a utilização da ferramenta foi a quantidade de lixo dentro dos dados cadastrados nos sistemas. "Entre os benefícios do projeto estão a redução considerável do custo operacional, custas processuais mais simples e fáceis de compreender, acesso a dados organizados e fidedignos, e aumento da arrecadação." ■

Aceleração da jornada de transformação com *open source*



Robin Tate

O Open source cria as condições ideais para a transformação digital dos clientes. Segundo Robin Tate, líder de transformação digital na Red Hat (Enastic JE - 30/04), há diferentes definições para o que é a transformação digital, mas ela tem alguns pilares: pessoas e culturas, processos e tecnologia. "O pilar das pessoas é o mais desafiador."

Ele citou uma pesquisa da Harvard Business Review que mostra que as organizações líderes na transformação digital adotam o *open source*. "Os valores que elas movimentam, como inclusão, transparência, adaptação e colaboração são muito importantes e estão presentes não só na Red Hat, mas nos valores que o governo busca para a transformação digital", disse. ■

AVANÇOS DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO TJRN

Iniciativas incluem digitalização, adesão ao Justiça 4.0, nova versão de PJe e *chatbot*



"Darwin dizia que não é o mais forte nem o mais inteligente que sobrevive, mas o que se adapta às mudanças. Essa frase nunca fez tanto sentido", analisou Patrícia Gondim Moreira Pereira, Juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) no biênio 2021/2022, em sua apresentação no Enastic JE (28/04). Ela palestrou sobre os desafios da gestão do Tribunal sob a ótica dos avanços da tecnologia e inovação.

No TJRN, segundo Patrícia, há poucos servidores, uma secretaria de tecnologia distante do quantitativo de servidores que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exige, dificuldades orçamentárias e financeiras. "Nós estamos sozinhos nesse cenário? Acho que não, mas temos um passado de inovação. O nosso TJ foi o responsável pelo Hermes, sistema de correio que todos os Tribunais usam para seus documentos, e o Poti, que hoje tem o nome de Sisbajud", explicou.

Diante dos desafios, Patrícia afirmou que é preciso eleger prioridades. A primeira foi digitalizar o acervo, um esforço que deve terminar este ano. Em seguida, a adesão ao programa Justiça 4.0. "Além disso, trabalhamos no fluxo da execução fiscal, que será mais enxuto e automatizado. Também implantamos em maio a nova versão do PJe." O TJRN investe ainda no lançamento da primeira versão do seu *chatbot*. ■

Pandemia reforça investimentos em TI, diz executivo

O executivo de Soluções de Governo da Huawei Brasil, Ricardo Carrion Mansano, afirmou (Enastic JE - 29/04) que, para o Judiciário, a transformação digital começa com a expectativa da população, que deseja resolver conflitos nos limites da Constituição e das Leis. Por sua vez, os Tribunais precisam seguir normas e procedimentos operacionais com foco em sua missão para atender com rapidez, integração completa e gestão simples.

Dentre as soluções apontadas para a transformação no Judiciário estão:

1) Computação e armazenamento em nuvem;
2) Sistemas de videomonitoramento inteligente;
3) Conectividade e integração geral nos Tribunais;
4) Plataforma de videoconferência inteligente. ■

Juiz do TJMT explica impactos da TI nas atividades da Corregedoria

João Thiago Guerra, Juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), falou, no Enastic JE (28/04), que as funções da Corregedoria são orientar, fiscalizar e apurar atividades do 1º grau de jurisdição.

O órgão, no entanto, não trabalha sozinho. Atualmente, depende da Tecnologia da Informação (TI), atuando como interlocutor entre a Primeira Instância e a área de TI. "Precisamos estar online o tempo todo. Nossa dependência da área de tecnologia se tornou exponencial."

Ele considera o programa Justiça 4.0 importante para o futuro do ecossistema, mas se preocupa com os riscos de consumir grandes recursos das organizações, e destacou ainda a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) e o uso de Inteligência Artificial (IA). ■



TECNOLOGIAS EXPONENCIAIS E SEUS IMPACTOS NA JUSTIÇA

Em painel do Enastic, especialistas debatem como o avanço acelerado de tecnologias como a IA estão transformando a rotina de trabalho na Justiça Estadual

A convergência de tecnologias avança a pleno vapor, gerando mudanças que atingem as organizações e criam novas experiências para clientes e colaboradores. Essas evoluções, que se dão em ritmo exponencial, foram tema de painel no Enastic JE (28/04).

Moderado por Gerânio Gomes, secretário de Tecnologia da Informação (TI) no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), o evento contou com: Anna Claudia Kruger, diretora de TI do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC); Rafael Coninck Teigão, diretor de TIC do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR); José Baptista dos Santos Neto, diretor de Tecnologia do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL); e Diego Leitão, secretário de Tecnologia do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). ■



Anna Claudia Kruger

(DIRETORA DE TI DO TJSC)

"Nos últimos 10 anos, temos estudado a gestão com foco em estratégia e desempenho. Minha caminhada trouxe uma perspectiva um pouco diferente, por isso, não falo especificamente das tecnologias exponenciais, em geral, disruptivas, que possibilitam crescimento da geração de valor de serviço em curva exponencial", disse Anna Claudia Kruger, diretora de TI do TJSC, que levantou algumas questões. "Será que as tecnologias disponíveis devem nortear nossas ações? Como será a transformação digital do governo? A estratégia dita a tecnologia a ser escolhida ou a tecnologia determina a estratégia?"

Hoje, o TJSC oferece aos advogados e às partes acesso às varas por meio de telefone, Whatsapp, central de serviços, um sistema desenvolvido pela corregedoria do Tribunal e um balcão virtual. Há servidores para atender todos esses canais. "Será que isso é produtivo? Efetivamente agrega valor ao jurisdicionado? Penso que, talvez, se devesse investir mais nos serviços, mas com menor quantidade de canais e naqueles da preferência do jurisdicionado. Espera-se do Judiciário amplo acesso, sem papel, sem deslocamento, sem agendamento. Esses me parecem ser objetivos a serem buscados por meio das tecnologias exponenciais." ■



Diego Leitão (SECRETÁRIO DE TI DO TJPA)

"Para a Justiça chegar em cada ponto, muitas vezes de difícil acesso, somente contando com a tecnologia", afirmou Diego Leitão, secretário de TI do TJPA. Para ele, não adianta fazer avanços nos sistemas se ainda existe uma grande massa de processos físicos.

Pensando nisso, o TJPA levou todas as unidades, nos últimos dois anos, para o Processo Judicial eletrônico (PJe), finalizando em 2020 toda a parte cível e concluindo a área criminal em janeiro de 2021. Todos os novos casos estaduais agora são eletrônicos. Mas ainda existem 600 mil processos físicos, que devem ser digitalizados ao longo dos 18 meses da nova gestão. "O grande gargalo está na indexação, separar os processos por suas peças, pois só então podem ir para o PJe."

Para resolver o problema, o primeiro passo foi entregar, em maio de 2021, um sistema de automação para que o processo de migração para o PJe, depois da indexação, seja automático. Há ainda uma equipe trabalhando em uma solução de Inteligência Artificial (IA) que deverá identificar cada peça do processo para realizar a separação. ■



Rafael Coninck Teigão

(DIRETOR DE TI DO TJPR)

O TJPR, onde atua Rafael Coninck Teigão, diretor de TI, possui 15 milhões de processos eletrônicos tramitando no Projudi (Processo Judicial Digital). Desse total, pouco mais de 3 milhões estão ativos no momento. O desafio, portanto, não é mais a digitalização, mas garantir o acesso e o desempenho das plataformas.

"A área de infraestrutura trabalha há muitos anos para trazer alta disponibilidade para nossas aplicações. Antes, isso era bem tradicional, totalmente manual, e começamos com servidores físicos", contou Teigão. "Com o aumento do número de sistemas, essa arquitetura não era mais escalável. Em 2016, começamos a migrar as aplicações para uma nova plataforma em containers. Já em 2019, chegamos ao ambiente de produção. Hoje, todas as nossas aplicações estão conteinerizadas em Kubernetes."

Com isso, explicou, é possível fazer um monitoramento 24/7 tanto com pessoal quanto de forma automatizada. "Quando as aplicações param de responder, são automaticamente reiniciadas sem precisar de intervenção humana. A gente estende essa disponibilidade para toda a infraestrutura, que tem dois *data centers*, em prédios distintos, assim, a oferta do serviço não para."

O TJPR conta ainda com uma ferramenta de introspecção que mostra o comportamento interno das aplicações e, a partir de IA, faz diagnósticos rápidos que encontram gargalos, pontos de lentidão e até erros de programação, gerando relatórios que ajudam a equipe de desenvolvimento na correção dos problemas.

"Essa plataforma conteinerizada foi um dos maiores benefícios da nossa infraestrutura. Tínhamos muito problema com migração, parar e subir aplicações. Sem custos adicionais, sem precisar de licitação, conseguimos um avanço muito rápido e contínuo aplicando muitas tecnologias emergentes", detalhou. Para o futuro, o objetivo é adotar um serviço que aumente a segurança, com melhor rastreamento de vulnerabilidades, tudo dentro desse ambiente de containers. ■



José Baptista dos Santos Neto (DIRETOR DE TI DO TJAL)

Atualmente, o TJAL possui 500 mil processos em tramitação, sendo 99,9% deles em formato digital. Desde 2014, o órgão não recebe mais processos físicos, além de utilizar um sistema único de processo eletrônico, tanto administrativo quanto judicial. "Isso possibilita uma padronização nas tecnologias utilizadas, reduzindo custos e aumentando a produtividade do Tribunal", disse José Baptista dos Santos Neto, diretor de TI.

Isso proporcionou também automações importantes, como integração com os Correios, com despacho e assinatura de documentos sem lote, além de integração com outros órgãos do sistema de Justiça.

Mas o grande avanço veio por meio da IA, que começou a marcar presença no TJAL em 2019, com a análise de todos os processos cíveis da época. Esse trabalho foi ampliado para um segundo projeto, batizado de Hércules, fruto de uma parceria entre TJAL e UFAL (Universidade Federal de Alagoas). O sistema começou a ser usado na 15ª Vara Cível da Capital, responsável pela execução fiscal de Maceió, que até 2017 tinha 140 mil processos em tramitação. Hoje, o acervo é de 48 mil, resultado da digitalização e, principalmente, da implantação dos meios de automação.

"Alguns gargalos foram identificados, como a quantidade de petições intermediárias a serem analisadas. Para sanar esse problema, o Hércules foi implantado e, com seu aprendizado, conseguiu elevar os tipos de petições. A IA pode dar essa visão ao ser humano de coisas que passam despercebidas. Quanto mais assertivo o algoritmo, mais ele enxerga distorções."

A próxima fase do Hércules será na 30ª Vara Cível da Capital, a única do estado específica para a área de Saúde. ■

CONFIRA AS TENDÊNCIAS DOS PRINCIPAIS INSTITUTOS E EMPRESAS DE PESQUISA PARA 2021

Idealizador do Judiciário Exponencial, Ademir Piccoli traz os destaques da fase atual

"Por que acompanhar tendências? Para entender a direção das mudanças e antecipá-las, além de observar sinais, elaborar hipóteses e facilitar processos de tomada de decisão." Assim, Ademir Piccoli, advogado, ativista de inovação e idealizador do Judiciário Exponencial, iniciou suas apresentações (Enastic MP - 26/02; Enastic JF - 09/04; Enastic JE - 28/08), que trataram de tendências de tecnologia, inovação e gestão com base no cruzamento de informações apontadas pelos principais institutos e empresas de pesquisa do mercado, como Gartner, IDC, Forrester, Deloitte, Singularity University e World Economic Forum.

Um dos destaques foi a resiliência organizacional. Na fase atual, as instituições vêm respondendo bem à crise e estão recuperando o caminho da prosperidade, mas é necessário atenção a alguns pontos, como a busca de novas habilidades para fazer frente a novos desafios.

Já o futuro do trabalho requer foco em automação por conta dos funcionários remotos. O Gartner alerta para a curva de maturidade de tecnologias que são utilizadas para deixar os espaços de trabalho mais inteligentes, como internet das coisas (IoT) e sinalização digital. "Já imaginou ser despedido porque sensores identificaram que você não está feliz no seu trabalho?", brincou Piccoli. ■



Experiência do usuário é cada vez mais essencial

Um destaque apontado por Piccoli é a experiência do usuário. "É algo que já está sendo pensado pelas instituições de Justiça, especialmente em *hackathons*", afirmou.

Ele também citou o livro "Online Courts and the Future of Justice", de Richard Susskind. A obra trata de questões do futuro, como o julgamento online, e defende um modelo assíncrono, onde as partes não precisam estar em contato simultaneamente. Nesse sentido, a Gartner diz que a tecnologia deve aproximar as pessoas, não torná-las mais distantes. "Se uma pessoa pode pedir pizza de 15 formas diferentes, por que não tem esses mesmos dispositivos para interagir com uma instituição pública?" ■

7 DESTAQUES DO ANO

1. **Resiliência organizacional**
De acordo com a Deloitte, a resiliência organizacional passa por três fases: responder, recuperar e prosperar.

2. **Futuro do trabalho**
As organizações precisam focar em automação para ajudar os funcionários remotos a serem mais eficazes e terem melhor experiência.

3. **Experiência do usuário**
A Forrester prevê que 25% das marcas avançarão na qualidade das experiências oferecidas.

4. **Uso de Inteligência Artificial (IA) e dados**
Para o IDC, 65% dos CIOs capacitarão digitalmente e habilitarão os funcionários da linha de frente com dados, IA e segurança.

5. **Segurança da informação e privacidade dos dados**
A Deloitte destaca a importância de uma política de Confiança Zero: nunca confie, sempre verifique.

6. **Infraestrutura, nuvem, 5G**
Em 2021, 30% das empresas continuarão a acelerar seus investimentos em nuvem, segurança, redes e mobilidade, segundo a Forrester.

7. **Tecnologias exponenciais para enfrentamento dos desafios da sociedade**
Algumas tendências são destaque, entre elas: IA, robótica e neurociência.

O FUTURO JÁ ESTÁ AQUI

Conheça tendências e perspectivas baseadas em citações de importantes futuristas



As tendências que chegam em 2021 já visando o futuro foram bastante debatidas ao longo do Enastic 2021. Com base em um documento da revista The Economist - produzido a partir de citações de uma série de futuristas -, o cofundador e CEO do Experience Club, Ricardo Natale, participou do Enastic JF (08/04) e enumerou 20 destaques.

O primeiro é o trabalho remoto. "Vamos adaptar as nossas casas e estamos nos preparando para fazer as nossas grandes reuniões digitais", explicou. Nesse contexto, outra tendência é que muitos escritórios devem optar por fechar, assim como 50% dos hotéis destinados ao turismo de trabalho.

Além disso, espera-se uma adaptação das casas para o trabalho remoto e uma nova forma para a contratação de pessoas, que passa a ser mais fácil, barata e eficiente quando se pensa em contratar os melhores do mundo.

Natale citou outra tendência: os serviços por assinatura. "Em média, os Estados Unidos têm 60 serviços pagos por assinatura. No Brasil, ainda pagamos apenas três ou quatro." Ele também afirmou que a interação será a base do entretenimento, assim como a opção por uma vida mais saudável. "A ostentação e tudo que achávamos que era sinônimo de alto desempenho está cada vez mais desaparecendo", alertou. ■

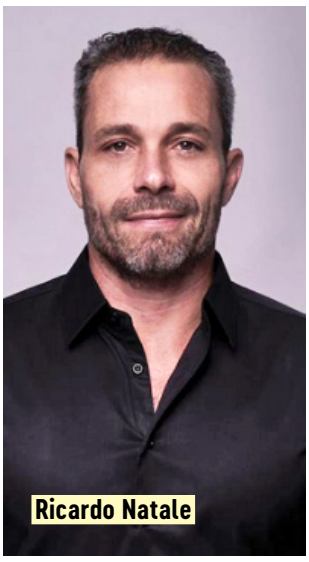
Confira outras tendências apontadas pelo palestrante:

- Deve ser o fim da empresa tradicional que não investe em tecnologia.
- Os dados pessoais se tornam cada vez mais delicados.
- A Inteligência Artificial (IA) começa a incomodar a força de trabalho.
- Estudar offline e online será normal.
- O sistema médico terá sua parte digital.
- Haverá uma transformação radical nos hábitos pessoais e escolhas de consumo.
- O comércio digital se torna soberano.
- No lugar da Covid-19 entram as questões da mudança climática.
- Haverá maior transparência na produção de notícias.
- Espera-se crises de liderança nas empresas.
- O empreendedorismo social se torna decisivo.
- 2021 será o ano do renascimento.

ADAPTAÇÃO SERÁ PALAVRA-CHAVE

Essas tendências vão exigir adaptações em todas as áreas. Natale explicou que cada vez mais deve acontecer um êxodo para cidades menores e próximas do grande centro e que o trabalho remoto vai exigir desafios por parte dos líderes.

A IA, por sua vez, realmente deve causar uma grande onda de demissões por conta da substituição de trabalhos repetitivos, ao passo em que os estudos e a medicina não serão mais os mesmos. "A educação não volta a ser o que era antes e é totalmente adaptável. As escolas se transformam em locais híbridos", disse. "E as teleconferências e teleatendimentos digitais se tornam normais no sistema médico." ■



Ricardo Natale



TELETRABALHO EXIGE ATENÇÃO REDOBRADA COM A SEGURANÇA

Identidade do usuário e controle da informação importam, explica executivo da Microsoft

O trabalho remoto é uma modalidade que veio para ficar e traz um impacto importante: a necessidade de gerenciar e manter um ambiente seguro. Para isso, é preciso contar com o apoio de ferramentas e produtos capazes de proteger contra acessos indevidos e invasão aos sistemas. Também pede agilidade para detectar um possível ataque, visto que pesquisas indicam que um cibercriminoso pode penetrar a infraestrutura por até 200 dias antes de ser detectado.

"No ambiente de trabalho remoto, houve mudança nas questões de segurança, que precisam ser baseadas na identidade do usuário e no controle da informação", disse Luciano Lourenço, executivo de soluções de cibersegurança e conformidade da Microsoft (Enastic MP - 25/02). "Isso é importante até mesmo para atuar de acordo com a legislação e garantir que as instituições consigam montar um ambiente seguro e em conformidade."

Ele explica que o processo para identificar e responder situações de perigo passa por camadas de proteção das soluções de meio. Ali, invasores disparam, por exemplo, e-mails baseados em *phishing*, com links ou conteúdos anexos que fazem com que os usuários se sintam atraídos a clicar ou abrir. Inclusive, Lourenço lembra que, no último ano, informações relacionadas à Covid-19 foram utilizadas como isca para invadir dispositivos. "Isso compromete a identidade e os dados do usuário. Uma forma de proteção é ter sensores que conseguem identificar e bloquear ou não deixar executar os artefatos invasores."

Além disso, Lourenço destaca questões como manter o sistema operacional e o antivírus atualizados, assim como optar por padrões de senhas para garantir o gerenciamento dos acessos. "Agentes maliciosos não buscam diretamente a senha ou falhas, mas alguém que não utiliza recursos de segurança, que não tem conhecimento de tecnologia. Eles tentam roubar a identidade de alguém mais fraco. A partir dali, tentarão invadir, internamente na rede, um usuário com maior privilégio, o chamado 'golden ticket'", explicou. ■

CONTROLES EFICIENTES PARA O NOVO PERÍMETRO

"O perímetro não é mais aquele tradicional, com estrutura de segurança para proteger quem está dentro; ele está em todo lugar." Com essa frase, Marlos Steffen, especialista em segurança para o segmento de Justiça da Netskope, iniciou sua palestra no Enastic JE (28/04). Como convidado, trouxe Sidney Rosa da Silva Junior, gerente do departamento de suporte e operações da Assembleia Legislativa da Bahia, que contou a experiência do órgão com o trabalho remoto.

A Netskope ajuda a resolver problemas que podem atrasar o funcionamento da instituição em relação ao trabalho remoto, sendo que a plataforma em nuvem acompanha o usuário onde quer que ele esteja. ■

Ataques cibernéticos demandam reflexão sobre Direito digital

"2020 foi um ano que mudou nossas vidas. O Ministério Público (MP) trabalhou muito, o Judiciário em geral trabalhou muito, e os *crackers* e *hackers* também." Assim, o advogado, professor e presidente da Comissão Nacional de Cibercrimes da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM), Luiz Augusto Filizzola D'Urso, iniciou sua apresentação no Enastic MP (24/02).

De acordo com D'Urso, o crime cibernético evoluiu durante a pandemia, aumentando a quantidade de vítimas e boletins de ocorrência relacionados a esse tipo de delito. "A partir do momento em que as pessoas começaram a trabalhar de casa e fazer compras virtuais, houve a migração não só das pessoas, mas dos criminosos também. Ou seja, o criminoso que levava o celular de alguém na bicicleta estava de *home office* e passou a cometer crimes na internet."

O advogado lembrou fatos preocupantes nos últimos tempos, como a invasão de servidores de órgãos essenciais, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Ano passado, tivemos a sensação de que alguns sistemas não são tão seguros. Sabemos que não existe sistema 100% seguro, mas o poder público terá que se preocupar mais ainda com segurança da informação e de dados. Houve tantos vazamentos no ano passado com efeitos gravíssimos, mostrando para o mundo que estamos vulneráveis."

D'Urso explicou que, com as invasões, passou-se a refletir mais sobre as questões legais, já que os casos trouxeram à tona situações graves, como a dificuldade na investigação. "É importante debater essa questão e cobrar a Justiça sobre isso. Há casos memoráveis de invasão, de vazamento de dados, com certa sensação de impunidade", refletiu.

No caso da invasão do STJ, o delito, segundo o especialista, poderia ser enquadrado em alguns crimes, como invasão de dispositivo informático (Artigo 154 A do Código Penal), que tem pena de 3 meses a 1 ano, podendo ser aumentada se houver prejuízo econômico; e extorsão (Artigo 158), com pena de até 10 anos de reclusão. Nesse caso, D'Urso explica que o ataque dificilmente teria sido cometido por uma pessoa só, de forma que seria possível incluir no parágrafo primeiro do Artigo 158 o aumento de pena.

"Também tentou-se enquadrar no Artigo 266 do Código Penal, que é a interrupção de serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico." Ele ressaltou que a principal reflexão deve ser sobre o impacto desse tipo de crime, que afeta o direito do cidadão ao acesso à Justiça. "Precisamos estar unidos para pensar no Direito Digital e provocar o legislativo para trazer punições proporcionais. Ainda é um cenário de bastante impunidade." ■



Luiz Augusto Filizzola D'Urso, advogado, professor e presidente da Comissão Nacional de Cibercrimes da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (ABRACRIM)

"Sabemos que não existe um sistema 100% seguro, mas o poder público terá que se preocupar mais ainda com segurança."

QUAL É O FUTURO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL?

Especialistas debatem mudanças, recursos e desafios que devem influenciar os caminhos dos processos de investigação daqui para frente

Durante o Enastic MP (24/02), Mylene Comploier, promotora do Ministério Público de São Paulo (MPSP), moderou o painel "O Futuro da Investigação Criminal", que debateu questões relevantes. "É importante avaliar se as ferramentas que nos trouxeram até aqui são as mesmas que vão nos levar adiante e como utilizar toda a miríade de informações que temos."

Falaram sobre o tema Richard Gantus Encinas, promotor do MPSP e integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO); Emerson Wendt, delegado e especialista em investigação de crimes cibernéticos; e Fernando Mattos, promotor do Ministério Público do Paraná (MPPR). Veja um resumo do painel. ■



Richard Gantus Encinas

(PROMOTOR DO MPSP)

"O cibercrime não é o futuro, ele já é o passado. Estamos correndo atrás do prejuízo, reaprendendo tudo no mundo cibernético." A afirmação de Richard Gantus Encinas, promotor do MPSP, levanta uma problemática importante para o futuro da investigação criminal: como combater a atuação criminosa no ciberespaço? "Esses criminosos, que acreditam ser anônimos, ganham no volume. É o caso do *phishing*. A cada 100 tentativas, uma ou duas dão certo. O Direito Penal não consegue dar uma resposta ágil para casos da internet", afirmou.

Partindo dessa lógica, o promotor sugere mudanças na forma de empreender uma investigação. "No mundo real, o xadrez da segurança pública é a prevenção. E dá para fazer isso na internet também, utilizando atividades persecutórias. Vemos isso em outros países, como a Inglaterra", disse. Para ele, é preciso mudar o foco do criminoso e passar para a tutela do bem jurídico. "É sair da caixinha e superar adágios clássicos do Direito, como a obrigatoriedade da ação penal. Isso é muito difícil, mas estamos no momento de transição." ■



Emerson Wendt (DELEGADO E ESPECIALISTA EM INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS)

O futuro da investigação tem alguns desafios, entre eles a mudança cultural. A explicação é do delegado e especialista em investigação de crimes cibernéticos Emerson Wendt. Para ele, isso quer dizer se desprender do caminho tradicional e abrir horizontes para criar uma interlocução entre a investigação criminal padrão e a tecnológica.

Outro obstáculo é de ordem estrutural. "Temos 27 Polícias Civis no país. São estruturas diferentes, vinculadas a questões políticas e administrativas diversas. Isso afeta a organização. Falta também padronização nas investigações, pois não existe uma lei geral nacional", lembrou.

Wendt ainda destacou o fato de que o código de processo penal foi recentemente modificado, mas segue excluindo a questão da evidência digital, quando a maioria das investigações conta com essa lógica atualmente. "Quando se investe em tecnologia, em novos *softwares*, *hardwares*, treinamentos, você tem a possibilidade de qualificar a investigação. Em uma investigação de crime organizado, apreende-se bens de muitos milhões. A lógica de ter aplicação de valores apreendidos para ampliar a tecnologia na investigação criminal deve ser a do investimento." ■



Fernando Mattos

(PROMOTOR DO MPPR)

Maior efetividade nas investigações criminais. Essa foi apontada por Fernando Mattos, promotor do MPPR, como uma das principais necessidades desse tipo de processo. "Isso permeia as instituições há muito tempo."

Ele levantou alguns pressupostos, como a potencialização dos instrumentos consensuais para a solução de conflitos penais. Como exemplo, citou o *Online Dispute Resolution*, ferramenta que se consolida principalmente nos Estados Unidos. "É a possibilidade das partes, por intermédio de plataformas digitais, resolverem conflitos. Isso ganha espaço no futuro também no ambiente de investigações criminais, o que contribuiria para diminuir o volume de trabalho", explicou.

O inquérito policial eletrônico é outro recurso que pode aumentar a efetividade das investigações criminais. Além disso, Mattos falou da possibilidade de se pensar em alertas automatizados e no trabalho de articulação entre as instituições para que, em conjunto, estabeleçam prioridades investigativas. Isso ajudaria a enfrentar delitos com maiores impactos sociais.

Por fim, reforçou a importância da prevenção e sugeriu o uso do policiamento preditivo, uma realidade, inclusive no Brasil, de utilizar dados estatísticos para prevenir atividades criminais futuras. Isso abriria um leque muito grande de recursos tecnológicos que podem ser utilizados no futuro, como análises genéticas, drones e reconhecimento facial. "Com o enfrentamento desses pressupostos, talvez seja possível priorizar a atuação das autoridades responsáveis pelas investigações criminais aos crimes que causam maior impacto social, gerando resultados que beneficiem a sociedade", concluiu. ■

TECNOLOGIA É UM MEIO, NÃO UM FIM EM SI MESMO, DIZ SANDRO MAGALDI

Fundador do Meu Sucesso.com e autor de diversos *bestsellers* acredita que a transformação digital do Judiciário é chave na evolução da sociedade

"Refletir sobre o contexto de transformação em uma dimensão tão importante quanto o Judiciário é inegavelmente um tema fundamental para a evolução da nossa sociedade", afirmou Sandro Magaldi, fundador do Meu Sucesso.com, uma das principais plataformas de empreendedorismo do Brasil, e coautor dos ***bestsellers*** "Gestão do Amanhã" e "Estratégia Adaptativa", além de autor de "O Novo Código da Cultura", em sua apresentação no Enastic JF (09/04).

Magaldi citou a Lei de Moore, que diz que todo sistema computacional dobra de capacidade em 12 meses. "Hoje, temos um mundo cada vez mais global, com repercussão em poucos segundos. Temos um empoderamento do indivíduo como nunca houve", disse, explicando que um simples *smartphone* de última geração tem mais de 14 mil vezes a capacidade computacional do que foi necessário para levar o homem à lua.

O palestrante também avaliou que a tecnologia tem evoluído com capacidade maior que nosso entendimento e, por isso, nos sentimos ameaçados e inseguros. Apesar disso, o contexto atual é de inúmeras oportunidades.

Ele contou que realizou um estudo para entender como foi possível que a humanidade desenvolvesse cinco vacinas em tão pouco tempo. "A da caxumba levou quatro anos e havia sido a mais rápida até então. Uma pesquisa da Universidade de Oxford mostrou que 15 ou 16 vacinas levaram mais de uma década para desenvolvimento. Como passamos de 10 anos para 10 meses?" Em resposta, creditou fatores como a emergência do contexto, com esforço brutal para o encontro da solução, e uma enxurrada de investimentos financeiros. "Mas isso não seria suficiente sem o farto uso de tecnologias disruptivas e a forma de trabalho com que o projeto foi organizado."

Para concluir, relatou que as transformações não dizem respeito à adoção tecnológica. "Não é sobre tecnologia, é sobre pessoas. E como adotamos tecnologia para uma nova forma de gestão. A tecnologia é um meio, não é fim em si mesmo." ■



Sandro Magaldi

PANDEMIA EXIGIU ADAPTAÇÕES RÁPIDAS E TROUXE QUESTIONAMENTOS

Especialistas trouxeram à tona questões essenciais sobre o futuro dos novos modelos de trabalho

"Enfrentamos um turbilhão na questão do modelo de trabalho", disse, em relação à pandemia, Rodrigo Almeida Carvalho, secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações do Superior Tribunal Federal (STF). "Tivemos que nos adaptar e começaram a surgir perguntas. Entre elas: quais as incertezas relacionadas ao trabalho remoto que a gente não mapeou? A tecnologia que a gente oferece é apropriada?"

Com esses questionamentos, Carvalho iniciou um painel no Enastic JF (09/04), do qual participaram Rogério Abreu da Cunha, analista Judiciário na Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC), atualmente na direção do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); e Marlos Steffen, especialista em Segurança para Segmento de Justiça da Netskope. Confira os destaques das apresentações. ■



Rogério Abreu da Cunha

(ANALISTA JUDICIÁRIO NA JFSC)

Segundo Rogério Abreu da Cunha, analista Judiciário na JFSC, desde 2010 só havia entrada de processos eletrônicos no estado, o que facilitou a adaptação às mudanças trazidas pela pandemia. "Nossas ferramentas são todas *web*, então o nível de estresse não foi tão significativo. O teletrabalho também já era uma realidade: 200 servidores já faziam e, no ano passado, esse número aumentou", disse.

Ainda assim, a administração precisou emprestar equipamentos porque algumas pessoas não tinham computador. Além disso, os usuários estavam acostumados ao uso de duas telas. "Alguns não tinham internet, então tivemos que ensinar a rotearem o telefone até a contratação de um plano. Em março, 100% do quadro estava em teletrabalho compulsório (1.150 pessoas), 75% dos que ainda estavam no prédio foram para casa, mas foi um processo tranquilo", detalhou.

No caso da 4ª Região, várias formas de atendimento que não eram muito usadas anteriormente passaram a ser incentivadas, como Whatsapp, *chatbot*, formulário online e, recentemente, o balcão virtual, que foi disponibilizado em 30 dias. "Aumentaram as opções de acesso tanto do lado de fora quanto para os nossos usuários." ■



Marlos Steffen (ESPECIALISTA EM SEGURANÇA PARA SEGMENTO DE JUSTIÇA DA NETSKOPE)

"Às vezes, o usuário nem queria estar remoto, mas uma vez que está, se depara com situações que não havia antes." Assim, Marlos Steffen, especialista em segurança para o segmento de Justiça da Netksope, iniciou sua apresentação. Ele explicou que, no contexto do *home office*, a segurança tem um papel importante, que é garantir que o usuário esteja conectado, trabalhando e seguro.

Segundo ele, em 2010 havia cerca de 7 Zettabytes na nuvem. Em 2020, eram 57 Zettabytes. "Para se ter ideia, 1 ZB equivale a todos os grãos de areia do mundo! E o IDC diz que nos próximos cinco anos esse número vai aumentar de forma exponencial. A expectativa é que sejam 175 ZB na nuvem até 2025", observou.

Steffen explicou que diversos usuários passaram a se concentrar em VPN, elevando a chance de gargalos. "Começou a haver um controle mais rígido de dados e o usuário passou a ter problemas para trabalhar. Muitas empresas contrataram serviços em nuvem. Gerou-se um novo problema com a quantidade de aplicativos surgindo. Outra questão importante é o que o usuário está fazendo com o dado e também a exposição de credenciais de trabalho na internet", disse. ■

DIREITO E NEUROCIÊNCIA:
UMA RELAÇÃO CADA VEZ MAIS PRÓXIMA

O professor Renato César Cardoso defendeu a importância do entendimento do novo campo



Em 1966, o estudante de engenharia Charles Whitman subiu na torre do Texas e começou a atirar, matando muitas pessoas. O massacre foi relembrado pelo professor do programa de pós-graduação em Neurociência da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Renato César Cardoso em sua apresentação no Enastic MP (26/02).

Foi descoberta uma carta de Whitman em que ele dizia que "tinha vontades que não conseguia controlar". A autópsia mostrou um tumor em uma área do cérebro relacionada a emoções como medo e agressividade. "É difícil entender tudo o que ele fez, mas existe uma mudança central quando descobrimos algo assim. Nos perguntamos até que ponto ele tinha culpabilidade."

O professor defendeu a importância do novo campo do NeuroDireito ou Direito e Neurociência. O termo foi criado em 1991, mas essa interação é mais antiga. "Há inúmeras relações, nem sempre positivas, ao longo da história, por isso é preciso cuidado ainda hoje. Nem sempre as apropriações devem ser feitas de forma simples."

A grande questão é que a Lei só pode ser compreendida enquanto fruto de um comportamento humano. "Ela só faz sentido como algo que visa controlar comportamentos e expectativas. A Neurociência, por sua vez, só é interessante porque tem relação intrínseca com comportamento e cognição." ■

Direito, Neurociência e Inteligência Artificial

Segundo o professor Cardoso, será preciso discutir no futuro se as tendências feitas por Inteligência Artificial (IA) e chanceladas apenas por um juiz serão válidas ou não. "Já é possível que isso esteja acontecendo. É um problema sério que vamos ter que enfrentar", disse.

"Seres humanos dirigem carros, escrevem poesias, compõem sinfonias e dão sentenças justas o tempo todo. Nossa complexidade nos leva a perder de vista essa verdade simples. Me parece que a diferença entre decisão tomada por humano ou computador é diferença de grau", avaliou. ■

NEUROCIÊNCIA E DIREITO EM TRÊS PONTOS:

Neurociência no Direito ou Neurociência forense:

Aparece nos tribunais como meio de prova. "Nos Estados Unidos, existe uma empresa famosa, inclusive, por meio da qual você pode pagar para fazer uma ressonância magnética e eles dizem se a pessoa está mentindo ou não. Precisamos entender a validade jurídica dessas coisas."

Neurociência do Direito:

Nesse caso, a tomada de decisão jurídica é estudada por métodos científicos. "Existem estudos que mostram como o cérebro se comporta ao julgar uma ação intencional ou acidental, uma ação moral ou neutra."

Direito da Neurociência:

O Direito tem que regular o fazer neurocientífico e a aplicação dos resultados da Neurociência. "Fazemos a avaliação das pesquisas, mas tem que haver a regulamentação jurídica para saber o que é possível fazer em termos de experimentação para evitar abusos por parte de cientistas."

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ELA PODE MUDAR SUA VIDA

Especialistas mostram que conhecimento sobre o tema é meio para se chegar aonde quiser



Como a educação financeira pode mudar uma vida? O tema foi foco do painel (Enastic JF - 09/04) que contou com a participação de Thiago Godoy, Head de educação financeira da XP Inc. e Colunista do Infomoney; e Bianca Juliano, responsável pela área de Expansão da XPEED SCHOOL.

Godoy ressaltou que a educação financeira é um meio para se chegar aonde se quer. Ele afirmou que é um equívoco pensar que quem não está na área de exatas não entende de finanças. "Entender de finanças não é entender de matemática financeira, nada tão complexo", disse. "A falta de educação financeira é a falta de abertura para entender como lidar com dinheiro, como usar os recursos."

Ele afirmou que é possível pensar no dinheiro de duas formas. Uma delas, "fria", é mais racional; e a outra, "quente", mais emocional. "Não nos damos conta que o dinheiro é muito mais quente do que frio. Só 5% do nosso pensamento é estruturado e racional. 95% é intuição e distinto." É preciso olhar primeiro questões mais profundas sobre o dinheiro para que seja trabalhado depois no racional. "Até quem tem dinheiro muitas vezes não sabe lidar ou poderia lidar melhor com ele", afirmou.

O especialista citou um estudo da PWC (*Employee Financial Wellness Survey*), que mostra o bem-estar financeiro entre os profissionais. "O estresse financeiro impacta diretamente a produtividade da pessoa. Cerca de 30% perdem mais de 3 horas da semana para lidar com problemas financeiros", detalhou.

Em sua apresentação, Bianca aproveitou para ressaltar a importância dos juros compostos e apresentou alguns cenários hipotéticos de investimentos ao longo do tempo. "Quem entende sabe o quanto isso é poderoso. Quem não conhece acaba ficando para trás", explicou. "Menos de 4% da população brasileira sabe o que é juro composto", lamentou, afirmando que nunca é tarde para aprender. "Queremos que as pessoas entendam como podem ser donas do seu tempo, do seu dinheiro, da sua fórmula de poupar e investir." ■

INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INVESTIMENTOS

Bianca Juliano disse que educação financeira e investimentos também são formas de inovação e que a XPEED SCHOOL é movida pelo desafio da prosperidade no Brasil, com o objetivo de educar financeiramente milhões de brasileiros.

Explicou ainda a parceria realizada entre a escola e o Judiciário Exponencial, que contou com nove cursos distribuídos em três combos exclusivos. "No passado era fácil conseguir juros na casa dos 20%. Hoje, para conseguir 10% ao ano é preciso conhecer mais sobre investimentos. É um desafio", afirmou, reforçando que quanto mais se entende sobre educação financeira e investimentos, menos medo de investir as pessoas têm. ■



Bianca Juliano

É POSSÍVEL OLHAR O MUNDO COM ESCASSEZ OU ABUNDÂNCIA, DIZ PHD

"Uma das coisas que mais me perguntam é como será o novo normal, o reset do mundo", contou Solange Mata Machado, pós-doutora em aplicação da Neurociência em inovação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora e mestre em inovação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Enastic JE (28/04).

Para ela, as transformações que vivemos, à medida que criam rupturas nos negócios, trazem grandes oportunidades, e citou uma frase de Peter Drucker, que permeou sua apresentação: "em tempos de turbulência, o desafio não é a turbulência, mas agir com o *mindset* do passado". "O mundo que conhecíamos era linear. Olhávamos para o passado para projetar o futuro, mas esse tipo de pensamento, processo, atividade e raciocínio no mundo não linear - no qual fatores externos não controláveis como a pandemia começam a entrar no nosso dia a dia - pode nos trazer sustos enormes. Esse tipo de raciocínio já não será mais suficiente", disse.

Em nossa evolução, tudo que aprendemos ao longo da vida fica gravado na área inferior do cérebro, na memória de longo prazo. "Informações de algo prazeroso são guardadas com dopamina. As preocupações, ansiedades e frustrações são guardadas com adrenalina. Mas esse é um circuito antigo ativado sempre que temos emoções negativas. Nossos ancestrais precisavam guardar todas as emoções negativas relacionadas à sobrevivência e nossos neurônios não sabem se estamos em savana africana ou se existe algo ameaçando de fato."

> ***"O mundo que conhecíamos era linear. Olhávamos para o passado para projetar o futuro, mas esse tipo de pensamento, processo, atividade e raciocínio no mundo não linear pode nos trazer sustos enormes. Esse tipo de raciocínio já não será mais suficiente."***
>
> Solange Mata Machado, pós-doutora em aplicação da Neurociência em inovação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora e mestre em inovação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

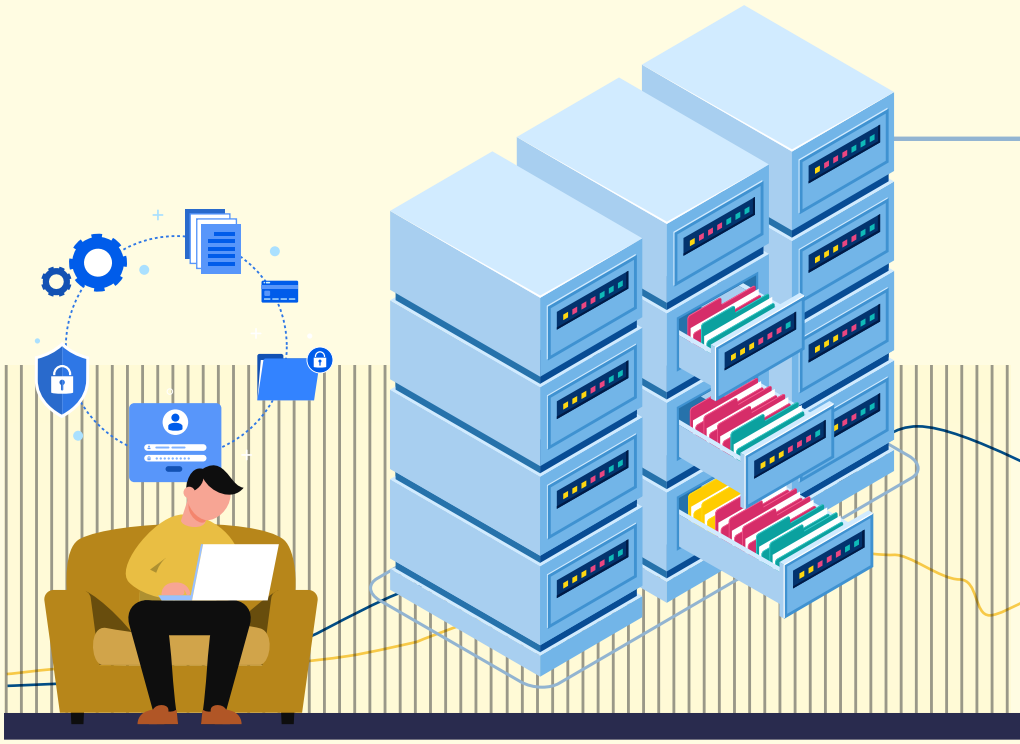


Assim, se algo nos deixa apreensivos, o estímulo recebido pelos neurônios seria semelhante ao da savana africana. Ela afirmou que mais de 95% da tomada de decisão vem de informações do passado. "E se eu continuar usando memórias do passado, de onde vêm minhas crenças, estou vivendo um *gap* grande entre o que penso e o que deveria pensar, que seria um novo processamento de informação."

Segundo Solange, em um modelo de sobrevivência, a criatividade, mola propulsora da inovação, acaba não sendo ativada e os processos colaborativos ficam prejudicados. "Entender o mundo exponencial vai depender da forma como a gente pensa. Você vai olhar o mundo pelas lentes e modelos do passado, com escassez; ou vai olhar o mundo com lentes da novidade, da abundância?", perguntou. "Se olharmos com escassez, vou pensar em sobrevivência. Preciso começar a pensar diferente, acionar a área pré-frontal para inovar e buscar novas possibilidades, aprender a correr riscos", sugeriu, ressaltando que caminhamos em um mundo em que a tecnologia está mudando e será preciso mudar continuamente. ■

A ERA DOS DADOS: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DOS DADOS NA SOCIEDADE E NA JUSTIÇA

Vivemos uma aceleração na evolução analítica e é preciso saber enfrentá-la



As tendências de *analytics* não podem mais ser direcionadas exclusivamente para a área de tecnologia, e sim para todos os profissionais, de qualquer tipo de negócio. Essa é a análise de Ricardo Cappra, pesquisador de cultura analítica e cientista chefe do Cappra Institute, que realizou a palestra de abertura do segundo dia do Enastic JE (29/04). Segundo o especialista, privacidade, computação, golpes online, algoritmos, dados de saúde e até aprendizado de máquina tornaram-se parte do vocabulário do dia a dia de toda a sociedade.

Para Cappra, vivemos uma aceleração da evolução analítica, em que o crescimento da Tecnologia da Informação (TI) em todos os setores invadiu nossas vidas. "Vivemos um momento particular, mas nem todo mundo está preparado para enfrentá-lo." Ele citou algumas transformações importantes: a primeira, de uma mentalidade analítica para uma mentalidade digital; e a segunda, de um processo manual para um processo automatizado. "Aquelas pessoas e empresas que estão com um processo muito manual ainda e com uma mentalidade pouco digital estão na zona da morte. Tão perigoso quanto isso é a zona de risco, que é quando você tem um processo automatizado, mas uma mentalidade muito analógica. Mover a linha da mentalidade é um processo muito lento", afirmou.

Cappra explicou que está havendo uma aceleração da ciência de dados no Brasil. "*Big Data*, Ciência de Dados, algoritmos e Inteligência Artificial já estão num processo avançado. Mas o movimento de analytics está acontecendo só do lado tecnológico, não cultural. E não adianta fazer esse movimento isolado na área técnica."

Ele tratou ainda dos processos de tomada de decisão e da necessidade de maior uso de dados, citando um estudo da Universidade de Columbia como exemplo. O levantamento mostra 1.112 casos na Justiça que foram julgados por oito juízes durante 10 meses. As decisões mais favoráveis aos acusados se davam logo pela manhã ou após um lanche ou almoço. "No fim do dia, as decisões eram muito pouco favoráveis aos acusados. O que acontece é que o cérebro fadiga", analisou. E como se corrige isso? Segundo Cappra, através dos dados.





Ricardo Cappra

O especialista destacou que quando há um excesso de informação é preciso olhar para a informação qualificada, organizada e visual. "No meio do caos, olhe para os dados", ressaltou, afirmando que é preciso educar a sociedade para tomar mais decisões baseadas em dados. "Todos vamos ser analistas de dados. É claro que vamos passar por uma fase de amadurecimento antes."

Dados e resultados nas organizações

Com relação às organizações, Cappa disse que os dados podem dar resultados de três formas:

- Na automação do processo de consumo da informação com melhora da produtividade dos indivíduos;
- A partir da estruturação para que as pessoas tenham mais performance;
- Quando se usa dados não estruturados para olhar coisas que não se consegue observar novamente.

"É a inovação. Mas só atingimos esse ponto através da cultura, quando pessoas começam a olhar para dados", completou. ■

GESTÃO DO CONHECIMENTO É ESSENCIAL NA ERA DA TECNOLOGIA

"No universo do Direito, queremos a excelência, mas buscar a solução ótima atravanca o valor da decisão", disse Octávio Paulo Neto, promotor do Ministério Público da Paraíba (MPPB) e membro colaborador da Procuradoria-Geral da República (PGR) no Enastic MP (25/02).

Para ele, a estratégia passa pelo domínio do algoritmo e implementação de tecnologias sem suprimir o fator humano. Ele indica questões básicas que podem ajudar: Quais dados temos? Onde ficam? Que sistemas usam quais dados e para quê? Resolvemos conformidade e regulação? Como os dados podem aumentar a agilidade, reduzir riscos e custos e criar oportunidades, receitas e lucros? ■



Octávio Paulo Neto

QUAL O PAPEL DA INOVAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL?

Especialistas comentam erros e acertos que instituições cometem quando decidem inovar

Erros, acertos e tecnologias essenciais para a inovação do Judiciário. Esses pontos foram abordados no painel "Papel da inovação na transformação da cultura organizacional" (Enastic JE - 30/04), cuja moderação foi do advogado, ativista de inovação e idealizador do evento, Ademir Piccoli.

Participaram:FerdinandoMarco Gomes Serejo Sousa, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); Ian Barbosa Nascimento, defensor público do Maranhão; e Tibério Augusto Lima de Melo, promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão (MPMA).

Piccoli abordou erros que as instituições cometem ao inovar e o ato sem propósito e direcionamento foi citado por todos os participantes como algo negativo. Na sequência, os palestrantes citaram pontos que consideram acertos na inovação e tecnologias que veem como essenciais. Confira. ■

1 Quais erros as instituições cometem ao tentar inovar?

"Inovar por inovar". Eis um dos pontos que podem ser muito negativos em um processo de inovação nas organizações de acordo com os participantes do painel. Para o Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa, não se deve inovar apenas para seguir a moda, sem saber se é algo necessário ou pulando etapas no processo.

O promotor de Justiça Tibério Augusto Lima de Melo concordou. "É preciso ponderar com calma qual inovação considerar", disse, ganhando reforço do defensor público Ian Barbosa Nascimento para a questão. Ele disse perceber "quase um desespero pela inovação", mas muitas vezes sem a observação das prioridades.

Ian também citou a questão do uso da Inteligência Artificial (IA) sem que muitas vezes exista treinamento ou suporte à equipe para uso adequado. "Muitas vezes, não se preocupa também em ouvir o que o usuário pensa."

A falta de participação do usuário em um processo de inovação também é um ponto negativo citado por Tibério. "Não adianta usar um sistema mais moderno se no dia a dia não tem as funcionalidades necessárias para o usuário", declarou. É um erro também quando a inovação se dá sem o usuário final ser escutado.

Ele acrescentou como ponto de atenção a questão da segurança da informação. "Certas situações me preocupam, como a necessidade de levar informações para a nuvem. Mas o que é a nuvem? Muitas vezes uma empresa estrangeira que terá acesso a nossas informações. Não é simplesmente levar porque é uma nova moda."

O Juiz Ferdinando aproveitou para citar o "sistema imunológico" existente nas instituições, apontado por Piccoli no livro "Judiciário Exponencial: sete premissas para acelerar a inovação e o processo de transformação no ecossistema da Justiça". "Esse sistema ataca tudo que vem de fora e tem o papel de manter o organismo vivo. O que procuramos é um equilíbrio", relatou, lembrando como outro erro comum a incorporação de uma inovação que vá contra os valores da instituição. ■

2 Quais acertos as instituições devem considerar ao inovar?

A segunda questão de Piccoli procurou levantar os acertos das instituições. Para o Juiz Ferdinando, "um deles é pensar que a inovação é feita por pessoas e que é preciso haver um ambiente em que possam ter ideias acolhidas". Ele destacou a necessidade de ouvir as pessoas impactadas e aproveitou para citar que a contratação do Judiciário Exponencial para o ToadaLab, laboratório de inovação do Maranhão, foi um acerto.

"No *Design Thinking* aprendemos personas e o caminho do usuário, mas na prática temos que pôr em funcionamento", disse ele, dando exemplos como o menu de um *chatbot* criado para o Tribunal que era muito complexo. "Do ponto de vista do desenvolvedor atendia todas as necessidades, mas para o usuário não. Então ele foi simplificado. O segundo acerto, portanto, é ouvir pessoas". O terceiro é manter o suporte da alta administração no processo.

Para Tibério, a inovação deve servir para melhorar a eficiência, pensando formas diferentes de resolver os problemas e facilitar a vida do usuário. "Uma tecnologia que torna o acesso ao Judiciário dificultoso porque o menu inicial é complexo precisa ser remodelado. Tem que ser mais fácil que o anterior. É preciso pensar na facilidade para o usuário, do contrário a inovação depõe contra si mesma", disse.

Já para Ian, o primeiro acerto é o estímulo para mudança de *mindset*. Ele considera essencial estimular as equipes a sair do comodismo e lidar com os erros de forma natural."Temos que estar dispostos a correr novos riscos e estar abertos a novos métodos de trabalho, sendo compreensivos e tolerantes com os riscos. Isso deve ser tratado de forma natural para que haja disposição de inovar mesmo após um erro", ressaltou.

Outros pontos importantes são o uso científico dos dados para a tomada de decisão e a necessidade de se pensar a inovação não apenas como algo puramente tecnológico. "É possível inovar sem a necessidade de aplicar tecnologia de ponta. Muitas vezes um olhar atento ao que já existe é suficiente para inovar." ■

3 Quais as tecnologias mais importantes para a continuidade da jornada inovadora?

Com essa pergunta, o moderador Ademir Piccoli encerrou o último painel do Enastic JE (30/04).

Para o juiz Ferdinando, a tecnologia mais importante de todas não é, na verdade, uma tecnologia, mas o sentimento de empatia. "É colocar o cidadão no centro, pois ele é o motivo por que existimos. A empatia colocada num processo decisório e de forma padronizada, considerando o caminho do usuário, é a real tecnologia que vai nos levar para frente", frisou.

O promotor Tibério Augusto também reforçou que o ser humano deve estar em primeiro lugar. "O sistema de Justiça só existe porque há um ser humano a servir", analisou. Além disso, ele ressaltou a importância da interoperabilidade, ou seja, os sistemas das diversas instituições conseguindo se conversar. "O MP está em ação junto ao TJMA para que nossos sistemas se conversem. Também estamos em trabalho com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para que a conversa se dê", explicou.

O terceiro ponto levantado por ele com relação à tecnologia é a questão da segurança dos dados. "Cada vez mais a sociedade fica digitalizada, mas na medida em que nos tornamos mais digitais, os problemas relacionados à segurança aumentam", ponderou.

Já o defensor público Ian Barbosa acredita que o mais importante é desburocratizar o acesso aos serviços públicos, trazendo tecnologia para o cidadão. "Hoje, infelizmente vivemos num cenário de exclusão digital grande", afirmou, complementando que, em geral, há dificuldade do cidadão acessar os serviços públicos que necessita. "É importante facilitar e desburocratizar o acesso, principalmente ao cidadão mais carente, que vai ter mais dificuldade de utilizar e compreender as ferramentas", concluiu. ■

Comunicação não violenta parte do acolhimento e da escuta



Marc Tawill, estrategista de comunicação para marcas, empresas e pessoas

"Vivemos um estado de exceção, de 'anormalidade' até mesmo em comunicação", constatou Marc Tawill, estrategista de comunicação para marcas, empresas e pessoas, em sua participação no Enastic JE (28/04). Ele explicou que a crise atual é diferente das demais, porque demonstra que todos tememos pelo colapso da saúde pública, pelas famílias, por não sabermos quanto tempo essa crise durará, entre outros pontos.

Nesse contexto, há algumas rupturas com impactos na mobilidade e na vida social. "Vivemos um excesso de informação, uma 'infoxicação'. É um fenômeno que evoca novos gatilhos emocionais, como ansiedade, tristeza, depressão", avaliou. "Também há uma revolução de hábitos de consumo que gera imensas oportunidades para profissionais, marcas e negócios."

A partir de agora, novas decisões serão tomadas. "A primeira delas é que temos consumido outros tipos de conteúdo que nos ajudam a preencher o tempo. A gente aceita mais mensagens de conforto. A gente presta mais atenção no propósito das marcas. Usamos mais *delivery*. Compramos mais do pequeno. Escolhemos ser influenciados por quem nos agrega valor", relatou.

"A pandemia terá consequências duradouras no comportamento humano e comunicação é o grande pilar porque te projeta e te mantém." Os 10 mandamentos do novo consumidor, segundo Tawill, tem pontos como: repensar o consumo, qualidade de vida é o que interessa e propósito importa. "Quando falo de novo normal, também falo de novo consumidor e de nova comunicação", completou.

"Antes, muito se falava em entender o consumidor para atender. Hoje, precisamos acolher para atender porque as pessoas precisam ser ouvidas. As pessoas têm necessidades de falar, de contar seus casos, querem ser ouvidas. Vivemos um tempo de maiorias minorizadas."

Comunicação não violenta

Segundo Tawill, a comunicação não violenta tem quatro pilares principais. São eles:

1) Observar sem julgar, ou seja, buscar entender o que levou a pessoa a agir de determinada maneira. É preciso não tomar tudo para si.

2) Nomear os sentimentos. Será que determinada pessoa tem um problema com ela mesma por ter agido de determinada forma?

3) Identificar e comunicar as necessidades. Por que será então que a pessoa disse aquilo?

4) Pedir ao invés de mandar - e trazer uma outra perspectiva. Significa levar um pedido que não é um julgamento ou uma comunicação tão agressiva quanto a inicial.

Dentre estratégias para comunicar de forma não violenta vale evitar comparações, abandonar o tom acusatório, questionar rótulos, tentar se colocar no lugar do outro se possível e ouvir. ■

> ***"A pandemia terá consequências duradouras no comportamento humano e a comunicação é o grande pilar porque te projeta e te mantém."***



Soluções que transformam: cases de inovação no Judiciário

Integração de tecnologia, dados e pessoas é a premissa da LTA-RH para o Setor Público

A tecnologia chegou para trazer modernização a diferentes nichos de negócio, e no Setor Público isso não é diferente. No entanto, por se tratarem de informações importantes e muitas vezes confidenciais, manter a segurança dos dados é imprescindível. Nesse sentindo, destacam-se as soluções trazidas pela empresa LTA-RH após vencer processo licitatório, junto ao Conselho da Justiça Federal - CJF e ao Tribunal Regional Federal da 1ª região - TRF1.

Conselho da Justiça Federal – CJF: Cloud Privada NUJUFE para armazenamento dos Sistemas Nacionais e bancos de dados críticos e para o fornecimento de serviços estratégicos para todos os Tribunais Regionais Federais, foi fornecida solução computacional hiperconvergente Dell EMC VxRail , Dell EMC Data Protection, Dell EMC Data Domain, VMWare Cloud Foudation (VCF) com NSX-T, garantia de 60 (sessenta) meses com suporte on-site, contemplando os serviços de instalação, configuração, transferência de conhecimento, operação assistida e serviços profissionais VMWare PSO.

Tribunal Regional Federal da 1ª região – TRF1: com objetivo modernizar e migrar vários serviços de suma importância para a operação do Tribunal e serviços aos cidadãos, foi fornecida solução hiperconvergente baseada em appliance Dell EMC VxRail e VMWare vSAN com serviço de instalação e garantia de 60 meses com suporte on-site.

Através de consultoria especializada, a LTA-RH apoia as entidades governamentais na jornada de inovação, na aquisição de infraestrutura, na segurança de dados e cyber recovery, na criação de sua própria cloud privada ou multicloud e na prestação de serviços gerenciados de computação em nuvem.

Entre em contato:
www.lta-rh.com.br

Fazer bom uso da tecnologia exige controles bem estabelecidos

A abertura do Enastic JF (08/04) contou com a presença do Ministro e presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), Humberto Martins, que reforçou a importância do evento, pois traz à tona temas sensíveis relacionados aos impactos das tecnologias sobre o serviço público prestado pelo poder Judiciário à população brasileira.

Para o Ministro, o reflexo das transformações sociais decorrentes das novas tecnologias de informação e comunicação atingem fortemente a esfera de proteção do indivíduo, já que os contornos e limites da lei e da regulação não são ainda bem estabelecidos e constituem processo em criação.

"Entendo que há evidente descompasso entre a velocidade das mudanças da tecnologia e o tempo do Direito. O caráter disruptivo das novas tecnologias pode, assim, atingir de forma severa aspectos essenciais que foram construídos através de gerações, desestabilizando categorias jurídicas fundamentais", disse.

O Ministro acredita que a Inteligência Artificial (IA) torna menos nítidas as linhas de separação entre agente e objeto, dificultando o uso de categorias como vontade livre e consciente. "A informação de processos judiciais, a utilização de contratos inteligentes e a solução de disputas na internet colocam em xeque a distinção entre a produção de provas e a adjudicação."

O poder Judiciário não pode passar ao largo da evolução tecnológica, mas precisa estar atento aos seus impactos na prestação jurisdicional, "de forma a conseguir extrair o máximo possível das suas facilidades e utilidades, ao mesmo tempo em que devemos estar alertas para evitar riscos e perigos que podem acarretar".

O magistrado ressaltou que, ao longo da pandemia, a ampla utilização das tecnologias manteve o Judiciário funcionando. "Conseguimos manter a estrutura de atendimento e a tramitação dos processos judiciais através da internet, do processo eletrônico e da informática." Para ele, a tecnologia, quando bem utilizada e com os devidos controles, não substitui o ser humano, mas possibilita que mesmo os que estejam fisicamente distantes possam trabalhar mais próximos.

"Não devemos, portanto, temer a tecnologia porque ela é resultado da inteligência humana, mas devemos aprender a fazer um bom uso daquilo que proporciona para que, cada vez mais, nos tornemos mais próximos uns dos outros. O uso da tecnologia pelo Judiciário permite que, em um país como o nosso, de dimensões continentais, possamos atender direitos fundamentais de ribeirinhos da Amazônia ou de agricultores do Rio Grande do Sul. Com a tecnologia desaparece o distanciamento." ■

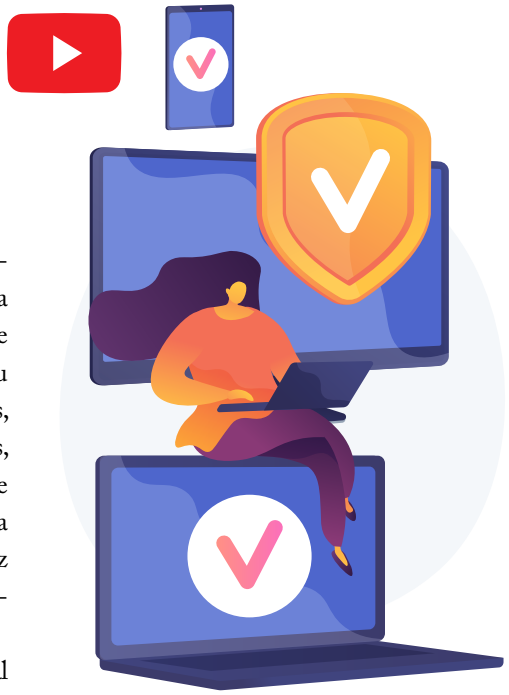


Humberto Martins, Ministro e presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF)

"Não devemos temer a tecnologia porque ela é resultado da inteligência humana."

QUAL É O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA **DISSEMINAÇÃO DA LGPD**?

Veja como a Lei permeia o trabalho do Serpro e os desafios das instituições nesse contexto



O Serpro é a maior empresa pública de Tecnologia da Informação do mundo e tem uma equipe multidisciplinar voltada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O tema começou a permear o dia a dia da instituição aos poucos, com um grupo de apenas três pessoas. Depois, foi criado o setor de privacidade e proteção de dados nos níveis de gestão e governança. Na área de gestão, um escritório de governança faz o controle de fluxo e marcação. Na área de governança fica o encarregado de dados.

Paulo Roberto Corrêa Leão, assessor especial do Diretor Presidente do Serpro, explicou, em sua apresentação no Enastic MP (24/02), que a Lei traz mudanças significativas e nos leva a conviver com novos personagens, como encarregado, controlador, operador, titular de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). "Agora é preciso reforçar a segurança, a proteção e a privacidade e promover políticas mais transparentes sobre o tratamento de dados pessoais."

Para Leão, a LGPD aumenta o cuidado com os dados, melhora a qualidade dos serviços públicos e privados, gera mais Retorno sobre o Investimento (ROI) e maior confiabilidade. "Os dados e a informação são o novo petróleo, mas lembremos que o petróleo ainda conseguimos segurar quando vaza, o dado não tem como voltar atrás", alertou. ■

Plataforma educacional

O Serpro, como um dos protagonistas em LGPD no país, criou uma plataforma educacional em parceria com a empresa portuguesa Datashield (lei 13.303) visando ao aculturamento e ações educacionais para formação, aperfeiçoamento e aquisição de conhecimento em P&PDP e LGPD.

Para isso, foi criada uma trilha de cursos nas modalidades EAD síncrono e assíncrono. São três níveis de cursos: geral, profissional e especialista. Além disso, a plataforma oferece duas certificações profissionais: encarregado de dados (DPO) e gestor responsável pela P&PDP (CFO). ■

Ações de capacitação fundamentais para auxiliar as organizações na adequação à LGPD:

1. Planejar e executar ações educacionais e de conscientização sobre Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (P&PDP) e LGPD.
2. Planejar e executar uma grade de treinamentos em P&PDP e em LGPD.
3. Capacitar, com cursos específicos em P&PDP e LGPD, os responsáveis pela implementação e adequação da organização à lei.
4. Capacitar, com cursos específicos em P&PDP e LGPD, os responsáveis por todos os setores, assim como os demais colaboradores da empresa.
5. Instituir e certificar o encarregado de dados e os gestores responsáveis pelos dados pessoais.



Desafios no uso de dados pessoais para efeitos penais



Márcio Luiz Coelho de Freitas, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1)

"A transformação digital se impõe como absoluta necessidade e não podemos nos furtar em discutir seus impactos no âmbito do poder Judiciário", ponderou Márcio Luiz Coelho de Freitas, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) e secretário-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF), no primeiro dia do Enastic JF (08/04). Para ele, é essencial entender e avaliar como utilizar a tecnologia para prestar serviços de maior qualidade à população.

Discutir o tema da proteção de dados é essencial para garantir a segurança pública

O tema diz respeito à colisão entre a segurança pública e a proteção do indivíduo e levanta um debate central no Direito: a limitação do poder. "No mundo atual, o poder é exercido mediante o uso da tecnologia. Pensar o estado de Direito no século 21 implica pensar a relação com a tecnologia e os limites para seu uso. Garantir a privacidade é uma forma de limitação de poder."

Ele explicou que, hoje, os indivíduos fornecem dados íntimos para as empresas, mas facilidades e conveniências da tecnologia trazem um aumento exponencial da capacidade de coleta, armazenamento, análise e disseminação dos dados dos usuários. Segundo o Juiz, isso fornece enorme manancial de informações que podem ser usadas para efeitos penais. "Isso é útil para a sociedade como um todo, sendo um instrumento de combate à criminalidade, mas traz um risco também. É o caso do reconhecimento facial, por exemplo, que levanta uma questão racial."

Freitas avaliou que a privacidade deve ser encarada em um aspecto maior, na esfera de proteção do indivíduo. "Esse conceito é instrumental, um meio necessário para que, efetivamente, se possa garantir igualdade, liberdade e democracia. Com isso, começamos a construir bases reais que indicam o valor a ser dado à privacidade quando em confronto com outros valores, como a tutela da segurança pública."

Os benefícios da tecnologia são inegáveis, mas ela exige limites. "Não podemos, por exemplo, colocar no mesmo patamar a liberdade empresarial e a necessidade de segurança pública. No Brasil, seguimos o modelo europeu, com duas normas que tratam, separadamente, da proteção de dados no campo cível e criminal." Ele afirmou que os dados pessoais para efeitos penais devem ser adequados, relevantes e usados somente quando preciso. "Devem ser casos excepcionais para se fazer persecução penal. O desafio não é pequeno, mas fomentar discussões é o primeiro passo", concluiu. ■

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: DESAFIOS EM 2021

Especialistas tratam das mudanças e necessidades trazidas pela transformação digital ao poder Judiciário, apontando lições que ainda precisam ser colocadas em prática

Como a transformação digital vem modificando o poder Judiciário e quais os desafios desse universo? No painel que tratou sobre o tema (Enastic JF - 08/04), questões importantes foram colocadas em debate, como as resoluções de conflitos online, a implementação de segurança cibernética e a digitalização de processos.

A moderação foi de Lucio Melre da Silva, secretário de Tecnologia da Informação (SECIN) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1). Participaram Rafael Leite Paulo, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) e Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e Marilia Ribeiro Sturm, líder de Transformação Digital para Governo da Red Hat. ■



Rafael Leite Paulo

(JUIZ FEDERAL DO TRF 1)

Para o Juiz Federal do TRF 1 Rafael Leite Paulo, quando se fala em transformação digital é preciso pensar nos desafios. "Um deles é fazer com que a atuação do Judiciário continue sendo parte da vida em sociedade. Ou a gente continua fazendo o que sempre fez ao longo da existência da humanidade ou se torna obsoleto e é sistematicamente abandonado."

Como exemplo ele mencionou que algumas referências para resolução de conflito online são os grandes comércios digitais, como Amazon, eBay e Mercado Livre, cujas dinâmicas acontecem em milisegundos. "São litígios que, antigamente, eram resolvidos pelo Judiciário e hoje passam a ser resolvidos fora dele", disse. "A cada revolução ao longo da história, a forma de se prestar Direito foi sendo modificada."

O Juiz também acredita que há um dever de casa a ser realizado nesse novo cenário. "É preciso assegurar, por exemplo, que magistrados acessem o sistema processual de qualquer canto do mundo, por isso é preciso conectividade e surgem desafios de segurança relacionados ao uso de senhas e estratégias de validação." ■



Marilia Ribeiro Sturm

(LÍDER DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA RED HAT)

Para Marilia Ribeiro Sturm, líder de Transformação Digital da Red Hat, o cidadão é a grande causa das transformações digitais pelas quais o Judiciário passa. Ela afirmou que, anteriormente, o governo estava no centro, mas agora é o cidadão, por isso, a estratégia se inicia de fora para dentro. "O serviço foca no valor que o usuário identifica e na ação que deseja desempenhar. Para o governo, trata-se de diminuir a burocracia, estreitar hierarquias, automatizar serviços. São muitos desafios quando vemos o centro técnico atual da maioria dos órgãos e empresas. Estamos sendo provocados a fazer um elefante dançar como uma bailarina", brincou.

Para Marília, não existe receita pronta. "A Red Hat não se propõe a dizer que há único jeito, pois se trata de uma mudança cultural e cada situação é única. Quando falamos de governo, temos a missão de ser relevantes para promover a justiça. O 'elefante' precisa ser mais ágil. A transformação digital é latente, urgente, mas precisa estar incluída na estratégia das organizações." ■

Conheça a Plataforma Digital do poder Judiciário brasileiro

Como a sociedade tem visto o poder Judiciário? De acordo com Fábio Ribeiro Porto, Juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) em auxílio à Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pesquisas mostram aumento negativo nessa avaliação, um desafio à prestação jurisdicional, que precisa ser escalável e entregue de forma mais eficiente e com mais qualidade.

"Temos um acervo de 78 milhões de casos e, em média, 28 milhões de casos novos por ano, o que totaliza 106 milhões de processos. Nossa população é de 210 milhões. Se cada processo tem um autor e um réu, chego à conclusão que, no Brasil, tem mais gente litigando no Judiciário do que habitante", disse em apresentação no Enastic JE (30/04).

Porto ressaltou que os principais aspectos de uma Justiça digital são: foco no cidadão, transparência e dados abertos e organização orientada a dados. "O Judiciário tem se transformado dia a dia e isso começou com a implantação do processo eletrônico", explicou, ressaltando, porém, que o início se deu com a implantação de ações locais e individuais conduzidas de maneira isolada e sem padronização. "Na visão da Tecnologia da Informação, o Judiciário se transformou em uma colcha de retalhos."

Assim, surgiu a PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário), cujo objetivo é modernizar a plataforma do Processo Judicial Eletrônico e transformá-la em um sistema multisserviço, que permita aos Tribunais fazer adequações conforme suas necessidades, garantindo a unificação do trâmite processual no país.

"Queremos uma plataforma que permita o oferecimento de microsserviços em nuvem adaptada às necessidades de cada Tribunal. Isso vai acontecer de forma faseada, mas, se conseguirmos, pretendemos criar um market place em que os Tribunais, de forma colaborativa e integrada, poderão disponibilizar serviços", detalhou.

Segundo Porto, a estratégia para a criação da PDPJ é atuar em três níveis: estratégico, tático e operacional. "No estratégico, se definiu uma nova política pública para o processo judicial eletrônico visando à integração; no tático, se mostra necessário o desenvolvimento comunitário, a instituição de plataforma única, o estabelecimento de padrões e a quebra de aplicações."

Finalmente, no plano operacional existe um cidadão no centro e alguns pontos essenciais, como uma governança rígida, digitalização, inovação e novas tecnologias. "Com tudo isso teremos um Judiciário como plataforma trabalhando para o desenvolvimento comunitário dentro de um grande ecossistema." ■



Fábio Ribeiro Porto, Juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) em auxílio à Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

"Queremos uma plataforma que permita o oferecimento de microsserviços em nuvem adaptada às necessidades de cada Tribunal."

LGPD: OS DESAFIOS QUE ENVOLVEM A **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Especialistas debatem a Lei que trata do maior bem do mundo digital, que ainda gera questões como funções e responsabilidades, além de dificuldades de interpretação

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) entrou em vigor em setembro de 2020, mas as sanções administrativas para quem desrespeitar o tratamento de dados pessoais só devem começar a valer a partir de 1º de agosto de 2021. "E o que não faltam são desafios em relação à legislação", disse Raphael Di Tommaso, advogado especialista em Direito Digital e Proteção de Dados, moderador de um painel sobre o tema durante o primeiro dia do Enastic MP (24/02).

Participaram do debate Viviane Maldonado, Data Protection Expert (CIPP/E), Juíza de Direito, professora e autora de obras acadêmicas; e Renato Opice Blum, advogado, economista, professor e coordenador da pós-graduação e do curso de Direito Digital e Proteção de Dados da FAAP. Confira a seguir os destaques de cada apresentação. ■



Viviane Maldonado

(DATA PROTECTION EXPERT (CIPP/E), JUÍZA DE DIREITO E PROFESSORA)

Para a Juíza de Direito e Data Protection Expert (CIPP/E) Viviane Maldonado, muitos desafios envolvem a LGPD no Brasil, principalmente porque, ao contrário do que acontece em território europeu, não existe no país uma cultura de proteção de dados. "É como se a Lei tivesse chegado de surpresa aqui. Isso traz alguns problemas, como questões interpretativas."

Viviane ressaltou que tanto o setor público quanto o privado fazem interpretações literais da LGPD, o que pode gerar equívocos. Um deles tem a ver com as responsabilidades de controlador e operador. "Por exemplo, entender o controlador como o topo de uma organização (presidente de tribunal ou CEO da empresa) e o operador como um colaborador ou servidor público verticalmente abaixo poderia ser extraído da LGPD, mas não é sustentável porque não é a compreensão europeia. Lá, o controlador é a entidade-mãe, que terceiriza para outras empresas algumas atividades de tratamento, e essas empresas são os operadores. Esse é o contexto", explica. "A tendência é que cada país se ajuste à legislação, mas é preciso ter uma compreensão macro do sistema e entender a proteção de dados como um fenômeno efetivamente mundial." ■



Renato Opice Blum

(ADVOGADO, ECONOMISTA E PROFESSOR)

Renato Opice Blum, advogado, economista e professor, destacou a publicação da primeira norma da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a Portaria nº 11, de 27 de janeiro. O documento traça uma agenda para o biênio 21-22. Para este ano, então, o advogado elencou alguns pontos importantes que devem desencadear grande impacto nos seguintes setores: micro e pequenas empresas; sanções administrativas; relatório de impacto de dados; e comunicação de incidentes.

Em relação ao último ponto, Blum falou do canal lançado pela ANPD voltado a vazamentos. Isso gera bastante dúvida, principalmente no que tange aos tipos de prejuízo que devem ser comunicados e também aos prazos. "Oficialmente, não temos ainda essa regulamentação, mas no canal de denúncias há textos que podem ser uma boa base, como é o caso de dois dias para fazer referência a partir da ciência do ato."

O advogado ainda reforçou que um grande desafio da LGPD é disseminar a cultura da proteção de dados como um todo. "Não temos fórmula mágica de controle pleno, temos que focar em boa gestão de dados, governança, estrutura de vazamento." ■

O papel das redes de inteligência

O Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão, coordenador da Rede de Inteligência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1), trouxe para o primeiro dia do Enastic JF (08/04) uma experiência que sua região está vivenciando. "Nosso TRF é o que tem maior área de abrangência no país, com 80% de território. Há culturas das mais diversas, um caldeirão de etnias, e abriga Brasília, o foro nacional, então desenvolve seus desafios de forma muito complexa e que precisa se qualificar", apontou.

São 14 seções judiciárias, o que representa um cenário que exige soluções inteligentes. "Quando assumi a coordenação da gestão dos precedentes, não sabia até então a importância desse tema. Com 25 mil processos, somos absorvidos pelo império dos fatos e deixamos de fazer um planejamento mais estratégico. É isso que precisamos fazer, porque há uma mudança de contexto para a Justiça."

Ele afirmou que existe uma judicialização da vida social, demandas massivas em todas as áreas, exigindo outro tipo de atuação do Judiciário, e a necessidade de visão mais interativa com o mercado, uma atuação mais responsiva. "Muitas vezes, a leitura que tínhamos do processo não cabe mais. O juiz precisa desenvolver outro tipo de atividade, não mais em uma lógica reativa, mas mais consensual, para construir estruturas que ainda são inexistentes."

Nesse sentido, os avanços tecnológicos devem ser melhor aproveitados no dia a dia da Justiça para criar soluções e respostas. Isso exige até mesmo uma reprogramação na governança para torná-la mais adequada diante da nova realidade, assessorando a tomada de decisão. "Criamos a rede de inteligência exatamente para transformar dados em informações e gerar conhecimento para municiar, assessorar, orientar os órgãos de decisão", relatou.

O Judiciário participa do processo social de construção do futuro e suas decisões têm consequências para a sociedade, por isso a necessidade de aprimorar a governança e incorporar a matriz de rede. Esse modo é baseado na confiança entre os agentes que estabelecem vínculos que trazem benefícios mútuos. "Nossa rede é composta por todos os locais de inteligência da 1ª Região e ouve juízes e servidores, operando em um nível de horizontalidade."

Seu papel é aproximar os centros de inteligência dos 14 estados e fomentar a instalação de laboratórios de inovação - como o recente IluMinas (JFMG) -, que fornecem soluções para o Judiciário. "A inteligência é uma forma de tratar a informação para auxiliar os órgãos de decisão, de apresentar uma espécie de estado da arte nas demandas estratégicas", encerrou Brandão. ■



Carlos Augusto Pires Brandão,
Desembargador Federal e coordenador da Rede de Inteligência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1)

"Criamos a rede de inteligência para transformar dados em informações e gerar conhecimento para municiar, assessorar, orientar os órgãos de decisão."

A IMPORTÂNCIA DA **SEGURANÇA CIBERNÉTICA** NA JUSTIÇA

Soluções de segurança garantem serviços otimizados e com maior qualidade



Em termos de segurança, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) buscou uma solução que agregasse valor e estivesse alinhada à sua atividade, sobretudo para dar continuidade aos seus serviços. Francisco Magalhães, coordenador de Segurança da Informação do órgão, contou, no Enastic JE (29/04), que a tecnologia escolhida - SD-WAN - é uma ferramenta completa, que proporciona uma experiência positiva para os usuários. "Esse era um dos pontos principais, no sentido de termos alta disponibilidade", afirmou.

Outra questão foi o uso do Processo Judicial eletrônico (PJe), implantado em todas as comarcas, que tem grande demanda por recursos. "Além disso, atualmente os ataques estão cada vez mais sofisticados e robustos, isso demanda respostas mais assertivas, rápidas e automáticas, então pensamos por esse ângulo também."

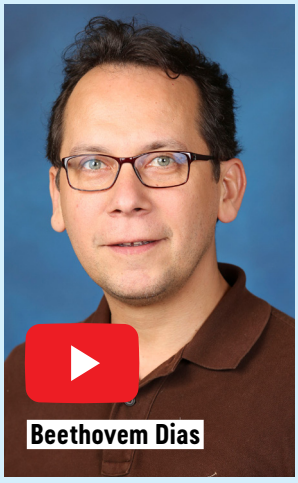
Como resultado, o TJPB espera contar, principalmente, com um gerenciamento centralizado a partir da sede, o que permite, por exemplo, disparar ações que podem ser executadas em todas as comarcas, como aplicar políticas de segurança e atualizar versões remotamente. "Vamos estar conectados via VPN. Tem ainda um recurso que testa, na nuvem, códigos e arquivos suspeitos chegando à rede. Se for malicioso, ele descarta o arquivo. Esse trabalho é baseado em comportamento e não em assinatura."

Alta disponibilidade e balanceamento de carga são outros fatores positivos proporcionados pelo investimento nessas soluções de segurança. O projeto traz ainda aderência à política de gestão de acessos e recursos desse ambiente, bem como ganhos que acompanham as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nesse sentido, Magalhães destacou que a solução possibilita comunicações seguras, capacidade de armazenamento de informação pelo tempo determinado pela legislação, com integração entre os diversos ambientes (usuário, rede cabeada, computação em nuvem). Assim, a tecnologia é uma forte aliada para garantir a segurança e a defesa dos ativos críticos do órgão. ■

FERRAMENTAS DE PROTEÇÃO

Analisar pontos críticos da segurança significa olhar com atenção para as aplicações e os ataques, que evoluíram muito rápido na forma e no volume. Segundo Beethovem Dias, engenheiro de soluções da F5 (Enastic JF - 08/04), diversos órgãos do Judiciário já estão se adaptando à essa realidade, lançando editais que consideram esses fatores.

Mas é importante ir além, pensando que cada aplicação deve ter sua própria política. "Sugerimos fazer isso pelo modo aprendizado, em que cada órgão aprende como cada aplicação funciona. Isso simplifica e acelera a implantação e a geração de um conjunto de regras individualizado, que maximiza a proteção." ■



Beethovem Dias

TECNOLOGIA E OS AVANÇOS DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Confira a opinião de especialistas a respeito dos impactos e desafios proporcionados pelas ferramentas tecnológicas no processo de investigação de crimes

A evolução da tecnologia concede a todos os setores muitos benefícios, assim como provoca mudanças de paradigmas e modos de operar. Quais são, então, as repercussões, possibilidades e dificuldades que esses avanços e as novas ferramentas acarretam no ecossistema de Justiça e também na investigação criminal?

Esses questionamentos foram o tema de um painel no segundo dia do Enastic JE (29/04), que teve a moderação de Marcelo Carlin, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), e discutiu desafios e caminhos possíveis para construir o modelo adequado para enfrentar a criminalidade no século 21. Veja o que foi destaque nas apresentações de Ivana David, Juíza substituta em Segundo Grau do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); e Anderson Paiva, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). ■



Ivana David

(JUÍZA SUBSTITUTA EM SEGUNDO GRAU DO TJSP)

"Temos muitos crimes no mundo físico, mas outros tantos no meio digital, quando não são os dois acontecendo de forma concomitante. O grande desafio é usar a tecnologia para combater esses dois tipos de criminalidade", observou Ivana David, Juíza substituta em Segundo Grau do TJSP.

Em tempos de pandemia, o índice de criminalidade no universo digital aumentou em mais de 200%, o que exige investimento em tecnologia tanto na fase de investigação, de coleta de provas, como na atuação dos juízes, que precisam analisar e deferir prova cautelar que, em geral, está em fonte restrita, exigindo autorização judicial prévia.

De acordo com a Juíza, preparar as Polícias Judiciárias, que têm atribuição condicional de investigar, para atuar nesse cenário é uma barreira que o sistema enfrenta, bem como preparar o poder Judiciário para receber e processar esse tipo de representação. "Para ajudar, temos um Juiz de garantias, onde todo esse processamento e procedimento vai tramitar", complementou. ■



Anderson Paiva

(JUIZ DE DIREITO DO TJRJ)

A principal reflexão de Anderson Paiva, Juiz de Direito do TJRJ, sobre o tema da revolução digital no âmbito da investigação criminal é que há cada vez mais dados disponíveis. Como referência, ele ressaltou a quantidade de informações geradas apenas em 2015: maior que tudo o que foi produzido no mundo até o ano de 2003.

Essa mudança acelerada ganhou mais um elemento propulsor, o período de pandemia, que elevou o tempo em que as pessoas permanecem conectadas à internet. Ele citou a crescente onda de crimes sendo cometidos e registrados e tratou de casos filmados por câmeras de vigilância que, se não redundam em uma prisão em flagrante, na maior parte das vezes geram uma grande dificuldade: identificar corretamente o indivíduo que comentou o crime.

"O reconhecimento facial tem permitido essa identificação", disse. A tecnologia, porém, é controversa, especialmente nos Estados Unidos, onde alguns estados proibiram seu uso. "Temos certeza de que não é imune a falhas, assim como não é o reconhecimento pessoal tradicional por foto. Acho que isso tem que ser estudado à luz do conjunto probatório e analisado para que possamos aprimorá-lo", concluiu. ■

Reflexões sobre a função de encarregado (DPO) na administração pública: IN SGD/ME nº 117



Artigo assinado por ***João Pedro Oliveira Stringheta***, especialista em Direito Público e assessor jurídico da Diretoria Executiva de Informática do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; e ***Tatiana Camarão***, mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG e vice-presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo.

Pelas responsabilidades legalmente outorgadas ao encarregado, fica claro que a escolha desse agente de tratamento deve ser bastante criteriosa a fim de se identificar um profissional que tenha *expertise* compatível com o múnus em debate. Percebe-se, nesse contexto, que será um desafio encontrar, nos órgãos e entidades públicas, o perfil ideal de servidor para ser indicado encarregado, considerando as várias atribuições a serem desenvolvidas.

Vale destacar que a Instrução Normativa SGD/ME nº 117 requer do encarregado conhecimentos multidisciplinares, em especial sobre privacidade e proteção de dados pessoais, análise jurídica, gestão de riscos, governança de dados e acesso à informação no setor público, excluindo dessa seleção o profissional lotado nas unidades de Tecnologia da Informação (TI) ou ser gestor responsável de sistemas de informação do órgão ou da entidade.

Essa exclusão foi fundamentada no conflito de interesse[1] que pode ocorrer com assunção da função de encarregado por servidor da área de TI. A respeito, Marcos Gomes da Silva Bruno leciona que "o conflito de interesse é, de fato, um ponto muito sensível relacionado ao cargo do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.

Como mencionado, uma das funções do encarregado é monitorar a conformidade das atividades de tratamento de dados pessoais com a regulamentação e as normas vigentes. Nesse sentido, nas situações em que o Encarregado seja o responsável por uma atividade de tratamento de dados pessoais, dificilmente ele poderá monitorar a conformidade de sua própria atividade"[2].

Essa é a razão pela qual o servidor designado não poderá integrar a área de TI e deverá receber capacitação por meio de um contínuo aperfeiçoamento relacionado aos temas de privacidade e proteção de dados pessoais. Além disso, é recomendada a criação de uma equipe multidisciplinar para dar amparo ao encarregado no desempenho de suas atribuições.

Uma questão que tem sido objeto de dúvida diz respeito à possibilidade de contratar encarregado terceirizado. Vale destacar que esse prestador de serviço terá acesso a todas informações da organização, inclusive as estratégicas, bem como a prerrogativa de indicar e recomendar as medidas e ações a serem realizadas segundo decisão da controladora.

Ora, como permitir que profissionais que não integram os quadros permanentes do órgão ou entidade, tampouco conhecem os meandros da organização, assumam função tão estratégica e sensível? Daí decorre que a indicação do encarregado merece atenção dos dirigentes do órgão ou entidade sob pena da falha no cuidado da escolha incorrer em *culpa in eligendo*. Lembrando que a violação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) pelo encarregado recairá como responsabilização do controlador. ■

1. https://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile%252Csite%252Cmobile%252Csite&infoid=55534&post%252525252525252525252525255Fdata=&sid=16

2. LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados comentada/Coordenadores Viviane Nóbrega Maldonado e Renato Opice Blum. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 321.

AMEAÇA INVISÍVEL: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM PAUTA

Painel do Enastic JF discutiu os desafios na gestão da segurança da informação e soluções que possam agregar valor ao tema no âmbito da Justiça brasileira

Uma pesquisa recente do Judiciário Exponencial mostrou que, no ecossistema de Justiça, 92% dos Tribunais enxergam a segurança da informação como uma das prioridades para 2021. Afinal, os profissionais dessa área enfrentam uma batalha diária para manter um ambiente produtivo e ativo. O assunto foi discutido durante um painel realizado no primeiro dia do Enastic JF (08/04).

O debate contou com a participação de Renato Solimar, subsecretário de segurança de Tecnologia da Informação (TI) no Conselho da Justiça Federal (CJF); Cristian Ramos Prange, diretor de TI do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4); Diego Almeida, gerente regional e especialista em segurança da Palo Alto; e a moderação de Divailton Teixeira Machado, secretário de TI do CJF. A seguir você confere os destaques de cada apresentação. ■



Renato Solimar

(SUBSECRETÁRIO DE SEGURANÇA DE TI DO CJF)

Renato Solimar, subsecretário de segurança de TI no CJF, começou sua palestra lembrando que, em geral, o tema da segurança cibernética fica relegado a técnicos e alheio ao âmbito da gestão e governança, o que dificulta implementar e aprimorar as ferramentas.

Solimar, que participou da construção das resoluções e do comitê técnico de segurança cibernética do CNJ, disse que as minutas foram ações emergenciais, com protocolos de prevenção, investigação e preservação de evidências e gestão de crises. "Era um momento crítico, vários órgãos sendo atacados no fim do ano passado. O Judiciário vive um momento único em termos de visibilidade e ataques cibernéticos. Temos um alvo nas costas, por isso é necessário estar preparado."

O subsecretário reforçou a ideia de que a segurança da informação, apesar de muito ligada à TI, integra uma estrutura que perpassa todas as unidades e níveis hierárquicos. "A maioria dos órgãos encaminharam o protocolo do CNJ diretamente para TI. Mas as primeiras etapas falam sobre prever o que é crítico ao órgão. Isso nem sempre a área de TI pode dizer, e quem sabe a dor é o dono do sistema ou serviço."

Por isso, os protocolos focam, além disso, na classificação de informações, pois, "quando se protege todos os dados da mesma forma, você despende recursos humanos, intelectuais e financeiros de um jeito não razoável". Para ele, deve-se avaliar todos os riscos e prever planos de continuidade e recuperação de desastres.

"Estamos a pleno vapor. Virão novas diretrizes de segurança cibernética. Vale salientar que, nem sempre, dependemos do tamanho do recurso, ou seja, não necessariamente quem tem mais recurso implementa melhor, porque há muitos processos de trabalho. Nem tudo requer novas tecnologias, bem como nem tudo é obrigatório, então as equipes precisam se autoavaliar. O mais importante é garantir a segurança e a continuidade do órgão."

Por fim, Solimar também endossou a relevância da comunicação para o tema. "É importante a gente atuar para dar informações fidedignas e com rapidez para não alimentar boatos e dados falsos." ■



Cristian Ramos Prange

(DIRETOR DE TI DO TRF 4)

Segundo Cristian Ramos Prange, diretor de tecnologia do TRF 4, a ameaça invisível significa que a gente não sabe de onde vem o próximo ataque cibernético ou quem será a próxima vítima. Por isso, é fundamental colocar o tema em pauta. "No fim do ano passado houve incidentes muito graves no Judiciário. Conversar sobre isso é reflexo desses eventos, que tiveram alguns efeitos salutares", ressaltou.

Primeiro, disse ele, foi a criação de grupos de discussão para troca de informação entre as instituições. Além disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou uma primeira resposta com três resoluções de segurança cibernética. Já o CJF fez um plano único para a Justiça Federal. "Esse plano é excelente e incremental."

No TRF 4, as boas práticas em segurança da informação começaram a ser avaliadas, mas nota-se que, mesmo nessa região, elas não estão completamente disseminadas. "Por isso, o plano é importante, porque vai ajudar a uniformizar as soluções. Meu questionamento é que, do ponto de vista nacional, isso também seria positivo. Minha sugestão é que a gente tente construir formas para trocar essas boas práticas."

Prange declarou que o plano é uma oportunidade para discutir problemas e angústias, especialmente com os técnicos, uma chance de ouvi-los e concatenar as ideias com a administração. "O próximo passo, que fica para junho, é o plano de comunicação. Para mim, é a parte mais importante, principalmente em eventos de crimes cibernéticos. Isso trará uma fonte oficial, ajudará a identificar o evento e na sua resolução", acrescentou. Para ele, seria interessante criar um canal de comunicação entre os técnicos, para que possam conversar e avaliar as situações, as falhas e os diversos temas da segurança da informação. Prange finalizou com duas sugestões simples, porém eficazes: capacitação e sensibilização para todos, em todos os níveis; e investimento em segurança. ■



Diego Almeida (GERENTE REGIONAL E ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA PALO ALTO)

O gerente regional e especialista em segurança Diego Almeida fez um passeio histórico em sua apresentação para falar sobre as ameaças invisíveis. Voltando ao ano de 1871, ele falou sobre um grande incêndio que destruiu a cidade de Chicago (Estados Unidos). "Quando isso aconteceu, o povo precisou tomar uma decisão: desistir, refazer tudo igual ou fazer algo melhor. Eles decidiram reconstruir usando a inovação, substituindo materiais, como madeira, pelo aço, transformando o local com alto valor", contou.

Segundo ele, agora estamos migrando para uma nova etapa, que é a nuvem. E é preciso decidir como queremos arquitetar esse futuro, o que abre a possibilidade de fazer algo muito melhor. Na tecnologia, ele fala sobre passar de soluções pontuais para uma proteção unificada; de auditorias de segurança mensais para auditorias em tempo real; ou ainda de políticas de acesso estáticas para políticas dinâmicas, automatizadas e adaptativas. "Se a ameaça é invisível, não posso esperar que ela se manifeste da pior forma", declarou. "A segurança no modelo tradicional vem como parafuso depois da construção. Estamos falando sobre embutir isso no cimento."

Falando sobre opções de ferramentas disponíveis no mercado, Almeida citou que, hoje, é possível manter um olhar diferente e que seja multinuvem, por exemplo. "Falamos de gestão de vulnerabilidade, que evita a exploração da ameaça. Se contiver melhor os dados, com microssegmentação, reduzo superfícies de ataque. Isso me traz atendimento ao plano de comunicação, com maior visibilidade."

"Nos levei para 1871 para trazer um comparativo para que possamos refletir. Nós podemos fazer da mesma maneira de antes ou podemos fazer diferente. Não quero dizer que temos que abandonar o que já existe, mas é uma oportunidade única. Esse é o convite que faço a todos", finalizou. ■

OS DESAFIOS DA NUVEM NA VISÃO DOS CIOs DA JUSTIÇA

Painelistas debatem no Enastic JE quais são os possíveis caminhos para o uso dessa tecnologia dentro do poder Judiciário

O painel "Desafios e futuros da nuvem na visão dos CIOs da Justiça" (Enastic JE - 28/04) discutiu como os líderes do setor podem adotar os serviços da nuvem em seus modelos de trabalho.

A conversa contou com a presença de Antonio Rolla, diretor executivo de informática do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG); Ivan Lindemberg Junior, chefe de gabinete da assessoria de inovações e governança de TIC do PJERJ e membro do comitê gestor de segurança de informação do PJERJ; e Edivaldo Antônio Sartor, secretário de tecnologia do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). A moderação foi de Denise Martins Moura Silva, secretária de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Sergipe (TJSE). Confira os destaques. ■



Antonio Rolla

(DIRETOR EXECUTIVO DE INFORMÁTICA DO TJMG)

"Uma das coisas que a gente precisa é estar preparado para usar a nuvem." Assim, Antonio Rolla, diretor executivo de informática do TJMG, iniciou sua apresentação. Ele afirmou que percebia certa resistência da equipe ao falar em nuvem e que todas as propostas que se davam eram direcionadas a sistemas menos críticos. "Então, fiz um curso de arquitetura de nuvem para entender a dificuldade e um dos pontos que comecei a entender é que a gente precisa ter preparo da equipe, saber contratar", explicou.

Ele ressaltou a necessidade de entendimento do que existe na casa. "Tenho quase 250 sistemas, a maioria desenvolvida por nós. Isso tudo tem que estar preparado. Adianta eu pegar o Siscom, que está em todas as comarcas, e colocar isso como um serviço na nuvem? É inviável. Tenho que entender cada dinâmica e ambiente. Tem Tribunais que já estão mais consolidados e conseguem unificar sistemas. Cada um pode exigir uma estratégia diferente", disse.

Segundo Rolla, o TJMG está avançando dentro do possível. "Estamos tendo dificuldade por ser o primeiro, mas estamos avaliando ao mesmo tempo. Se você for contratar no Brasil é um valor. Se for nos Estados Unidos, vou pagar 25% a 30% a menos. Estamos levando essas questões para a alta administração."

O diretor executivo explicou que, atualmente, para se fazer consulta, é necessário indicar uma comarca, e agora estão fazendo uma plataforma unificada de consultas. "Vamos colocar em nuvem, mas acreditamos que, ao colocar o serviço nesse molde, podemos dar um *boom* e extrapolar o contrato. Quanto? Ainda não sabemos. A questão é que temos de ter controle de autenticação", avaliou.

Rolla também contou que o TJMG está colocando um sistema de bilhetagem no consumo do serviço para entender o comportamento e saber quem está consumindo mais. "Outra coisa é tentar fazer contratos com intervalo de tempo menor a título de experimentação. Estamos deixando o sistema transacional para um segundo momento porque não posso errar com a base do PJE. Estamos colocando serviços de consulta. É preciso ter formas de avaliar isso", disse. ■



Ivan Lindemberg Junior

(CHEFE DE GABINETE DA ASSESSORIA DE INOVAÇÕES E GOVERNANÇA DE TIC DO PJERJ)

"Para começar a pensar em mudar é preciso desconstruir a infraestrutura para levá-la para a nuvem. Tudo como serviço pode ser um mix de outros modelos, mas aí cai na questão: você está preparado? Como vai fazer isso?", questionou Ivan Lindemberg Junior, chefe de gabinete da assessoria de inovações e governança de TIC do PJERJ.

Para ele existe um receio de não se saber o que vai primeiro. "Estamos usando a nuvem no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e isso está nos dando uma experiência para tentar entender como funciona. Vemos a nuvem como algo de futuro, mas ela tem um tempo de maturação."

Outro ponto é a questão de se ter uma nuvem interna ou no exterior. "Hoje tem uma regulamentação do governo federal na questão de soberania dos dados. É uma polêmica. Já tivemos eventos sobre vazamento dos dados, de ter dados armazenados num país com legislação diferente da nossa. E esses dados podem ser tratados sem nosso consentimento. Isso requer um tempo de amadurecimento para encontrarmos uma solução. Além disso, a questão do preço é considerável, por isso essa balança tem que estar equilibrada e precisamos encontrar soluções em conjunto, pensar coletivamente."

A segurança da nuvem também é importante. "Existe a segurança **da nuvem**, fornecida pelo provedor, e existe a segurança **na nuvem**, que é a segurança dos dados. Ele não está te dando um serviço de proteção de dados, mas um ambiente para colocar os dados. Se houver vazamento é um problema interno seu."

Ele acredita que é preciso haver convergência visando o futuro. "O ecossistema do Judiciário pode ter contratações em conjunto. Vamos aproveitar, ratear, reduzir custos, criar proteção e utilização otimizada. Isso é que acho que é o futuro." ■



Edivaldo Antônio Sartor

(SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJSP))

"O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) é o maior do país, mas o maior volume de problemas vem junto", brincou Edivaldo Antônio Sartor, secretário de tecnologia do TJSP. Segundo ele, o Tribunal foi seduzido pelas características da nuvem pública, como agilidade, segurança do ambiente e gerenciamento. "Internamente havia uma nuvem privada e em 2019 fechamos o contrato 190 junto com a Prodesp para contratar a nuvem pública e criar um modelo de nuvem híbrida. O contrato é baseado em volumes totais e volumes mensais", explicou.

Na contratação, o cenário existente era menos complexo e o intuito do projeto era levar o chamado *workload* básico, como alguns novos serviços, *backups* etc. "Esse cenário evoluiu e, com a pandemia, passamos a ter um consumo mais puro da nuvem. Hoje, temos 56 *resource groups* dentro do contrato", conta.

O maior uso gerou a necessidade de aumentar o serviço de uma maneira pontual. "Chegamos a bater picos de 10, 12 Terabytes, o que causou um aumento enorme de custos no contrato do mês. Se fosse continuado, extrapolaria, inclusive, o contrato como um todo. Ou seja, cria-se a imagem de que é uma ferramenta mais barata, mas é um caso real e deixo a pergunta: os órgãos públicos estão preparados para essa variação? A agilidade do modelo é proporcional à agilidade administrativa? Alguém já conseguiu contratar um modelo variável da Google?", ponderou.

O palestrante explicou que, atualmente, o TJSP tem um universo de nuvem híbrida. "A última tem característica de gerenciamento *multicloud*. A Prodesp deve entrar em linha de broker e a gente ganha característica de consumir mais de uma nuvem pública. A maioria dos *workloads* estão em nuvem privada na maior parte do tempo e começamos a experimentar a nuvem pública. Estamos definindo ferramentas de tarifação também porque o custo ainda não está totalmente claro. Entendemos hoje que a mescla é o melhor cenário", disse. ■

ESTRATÉGIA DE DADOS NA NUVEM

"As companhias que são *data driven*, hoje, são as que se diferenciam no mercado", disse Thiago Santiago, senior software engineer da Cloudera



"Imagine uma empresa, em qualquer tipo de iniciativa, inclusive o Judiciário, que tome decisões de forma empírica. Isso tem seu valor, mas não seria mais interessante se, além disso, ela tivesse uma análise de dados para conseguir tomar uma decisão mais embasada, mais fortificada? Isso é ser *data driven*. As companhias que são data driven, hoje, são as que se diferenciam no mercado", explicou Thiago Santiago, senior software engineer da Cloudera.

De acordo com Santiago, que se apresentou no Enastic JE (28/04), uma estratégia de dados rodada internamente ou *on cloud* é essencial. Trata-se do conceito de nuvem híbrida. "A Cloudera é totalmente derivada para esse conceito. Se há dados que são sensíveis, eventualmente alguns deles têm que ficar em casa, no seu próprio *data center,* mas você precisa de elasticidade para rodar em cloud pública", afirmou. "Esse é o conceito de ser cloud híbrida e *multicloud*."

Santiago respondeu ainda algumas questões relevantes, como a preocupação dos magistrados com relação ao acesso e armazenamento de dados sensíveis. Para ele, o primeiro passo, nesse caso, é conseguir identificar quais são esses dados. "Se você consegue fazer essa identificação, o próximo passo é saber se o dado se refere a alguém, pois aí estará atrelado à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Nesse caso, seria interessante mantê-lo no data center tradicional. Se não houver como manter devido à estrutura, é possível ainda ter controle sobre o dado. Pode haver uma máquina específica na qual somente você tem acesso a informação. Esse data center é de responsabilidade também do *cloud provider*, como Google ou Amazon. Em um ambiente de nuvem há um modelo de parceria com responsabilidade compartilhada", ressaltou.

"Em relação à LGPD, o cloud provider precisa oferecer proteção física. Se houver qualquer tipo de vazamento é preciso investigação para achar o culpado. Se for a cloud, ela vai ter multas altíssimas porque você também contrata a segurança da informação", concluiu. ■

CASO DE USO



Thiago Santiago

O especialista trouxe para a sua apresentação um caso de uso em que imaginou um sistema supercrítico no qual é preciso haver alta disponibilidade. "Ou seja, se der um problema e a plataforma cair, você precisa ter outra para subir e fazer um balanceamento da carga para não haver penalidade para o usuário. Nesse caso, você precisa de um ambiente paralelo, mas vou ter um ambiente que vai gerar custo de máquinas, servidores, software etc., para ficar apenas em *standby*?", questionou. "Não seria mais inteligente usar a nuvem para colocar apenas os dados?" ■



LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SETOR PÚBLICO

Durante o Enastic JE, os painelistas Denise Francoski e Fernando Antonio Tasso debateram os aspectos práticos relevantes da LGPD no setor público

Ademir Piccoli, advogado, ativista de inovação e idealizador do Judiciário Exponencial, e Raphael Di Tommaso, advogado especialista em Direito Digital e Proteção de Dados, foram os moderadores de um painel que trouxe para o centro do debate, no Enastic JE (29/04), a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no setor público.

Participaram da discussão Denise Francoski, Desembargadora e coordenadora do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC); e Fernando Antonio Tasso, Juiz de Direito e assessor do Gabinete Digital da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Juntos, eles coordenaram o livro "A Lei Geral de Proteção de Dados - aspectos práticos e teóricos relevantes no setor público e privado". A seguir, você confere os destaques de cada apresentação. ■



Denise Francoski

(DESEMBARGADORA DO TJSC)

"Acredito que a principal característica de uma organização no setor público é que não trabalhamos com a lógica do ideal, mas do que é possível fazer, por conta das peculiaridades, como as legislações que regem a administração. Temos que obedecer regras maiores de Estado e isso burocratiza nossa vivência, inclusive a implementação da LGPD", esclareceu Denise Francoski, Desembargadora do TJSC. "Mas a gente pode fazê-la acontecer obedecendo critérios básicos."

Um dos primeiros aspectos para isso, em sua opinião, é levar o projeto de implementação da LGPD para dentro da organização a partir da administração geral, conquistando o engajamento dos dirigentes, o que permitirá uma disseminação de cultura mais aderente. Depois, é preciso montar um sólido programa de conscientização sobre a questão da proteção de dados e da privacidade.

Mais um item essencial, segundo Denise, é a construção de um plano de ação ou *roadmap*. "É ali que você vai listar todas as tarefas que está fazendo no presente, o que realizou durante um certo tempo e aquelas que vai gerenciar dali para a frente." ■



Fernando Antonio Tasso

(JUIZ DE DIREITO DO TJSP)

Fernando Antonio Tasso, Juiz de Direito do TJSP, contou, em sua apresentação, os bastidores que levaram à criação do livro sobre a LGPD que coordenou ao lado de Denise Francoski. "A gente se ressente da falta de obras que tratem a proteção de dados no setor público. Isso nos levou a trilhar um caminho tortuoso e trabalhoso."

Em 2018, comentou, começaram as conversas mais intensas a respeito da LGPD, ao mesmo tempo em que teve início a criação de uma cultura de proteção de dados. Em abril daquele ano, o TJSP levou à instituição expoentes no assunto para palestrar sobre a temática. "Já em 2019, fizemos um seminário para trazer essa cultura ao nosso público interno", relatou. Assim, foi criado um grupo de estudos no TJSP com o objetivo de desenvolver uma metodologia de trabalho nesse sentido.

Tasso explicou que o poder Judiciário - composto por 91 tribunais - tem à disposição pouco material e conteúdo. "Foi por isso que reunimos, em nossa obra, todos os insumos do TJSP e TJSC e de outros Tribunais para servir de baliza não só aos Tribunais da federação, mas também para instituições públicas e privadas", concluiu. ■

LGPD E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS

Desafios da Lei se aplicam em diferentes setores econômicos e obra recém publicada sobre o tema trata desses e de outros importantes aspectos

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas aplicações práticas foram objeto da *live* ocorrida antes do Enastic JF (07/04). O evento teve a participação de Ana Paula Canto de Lima, advogada, professora, presidente da subcomissão de privacidade e proteção de dados e coordenadora do núcleo de Direito e Tecnologia da ESA/PE; Marcelo Crespo, advogado especialista em proteção de dados, coordenador da pós-graduação de Direito Digital e compliance do Damásio, sócio no PG Advogados; e Patricia Peck Pinheiro, graduada e doutorada pela Universidade de São Paulo e PhD em Direito Internacional.

O evento teve ainda a participação de Oscar Valente, professor, palestrante, escritor, Doutor em Direito e Juiz Federal; e de Ademir Piccoli, advogado, ativista de inovação e idealizador do Judiciário Exponencial. Confira os destaques. ■



Ana Paula Canto de Lima

(ADVOGADA, PROFESSORA E PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS E COORDENADORA DO NÚCLEO DE DIREITO E TECNOLOGIA DA ESA/PE)

A advogada e professora Ana Paula Canto de Lima ressaltou a necessidade de se olhar para o que está sendo feito lá fora, já que os mercados internacionais estão mais maduros quando o assunto é a Lei de Proteção de Dados. "Ainda não temos um conteúdo robusto para que possamos nos direcionar, então é importante olharmos para a União Europeia para ver o que pode ser absorvido de bom."

Ela explicou que a obra "LGPD Aplicada" (editora Gen), lançada recentemente, conta com artigos de 24 renomados coautores tratando das aplicações e desafios da Lei em diferentes setores econômicos a partir de muitos temas inéditos, reforçando que o assunto é novo e diversas empresas não estão adequadas, além de muitos profissionais estarem começando agora. "A ideia também é ajudar pessoas que têm interesse em atuar na área."

No livro, o artigo assinado por ela aborda o *compliance* relacionado ao meio digital, refletindo também sobre o comércio eletrônico. "O *e-commerce* se materializa no mundo físico com entrega, logística, compliance com a legislação etc. E, muitas vezes, as pessoas pensam que vão começar a adequar a empresa pelo site. Acho bacana, mas não com a intenção de dar impressão de aparência de legalidade. Não funciona bem assim. A estrutura por trás também precisa estar adequada", ressaltou. ■



Marcelo Crespo

(ADVOGADO ESPECIALISTA EM PROTEÇÃO DE DADOS)

Segundo Marcelo Crespo, advogado especialista em proteção de dados, até 2018 não havia a certeza de que o Brasil teria uma Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) de fato. Durante sua participação no evento, ele citou diversos marcos importantes para a proteção de dados até que a Lei fosse aprovada. "Desde então, são três anos e temos cursos, livros publicados, especialistas que nem leram a Lei ainda e têm a coragem de se intitular especialistas em LGPD", desabafou.

Ele reforçou que, mesmo estudando o tema, ainda existem muitas dúvidas e incertezas, assuntos que não são fáceis de lidar, e que a ideia de criar o livro passou pelo raciocínio de que já havia obras jurídicas sobre LGPD, mas muitos textos são extremamente teóricos e não ajudam em atividades do dia a dia. "A obra procurou trazer *insights* mais práticos. Podemos discutir de forma acadêmica, mas, na prática, isso não existe. Por isso, a importância de termos uma literatura como essa que fizemos."

Crespo ressaltou que não faz sentido desprezar a área acadêmica, mas quando se trata de Proteção de Dados não é possível discutir apenas sob âmbitos teóricos. "Nosso trabalho é observar o mercado, ver a realidade e entender que a dinâmica dos negócios é *data driven* e isso não se resolve apenas com algumas questões, precisamos mostrar como blindar as empresas", afirmou. ■



Patricia Peck Pinheiro

(GRADUADA E DOUTORADA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E PHD EM DIREITO INTERNACIONAL)

A PHD em Direito Internacional Patricia Peck Pinheiro explicou que a obra "LGPD Aplicada" contém temas transversais, como gerenciamento de risco da privacidade, proteção de dados a terceiros, questões relacionadas ao âmbito do Judiciário, *e-commerce*, setor educacional e startups, entre outros. "Temos um desafio grande de entender a aplicação setorizada e harmonizada com outras legislações", disse, citando que o perfil do encarregado no setor público estava sendo diferente do perfil do encarregado no setor privado e ressaltando que há situações interessantes para o entendimento de cada setor.

Patrícia afirmou que, mesmo na área da advocacia, há desafios para a aplicação da LGPD quando se tem, por exemplo, a sociedade unipessoal e um único advogado precisa aplicar a legislação. Como fazer isso? Ela lembrou que estamos vivendo em uma sociedade com maior fluxo de dados e virtualização e que isso traz mais riscos. "A chegada da LGPD não é só necessária, mas também traz a sensação de que já vem tarde."

A advogada ainda afirmou que tem pensado muito sobre a adequação da Lei no setor público e acredita que ela precisará de muitas melhorias. "Não fizemos uma lei de proibição, mas uma lei de proteção. A LGPD é sobre como utilizar de forma sustentável os dados nas instituições", concluiu. ■

AVANÇO EM TECNOLOGIA NÃO RETIRA A NECESSIDADE DO SER HUMANO ESTAR À FRENTE

Vale lembrar que fórmulas e normativos são essenciais para construir a Justiça do futuro



O primeiro dia do Enastic MP (24/02) contou com a abertura do subprocurador geral de Justiça de Relações Institucionais do Ministério Público de São Paulo (MPSP) Dr. Arnaldo Hossepian Júnior. Ele ressaltou que a ideia de inovar no sistema de Justiça não deve e nem pode parar.

"A videoconferência para o réu participar de audiência sem necessidade de deslocamento era algo utilizado em pequena escala, mas, com a pandemia, o sistema inovou e fez com que passasse a ser realidade, a ponto de haver sustentação oral em todos os Tribunais de forma natural, levando ao aumento da produtividade", contou.

Mas é preciso construir a Justiça do futuro sem perder de vista a observância dos normativos que regem o Direito substantivo e o Direito objetivo sob pena de se incorrer em inúmeros problemas para o jurisdicionado. Ele afirmou ainda que o avanço em tecnologia não retira a necessidade do ser humano estar à frente dos processos.

"Com relação à Inteligência Artificial (IA), já se trata de uma realidade, com ferramentas que escaneiam decisões sobre tópicos. Entretanto, isso não vai afastar a criatividade do profissional do Direito para construir uma tese. Por exemplo, a questão da análise econômica do Direito é uma realidade e o profissional valora isso em sua decisão. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contribuiu muito para que isso pudesse ser inserido."

Hossepian citou a Emenda Constitucional nº 45. "A ideia do legislador ao contar com o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi fazer com que o Judiciário pudesse levar prestação jurisdicional com mais qualidade. Há uma realidade de teletrabalho, uma necessidade de debruçarmos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que é incipiente, e creio que esse caminho não tem volta."

O subprocurador reforçou que o sistema de Justiça deve observar fórmulas sob pena de se deparar com situações que a sociedade às vezes não compreende, em que o processo pode ser todo anulado porque determinada liturgia não foi observada. ■

DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

O evento contou com a participação de Paulo Sérgio de Oliveira Costa, diretor da Escola Superior do Ministério Público. Ele lembrou a necessidade de disseminar conhecimento através da experiência de órgãos e estados para cumprir missões institucionais importantes.

"As ferramentas que nos trouxeram até o ano passado não serão as mesmas. O papel das escolas é importante nesse processo, pois devem contribuir na capacitação dos que vão utilizar essas ferramentas, aproximando a inteligência humana da IA. Não adianta uma ferramenta sofisticada se não soubermos fazer as perguntas certas ou tratar os dados de forma correta." ■



Inovação e tecnologia: essenciais para o presente e o futuro do judiciário

Em um bate-papo com o advogado Ademir Piccoli, ativista de inovação e CEO do Judiciário Exponencial (Enastic MP - 25/02), Fabiano Dallazen, procurador-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), falou sobre a importância da inovação como uma das principais alternativas para o Judiciário superar as dificuldades de recursos humanos e materiais, assim como aumentar sua efetividade.

AP: Diante do cenário de transformação que passamos em 2020, quais os desafios para o MPRS em 2021?

FD: Temos, em primeiro lugar, em virtude de toda a crise econômica do país, a dificuldade das restrições orçamentárias, que enfrentamos com planejamento, gestão e priorização de atividades-fim de impacto na sociedade, como segurança pública, saúde e educação. Ao mesmo tempo, temos mudanças causadas pelas restrições da pandemia. A Justiça tem tradição de trabalho presencial no Brasil, mas a gente já sabia que muito poderia ser feito de forma remota, com economia de tempo e dinheiro, proporcionando mais qualidade de vida aos profissionais e trazendo mais efetividade. Índices já indicaram aumento médio de produtividade por parte dos analistas jurídicos em torno de 90%. A pandemia impôs uma aceleração nesse sentido e ajudou a vencer o receio desse cenário. E 2021 consolida essas mudanças.

Tirando o lado trágico da pandemia, temos que aproveitar as oportunidades que surgiram na crise, com a superação do receio de uma nova mentalidade no serviço público. E também com um investimento para termos desburocratização, transparência e ganho de efetividade e entrega à sociedade, principalmente por parte do sistema de Justiça nas questões que mais impactam. É o que espero e estamos trabalhando fortemente para que isso ocorra no MPRS.

IA e inovação levam a uma melhor utilização da capacidade dos operadores do Direito.

AP: Qual sua visão em relação ao avanço do uso da Inteligência Artificial em escritórios de advocacia, Tribunais e Ministérios Públicos?

FD: Esse é, hoje, um instrumento, em termos de potencial, que está ainda em um patamar inicial. Trata-se de um processo que não é finito, ou seja, quanto mais avançamos, mais possibilidades vão se descortinando. É uma ferramenta que vai permitir que a gente concentre esforços no que é prioridade. Eu não acredito que a IA ou a inovação possam retirar do cenário Jurídico a necessidade do trabalho humano, mas vão empurrar para uma melhor utilização da capacidade dos operadores do Direito. Temos que reaprender, pesquisar, pois há funções complexas e mais avançadas que vão necessitar do aprimoramento das pessoas. ■



Fabiano Dallazen,
procurador-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG)



Ademir Piccoli,
ativista de inovação e CEO do Judiciário Exponencial

COMO FUNCIONA A INOVAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Especialistas analisam a importância da tecnologia e da inovação no desenvolvimento do trabalho das entidades

Nas palavras de Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, diretor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (MPSP), moderador do painel "Inovação no Ministério Público" (Enastic MP - 25/02), são notáveis os avanços no investimento orçamentário e humano em tecnologia e inovação para a busca da tão sonhada eficácia no cumprimento das missões constitucionais das entidades. Mas é importante instigar discussões sobre as questões que rodeiam o tema.

Participaram do evento: Guilherme Zattar, promotor do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e coordenador do Núcleo de Inovação; Lígia Maria Lopes Reis, líder de estratégia e inovação institucional da Escola do Ministério Público da União (MPU), idealizadora e cofundadora do InovaEscola - Laboratório de Transformação; e Michel Betenjane Romano, diretor-geral do MPSP. ■



Michel Betenjane Romano

(DIRETOR-GERAL DO MPSP)

Michel Betenjane Romano, diretor-geral do MPSP, ressaltou a importância do tema inovação dentro do Ministério Público (MP) em todas as suas esferas e pontuou três fatores: desburocratização, gestão de pessoas e inovação e tecnologia. "Esse tripé faz parte da modernização de todo o sistema."

Para uma empresa privada é simples entrar com um novo produto de tecnologia. Ela determina que os funcionários utilizem o material visando diminuir custos, aumentar produtividade e rentabilidade. Mas o MP e o poder Judiciário não trabalham dessa forma. "Temos que gerir e convencer pessoas, implantar inovações para, no final, buscar desburocratização de normas. É mais complexo", explicou.

Ele contou que o MPSP aproveitou uma grande oportunidade da pandemia, que foi tirar as pessoas da zona de conforto. Com isso, foi possível ampliar o uso de ferramentas - já disponíveis - que, antes, burocracias e atos normativos dificultavam de ser usadas. "Ao longo desse ano fizemos evoluções e desburocratizações, mas faltou o terceiro tripé, as pessoas. O trabalho hoje é capacitar pessoas. Convencê-las que a tecnologia está disponível e vai facilitar e reduzir volume de trabalho, dar celeridade e ainda economia orçamentária. Agora é a janela de oportunidade que precisamos usar", destacou.

O objetivo, detalhou Romano, é fazer as pessoas entenderem a necessidade de um novo produto, criar o novo produto e extinguir o produto anterior. "Se a gente não passar de fase, se não mudar o caminho, vamos seguir o caminho de outrora e isso de nada nos servirá. Isso é um pacote pronto de oportunidade. Se existe algo bom na pandemia, é a esperança. No MPSP, agarramos a esperança de inovar, modernizar e mudar pessoas. Quando as pessoas sentirem isso, seremos uma instituição mais nova, moderna e melhor para cumprir nossa missão de cuidar melhor da sociedade." ■



Guilherme Zattar

(PROMOTOR DO MPSC)

"A tecnologia sustenta a inovação, mas elas não são sinônimos." A frase de Guilherme Zattar, promotor do MPSC, define seu racional para o trabalho do órgão. "Seria audacioso da minha parte imaginar que a inovação nasceu no MPSC em 2018 com a criação da área Núcleo de Inovação. A instituição inova desde que foi concebida."

Para ele, não adianta buscar tecnologia apenas "para digitalizar o caos". "Trazer ferramentas sem pensar em processos e metodologias seria digitalizar algo que já não é bom no mundo físico", disse. O enfoque é fazer não só os servidores entenderem a necessidade de novos produtos ou mudanças, mas a instituição como um todo. "Se há um escopo mais definido do laboratório de inovações é o de atuar como órgão de apoio, fazer um exercício com metodologias, ferramentas e técnicas já conhecidas, propondo que as áreas tragam um novo pensar. A partir da identificação de problemas, fazemos com que a área entenda a necessidade de um novo produto, implemente e faça a transformação."

Segundo o promotor, hoje o projeto mais inovador da instituição não envolve tecnologia diretamente. Trata-se de um projeto de gestão de promotoria que padroniza processos para um trabalho mais uniforme. "Isso é mais inovador que qualquer ferramenta tecnológica."

A pandemia auxiliou a questão da inovação ao reduzir a possibilidade de pensar e refletir sobre novas iniciativas. "Devemos aproveitar essa janela de oportunidade para concretizar as mudanças necessárias e que demandariam mais tempo e reflexão. A reflexão é importante, mas era uma grande barreira no aspecto da inovação", detalhou. "No nosso sentir, documentação e governança são necessários para que haja permanência dos projetos." Ele finalizou destacando que a tecnologia deve ser secundária e facilitadora do planejamento, governança e leitura de processos e necessidades, que são, a seu ver, os itens prioritários. ■



Lígia Maria Lopes Reis

(LÍDER DE ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA DO MPU)

Trabalhar a cultura de inovação, esse é o grande objetivo do laboratório da Escola do MPU. Para Lígia Maria Lopes Reis, líder de estratégia e inovação institucional da instituição, isso significa aprender e desenvolver novas competências. "A cultura é feita por nós mesmos, pelas mentes que formam as organizações, mas ela também pode ser transformada."

Em 2020, por conta da pandemia, o laboratório se tornou um potencializador de mudanças. E seu primeiro ano foi de olhar para dentro para trazer uma reflexão sobre os valores e tudo o que sustenta e apoia a cultura de inovação. "A inovação é um processo complexo que envolve muitas dimensões e competências. Na Escola, a gente desenvolveu a seguinte ideia: pensar em formas diferentes para solucionar problemas e entregar maior valor ao usuário. Nossa realidade é complexa e vivemos um momento específico que mistura o complexo e o caótico. Então temos que racionalizar os problemas", esclareceu.

Para navegar nesse cenário, Lígia explicou que existem diversos projetos robustos, um deles ajuda a entender e diagnosticar o ecossistema de inovação do MP e ampliar as competências dos servidores. "O MP tem várias facetas. Investigamos, com alguns atores, o que é inovação para eles, quais são as barreiras e sentidos que têm. Percebemos que os gestores já sabem que inovação não é apenas sobre tecnologia. Tem dimensão humana, cultural. Essas questões competem pelos recursos."

Os achados de pesquisa serão posteriormente apresentados, mas o mais importante, disse Lígia, é sobre a importância dos líderes para capitanear as ações dos MPs. "Essa é a categoria que mais aparece. A liderança é importante porque alavanca e inicializa os projetos, mas não pode ser a única dimensão, porque, senão, a inovação não será sustentável e de longo prazo no MP." ■

Inteligência ativa pode ajudar a ampliar a atuação dos MPs



César Ripari,
diretor de pré-vendas na Qlik para América Latina

“A inteligência ativa é um estado onde tecnologia e processos permitem a tomada de decisões na velocidade dos dados.” A explicação é de César Ripari, diretor de pré-vendas na Qlik para América Latina (Enastic MP - 25/02). Segundo ele, o processo é como uma via rápida que ajuda a organizar, identificar e priorizar os dados e, assim, entregar para o usuário as respostas e as soluções que ele necessita.

O processo, que se baseia no tratamento e uso de dados para geração de valor, permite melhor cumprimento de prazos e serviços com mais qualidade

O conceito é baseado em inteligência contínua, com análises em tempo real integradas às operações de negócio. Dessa forma, as informações estão sempre atualizadas e prontas para o uso. Além disso, a inteligência ativa foi desenhada para facilitar a tomada de decisões e permite também a automatização de ações.

Com relação ao impacto dos dados nos negócios, Ripari citou quatro pilares importantes: inteligência do cidadão; reinvenção de processos; novas ofertas de serviços; e equilíbrio de riscos e recompensas. No caso do Judiciário e dos MPs, isso significa uma visão mais completa, acessível e ágil do cidadão, maior facilidade no cumprimento de prazos e também a possibilidade de oferecer serviços com mais qualidade.

Entender e usar os dados também ajuda o sistema Jurídico a se adaptar mais rápido a mudanças de normas, leis e eventos, com menos burocracia e mais transparência. “A gente pode fazer uma série de ações usando esses dados, como análises de comportamento, cruzamento de informações, fiscalização, ou seja, consegue oferecer novos serviços entendendo melhor o que se tem à mão. Na questão de riscos, pode-se ainda combinar dados históricos para prever cenários futuros.”

Mas a inteligência ativa enfrenta alguns desafios. O primeiro é que apenas 10% dos dados relevantes são analisados pelas organizações. É como se o dado fosse o novo petróleo, afinal, também precisa ser refinado para gerar valor, mas somente uma pequena fração de um volume gigantesco é aproveitada. Outro ponto é que poucas pessoas enxergam o real valor dos dados ou sentem-se confortáveis lidando com essas informações.

No entanto, quando se implementa um *pipeline* de dados analíticos inteligentes, as informações fluem, de forma contínua, dentro dos processos diários. Isso otimiza cada etapa dos negócios por meio de ações informadas e acelera o valor e o resultado das entregas. “Isso é inteligência ativa”, finalizou Ripari. ■

COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DEMANDA AVANÇOS EM TECNOLOGIA

Conheça os principais projetos de modernização e aprimoramento do MPDFT



Ao assumir o cargo de procuradora geral de Justiça, Fabiana Costa Oliveira Barreto, do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), impôs a si mesma o desafio de modernizar a instituição e aprimorar os recursos tecnológicos do órgão.

Durante o Enastic MP (26/02), ela ressaltou que o combate ao crime organizado, especialmente em relação à corrupção, demanda disponibilidade avançada de recursos tecnológicos, compartilhamento de dados e criação de uma rede de colaboração entre instituições públicas e privadas. Para ilustrar, destacou os principais projetos do MPDFT nessa área.

"Primeiro, foi a criação do Núcleo de Ciência de Dados com a missão de instituir a governança de dados por meio de Inteligência Artificial (IA) e a ciência de dados para aprimorar a atuação e fortalecer as políticas públicas", disse. Também foi criado o Núcleo de Combate a Crimes Cibernéticos, composto por um grupo de promotores especializados em delitos praticados em ambiente digital.

Em 2019, teve início um programa de governança de dados pessoais que implementou diretrizes, obrigações e protocolos para preservar direitos previstos no Marco Civil da Internet. "É uma iniciativa pioneira entre os MPs dos estados", contou. Em 2020, foi instituído o Comitê Executivo da Privacidade para finalizar o programa de governança (PGDP) a fim de conferir diretrizes complementares de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O MPDFT estabeleceu parcerias com órgãos de investigação e controle de gestão, além de ter adquirido novas tecnologias, um investimento de R$ 40 milhões em equipamentos de ponta nos últimos dois anos.

Dentre as ferramentas citadas por Fabiana estão a NeoGabi, que integra ações em uma única plataforma, e o NeoSigner, tecnologia para assinatura de peças processuais. Também foi criado um inventário virtual de bens, que possibilitou diminuir tempo de realização de inventário de 90 para sete dias. Foram realizados cerca de 35 mil registros em uma semana. ■

O FUTURO DA TECNOLOGIA NO MP

"Vivemos tempos difíceis, enfrentamos uma pandemia há mais de um ano, mas um fator que isso nos trouxe foi o adiantamento no tempo com relação a aspectos tecnológicos, como o ensino à distância, eventos de forma virtual, o teletrabalho. Imagino que, sem essa experiência, ainda teria muita resistência nas organizações. Hoje, 98% das nossas atividades no MP estão em teletrabalho parcial ou total. Também percebemos aumento na produtividade em cerca de 30%. Tudo isso tem provocado mudanças significativas na forma de atuar do MP e da Justiça brasileira." ■



Fabiana Costa Oliveira Barreto

DESAFIOS DAS ÁREAS DE **TECNOLOGIA** DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS PARA 2021

Painelistas debateram, durante o Enastic MP, a jornada digital, que segue cada vez mais acelerada dentro das instituições

Desde 2014, os Ministérios Públicos (MPs) investem em tecnologia, mas a pandemia os levou a acelerar a questão. O assunto foi tema do painel "Desafios das áreas de tecnologia dos Ministérios Públicos para 2021" (Enastic MP - 26/02), moderado por Laércio Carrasco Júnior, assessor especial do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e coordenador do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC).

Participaram do painel: Yuri Gonzalez Araújo, diretor de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Bahia (MPBA); Myrian Raquel Rodrigues da Silva, diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS); e Cédric Williams Filho, diretor de Tecnologia da Informação do Ministério Público de Roraima (MPRR). Acompanhe os destaques. ■



Cédric Williams Filho

(DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MPRR)

O diretor de Tecnologia da Informação (TI) do MPRR, Cédric Williams Filho, destacou a necessidade de conexão com novas realidades e desafios. Ele lembrou que, há pouco mais de um ano, sequer a palavra "pandemia" era muito utilizada. "Como estamos em Roraima, o MP tem muitas peculiaridades. Estamos no extremo Norte e, além da pandemia, temos ainda uma crise migratória latente com a Venezuela, que se arrasta há mais de três anos e contribui para os desafios em Tecnologia da Informação."

Cédric explicou que o MPRR aproveitou o cenário para crescer e citou desafios que considera comuns entre os MPs. O primeiro é a disponibilidade de recursos. "A infraestrutura é um dos pilares para que a gente possa desenvolver o necessário. A colaboração entre os órgãos é fundamental. Temos uma crise energética muito grande aqui, tínhamos dependência da Venezuela e começamos a trabalhar a infraestrutura em 2018." Outro ponto é a segurança. "A segurança da informação não pode ser uma barreira, tem que prover fonte. Nossa forma de trabalho é híbrida agora e as demandas foram alcançadas provendo tecnologia."

Além disso, o palestrante citou o desafio da própria tecnologia quando é preciso fornecer sistemas e manter a conexão. "Os processos são objeto de trabalho do nosso membro, de nossos servidores. Como a tecnologia pode fazer com que as demandas que estavam paradas possam ajudar a transpor? Pensar em uma reunião feita totalmente online pelo Conselho Superior era impensável antes da pandemia. Agora é normal."

Por fim, disse que todos os obstáculos passam pelas pessoas. "Precisamos pensar no desenvolvimento de *soft skills* para que as pessoas, providas de tecnologia, possam enfrentar desafios. Precisamos conectar pessoas, *softwares*, cidades e órgãos. E nessa sociedade rápida precisamos lembrar que temos recursos limitados. A tecnologia não deve servir para degradar a qualidade de vida, nem nos empurrar para estar disponível todo o tempo, nos exaurindo, mas deve nos ajudar a pensar na qualidade de vida de todos nós", concluiu. ■



Myrian Raquel Rodrigues da Silva

(DIRETORA DA SECRETARIA DE TI DO MPMS)

"Sabemos que a tecnologia é feita de pessoas e que precisamos das pessoas para fazer tecnologia", disse a diretora da Secretaria de TI do MPMS, Myrian Raquel Rodrigues da Silva. Ela acredita que um dos grandes desafios dessa área hoje é evoluir a retenção de talentos. "Como inspirá-los para permanecerem no serviço público? Como identificar talentos dentro de órgão público? Como competir com uma empresa privada que fornece várias vantagens?"

Myrian acredita que, para resolver essa questão, poderiam ser trabalhadas algumas partes, como estimular o fornecimento de equipamentos de ponta, instaurar a cultura interna de que a tecnologia está a favor dos servidores, melhorar a flexibilidade no lugar de trabalho e investir na comunicação de portas abertas, entre outros fatores. Ela ressaltou que a remuneração nem sempre é o fator mais importante nesse caso e reforçou que é preciso ter atendimento 24/7.

A palestrante trouxe ainda para o painel a reflexão de que, até pouco tempo, existia talento em todo lugar, mas oportunidades não. "Com o teletrabalho, porém, o acesso à oportunidade está aí para todo mundo e estamos perdendo grandes colaboradores com isso. Cuidar dos funcionários e valorizar as pessoas é o que importa. E as recompensas tradicionais não são as mais eficazes." ■



Yuri Gonzalez Araújo

(DIRETOR DE TI DO MPBA)

Na visão do diretor de TI do MPBA, Yuri Gonzalez Araújo, a transformação da instituição foi muito acelerada em razão da pandemia, que otimizou os investimentos e trouxe desafios para o CIOs. Um deles é a integração dos sistemas.

Atualmente, o MPBA foca no uso do IDEA, trabalhando na integração com os demais sistemas, como o PJE 1º grau, PJE 2º grau, SAJ, SEEU, Inquérito Eletrônico, SEI e outros. "Somos 62 pessoas no time e 35 estão focadas no desenvolvimento. Temos o desafio de gerir a fábrica de software. A versão do SAJ não está adequada para o MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade, que usamos para integrar), por exemplo, está desatualizada. Nosso sistema usa *middleware* no caso do SAJ." Outro desafio citado foi a questão da segurança do código fonte e o suporte 24/7 na integração.

Araújo explicou que o MPBA pretende se tornar 100% digital até 31 de outubro deste ano. "A partir de 31 de março, todos os processos em procedimento já nascem digitais. Nesse caso, a TI tem que lidar com desafios como: suporte ao teletrabalho, segurança da informação, governança de dados e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), armazenamento, processamento (ampliação do blade), *backup* redundante em disco, redundância de serviços de TI (contingenciamento, discos). Hoje, nos preocupamos muito com o contingenciamento e a redução de riscos", destacou.

Finalmente, Yuri disse que, como produtor de dados, o MPBA está criando uma cultura relacionada. "Recebemos a missão de desenvolver soluções de *Business Intelligence* (BI) úteis, agradáveis e de fácil utilização. Estabelecemos uma metodologia de desenvolvimento de soluções (*self service* e guiada), painéis padronizados, 12 soluções de BI em 2020 e pelo menos mais seis em 2021. As soluções são integradas ao sistema IDEA."

O palestrante finalizou reforçando que a gestão entende que é necessário "arrumar a casa" primeiro para depois trabalhar em soluções inovadoras como *big data* e *analytics* no MPBA. ■

Casos de sucesso do MPSP no uso de dados



Fábio Ramazzini Bechara, promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e secretário executivo da Procuradoria-Geral de Justiça do MPSP

Fábio Ramazzini Bechara, promotor de Justiça e secretário executivo da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, compartilhou, no Enastic MP (25/02), dois casos que mostram os bons resultados da gestão e uso de dados na entidade.

O promotor Fábio Bechara compartilhou experiências positivas da entidade no gerenciamento de dados para evitar infrações e irregularidades

O primeiro foi uma experiência que começou em 2018 e envolveu a liderança do MPSP e uma parceria com INSPER, Tribunal de Contas de São Paulo e o Instituto Ethos. O objetivo era construir um padrão de risco para identificar irregularidades em contratações públicas. Mas havia ainda outra meta importante: ajudar a otimizar a tomada de decisão. "Tínhamos como desafio fazer com que, num ambiente totalmente compartilhado, as diferentes instituições, que atuam de forma fragmentada, pudessem construir protocolos e processos comuns para identificar os achados e, a partir disso, tomar decisões mais adequadas", explicou Bechara.

Nesse contexto, as decisões não se limitariam à identificação da fraude consolidada, mas, a partir de indicadores de risco, poderiam também prever e reduzir possíveis desvios, gerando resultados mais efetivos, evitando desperdícios de recursos, fraudes e criminalização desnecessária. "Esse mesmo ambiente permite identificar fragilidades no sistema de compras públicas. Tanto órgão regulador quanto controlador conseguem levar adiante iniciativas para corrigir espaços de oportunidade. Foi uma experiência interessante que conecta diversas instituições."

Já em 2020, também em conjunto com outras instituições, o MPSP deu início a um projeto para verificar o risco da contratação de fornecedores que possam aumentar a chance de desvio de recursos de campanhas eleitorais. "Fizemos uma provocação propositiva ao TSE apontando padrões de anormalidade nos gastos de campanha. Isso pode se traduzir como hipótese de crime eleitoral, mas talvez o mais grave sejam oportunidades - amparadas na legislação - de manipulação e destinação de recursos. O resultado da análise mostra distorções e sugestões que indicam a necessidade de estudo mais profundo para aprimorar o sistema eleitoral", revelou.

Por fim, Bechara fez questão de ressaltar que inovação não significa somente grandes investimentos ou soluções sofisticadas, mas fazer boas perguntas para direcionar os esforços. "Inovar é se permitir errar, desde que seja o mais rápido possível." Para ele, um aprendizado importante é buscar o resultado a partir das perguntas certas e não ter receio de mudar de rumo quando necessário. ■

O papel dos métodos ágeis na inovação

Os métodos ágeis são, em resumo, abordagens que aceleram as entregas durante o desenvolvimento de um projeto e que funcionam em qualquer área. Inclusive no sistema Judiciário.

Em sua palestra no segundo dia do Enastic MP (25/02), André Gomes, agilista e Scrum Master certificado, explicou que a metodologia surgiu para ajudar a gestão de projetos a lidar com o universo VUCA (*Volatility, Uncertainty, Complexity, Ambiguity*). O acrônimo, criado na década de 1980, descreve a situação de incertezas e mudanças rápidas do mundo contemporâneo.

A tecnologia é um dos fatores que colaboram para esse cenário, caso da Inteligência Artificial, que dá suporte aos mais variados setores, mas também traz dúvidas e receios. Afinal, o ser humano lida com os avanços em uma velocidade muito menor que aquela em que a mudança acontece. "Os métodos ágeis surgiram nesse contexto, com práticas e ferramentas cunhadas para nos ajudar nesse mundo VUCA", disse o agilista. "As inovações desafiam as leis vigentes e pedem novas interpretações. Precisamos de mecanismos, como os métodos ágeis, para entender e responder a essa complexidade e reduzir a volatilidade."

Gomes destacou que o modelo de gestão tradicional não atende às exigências atuais. Isso porque se baseia em um grupo de poucas pessoas especializadas coordenando um grande grupo de pessoas com pouca especialização. A agilidade serve, então, como contraponto, pois entrega inovação e resultados, além de apresentar menos falhas. ■

Flexibilidade, melhores resultados e menor risco - conheça os principais benefícios da agilidade na gestão de projetos



André Gomes,
agilista e Scrum Master certificado

39% dos projetos que usam métodos ágeis têm sucesso, contra 11% das iniciativas que usam métodos tradicionais.

Gomes, elencou os principais benefícios dos métodos ágeis:

- Maior visibilidade, para todas as partes interessadas, do andamento dos projetos;
- Maior adaptabilidade e flexibilidade;
- Maior geração de valor como resultado de entregas curtas e da priorização dos esforços;
- Menor risco de impactos e desperdícios.

Já para levar os métodos ágeis para além das áreas de TI nas instituições, a sugestão é capacitar e treinar as equipes. No dia a dia, vale ainda definir indicadores que demonstrem a evolução e os resultados conquistados com esse modelo de gestão. "Precisamos que as organizações se tornem mais flexíveis, usando a agilidade para que pessoas de diferentes disciplinas trabalhem juntas, fomentando a inovação e atingindo mais resultados e mais valor", finalizou.

Revolução tecnológica no MP passa pelo uso eficiente da IA



Paulo César Zeni, promotor de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS)

"Temos um *delay* na adoção de tecnologia na área de Justiça. Tradicionalmente, é um campo resistente a novas práticas", disse o promotor de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS) Paulo César Zeni em sua apresentação no Enastic MP (26/02).

O promotor de Justiça do MPMS ressaltou a necessidade de melhorar o modo como o sistema recebe, registra e apresenta informações

Zeni lembrou que as sentenças feitas à máquina de datilografar, por exemplo, só foram autorizadas por lei em 1941. "Nos anos 1920, isso não era permitido. Em 1930, houve a primeira decisão aceitando a primeira denúncia admitindo o uso da máquina de escrever. Ou seja, levou entre 30 a 40 anos para a tecnologia ser absorvida."

Ele também citou que, no Brasil, o Processo Eletrônico foi admitido em 2006, mas a regulamentação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) só aconteceu em 2013, o que fez com que cada tribunal acabasse desenvolvendo sua própria solução.

O promotor reforçou que a revolução tecnológica no MP passa, necessariamente, pelo uso eficiente da Inteligência Artificial (IA). "Antigamente, era resistente porque não via casos concretos, mas hoje falo e cito as soluções." Ele deu exemplos como o robô da ficha limpa, que ajudou o MPMS nas pesquisas de elegibilidade de candidatos nas eleições 2020, e o Sisdrogas.

No caso do robô, a assertividade foi superior a 93%, com média de 1,1 minuto por pesquisa. E com relação ao Sisdrogas, a proposta é produzir conhecimento a partir das denúncias do tráfico de entorpecentes. "Fazia-se controle manual de informações antes e o desafio entre a parceria do MPMS e a Universidade do MS era utilizar redes neurais para fazer essa pesquisa. Não imaginava que fosse tão rápido, mas, em janeiro deste ano, a ferramenta já estava rodando. O robô consegue processar a informação e transformar em dados estruturados para que possamos entender melhor os padrões do tráfico e fazer correlações", contou.

Pensando no futuro, Zeni citou dois alvos importantes: discutir e melhorar o modo como o sistema de Justiça recebe, registra e apresenta a informação; e pensar em economia comportamental antes do futuro de algoritmos. "Quando a gente pensa em substituir pessoas por IA, estamos pulando etapas. Precisamos discutir o modo como as informações são apresentadas aos usuários. Como estimular boas decisões? Embora a arquitetura de decisão não substitua o jurista, vai permitir que possamos decidir melhor. Antes de substituir pessoas deveríamos passar por essa etapa. Senão, não seremos capazes de aplicar algoritmos direito no futuro." ■

PRÁTICAS DE GESTÃO: COMO A ANÁLISE DE DADOS AUXILIA A PGE NA DEFESA

Veja os destaques do painel realizado no Enastic MP que abordou o trabalho da PGE/SC em relação à análise de dados

A Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE/SC) vem realizando um trabalho focado na análise de dados com o objetivo de defender os interesses do estado. No painel realizado no Enastic MP (26/02), as estratégias utilizadas foram compartilhadas por Bruno de Macedo Dias, procurador-chefe do Centro de Estudos da PGE/SC; e Renan Marcelo de Souza Cadamuro, consultor-especialista em BPM da 3Neuron. Confira os destaques. ■



Bruno de Macedo Dias

(PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS DA PGE/S)

O trabalho da PGE/SC relacionado ao conhecimento e interpretação de dados começou a ser feito quando surgiram necessidades como demanda crescente de trabalho, aperfeiçoamento da sua distribuição, aumento da produtividade e tomada de decisão coerente e ágil na instituição. "Muita gente estava sobrecarregada e precisávamos de informação para tomar decisões melhores. No caso da PGE/SC, o objetivo é defender os interesses do estado", explicou o procurador-chefe da PGE/SC, Bruno de Macedo Dias.

O primeiro passo desse tipo de mudança é entender o banco de dados, alimentado para atividades específicas e não para servir como um banco de dados de fato. Nessa fase, vale o uso de relatórios pequenos que sejam delimitados de acordo com a intenção, a pergunta do negócio. Na sequência, os dados são explorados, tratados e estruturados em *dashboards*. "Muitas vezes, notamos falhas de alimentação e o dado não reflete a qualidade. Se o dado não for confiável, não dará suporte à decisão bem tomada."

Já na terceira fase acontece a formalização dos trabalhos, com a aprovação do método de extração e cálculos, formalização das informações para divulgação, mapeamento de mudanças não refletidas e histórico institucional. E, por fim, com o resultado em mãos, medidas podem ser tomadas. "Deixamos claro os riscos com relação à confiabilidade dos dados. Ao compreender riscos, consigo pegar meu banco de dados, tratar a base para corrigir e melhorar os fluxos que registram as informações." ■



Renan Marcelo de Souza Cadamuro

(CONSULTOR-ESPECIALISTA EM BPM DA 3NEURON)

A análise e uso correto de dados na PGE/SC permite que a instituição ganhe conhecimento do volume de processos, registre potencial economia para o estado, melhore a gestão da força de trabalho, sua distribuição e quantificação. A importância de delinear bem essa análise foi reforçada por Renan Marcelo de Souza, consultor-especialista em BPM da 3Neuron.

Em sua participação, ele citou alguns resultados satisfatórios obtidos na PGE/SC. São eles:

• **Distribuição de trabalho.** "Foi a primeira iniciativa e teve restrições. O banco de dados ainda não era bem conhecido e o foco foi em pendências e peças produzidas."

• **Raio-x.** "Nosso objetivo era entender a organização como um todo. O aprendizado foi dar seriedade para a formalização de uma ferramenta institucional, além de *feedback* constante e definição de processos."

• **Indicadores de governo.** "Muitas informações da PGE são estratégicas para o governo e, nessa troca, é possível haver contribuição e quantificação."

• **Valor da capa dos processos.** "Dados passaram a ser aproveitados para checagem do potencial de economia da instituição. Foram observadas muitas inconsistências com impactos gigantescos no custo total." ■

Videoconferência tornou a Justiça possível, diz head da Logitech no Brasil



Paulo Cardoso,
head de vídeo collaboration da Logitech no Brasil

Qual é o papel da videoconferência na Justiça e como ferramenta de inclusão digital? A resposta a essa pergunta foi tema da apresentação de Paulo Cardoso, head de vídeo collaboration da Logitech no Brasil, no Enastic JF (09/04). Ele ressaltou que a revolução tecnológica pela qual passamos é inevitável. "Uma grande mudança é que, nos anos passados, os cientistas desenvolviam as ferramentas para as gerações futuras. O que estamos vendo hoje é que as gerações futuras estão desenvolvendo tecnologias para as gerações passadas e para as futuras."

Segundo Paulo Cardoso, os efeitos da pandemia ajudaram na aceleração tecnológica do setor

Cardoso também lembrou que a pandemia acabou ajudando na evolução tecnológica atual. "Não que não existisse, mas estava, de certa forma, adormecida. Uma das mudanças é relacionada ao modelo de tecnologia da Justiça, já que, durante anos, as audiências obedeciam à ritualística e tiveram que ser transformadas do dia para a noite para possibilitar a continuação da Justiça", disse, destacando que o dia 14 de abril de 2021 já é considerado histórico. "Aconteceu a primeira sessão de videoconferência do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e passamos a viver o exemplo do topo da pirâmide. É uma decisão para a qual não cabe recurso."

Ele acredita que a videoconferência não só tornou a Justiça mais fácil, como também a tornou possível. "A geração atual está preparada e vai estar preparada porque futuros membros da Justiça serão parte da geração Y no futuro. Vejo um grande volume de oportunidades e utilidades da videoconferência na Justiça."

Cardoso afirmou ainda que a videoconferência possibilitou a inclusão de depoimentos por libras, o que antes era quase impossível. Também facilitou a participação em audiências de qualquer lugar, além de permitir incluir as crianças sem expô-las em tribunais. "Além disso, uma das coisas que mais impactam nos dias de hoje é a questão dos deslocamentos judiciais versus a teleaudiência. Se formos calcular, os custos envolvidos no deslocamento para um depoimento são gigantescos e cobririam o orçamento de instalação de videoconferências em muitas unidades da Justiça como um todo", finalizou. ■

Como a Justiça pode usar os recursos da videoconferência:

- Sessões de conciliação
- Formação e especializações
- Audiências de instrução
- Depoimentos e audiências em presídios
- Credenciamento de advogados na OAB
- Inclusão de depoimento por libras
- Júri virtual
- Depoimentos de crianças